

GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC



ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

Microrregião Geográfica de Rosário

Volume 3

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ROSÁRIO

VOLUME 3

São Luís

2014

Governadora do Estado do Maranhão

Roseana Sarney Murad

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN

João Bernardo de Azevedo Bringel

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC

Presidente

Fernando José Pinto Barreto

Diretor de Estudos Ambientais e Geoprocessamento

Josiel Ribeiro Ferreira

Diretor de Estudos e Pesquisas

Sadick Nahuz Neto

Coordenação e Redação

José Ribamar Trovão

Capa

Paulo César dos Santos Garras

Colaboração

Karla Serra Amorim

Daniel Vitor Coelho Pereira

Elaboração

Carlos Henrique Santos da Silva

Cosme do Nascimento Neves Júnior

Danilo José Salazar Serra

Getúlio Estefânio Duarte Martins

Janilson Rosa Viana

Jeremias Silva Santos

Paulo César dos Santos Garras

Revisão

Ana Tereza Bouéres Rodrigues Noronha

Angélica Maria Frazão Sousa

Daniele de Fátima Amorim Silva

Vicente Anchieta Júnior

Normalização

Virginia Bittencourt Tavares da Costa Neves

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica de Rosário/ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. São Luís: IMESC, 2014.

V. 3: il; 238 p.

ISBN: 978-85-61929-17-6

1. Enciclopédia – Municípios – Maranhão. I. Título

CDU 030 (812.1-21)

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento a sua função institucional de produzir estudos e pesquisas que tenham como finalidade o aprimoramento do conhecimento técnico-científico, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, dando prosseguimento a abordagem de um melhor conhecimento da realidade socioeconômica e cultural do Estado do Maranhão, disponibiliza o Volume III da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses, com foco na Microrregião Geográfica de Rosário, composta de 08 municípios.

Este trabalho resgata e atualiza aspectos históricos culturais, geográficos, econômicos e sociais, detalhando em análises específicas, assuntos pertinentes a cada um dos municípios que compõem a referida microrregião com abordagem dos Baixos Vales dos Rios Itapecuru e Munim.

Através desta publicação o IMESC dá continuidade ao projeto da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses (21 microrregiões) e apresenta aos gestores, pesquisadores, estudiosos e demais segmentos interessados, dados de referência para diversas pesquisas.

João Bernardo de Azevedo Bringel

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Árvore genealógica da Microrregião Geográfica de Rosário.....	19
	Axixá	
Figura 2 -	Rio Munim - 2012.....	27
Figura 3 -	Porto de Axixá, início da povoação - 2012.....	28
Figura 4 -	Casa em estilo colonial - 2012.....	28
Figura 5 -	Avenida arborizada – 2012.....	29
Figura 6 -	Vista parcial de uma praça ajardinada – 2012.....	29
Figura 7 -	Planta da cidade – 2007.....	30
Figura 8 -	Canoa (ao fundo) no principal ancoradouro de Axixá – 2012.....	40
Figura 9 -	Igreja Matriz – 2012.....	43
Figura 10 -	Visão parcial da Praça da Cultura em período da folia – 2012.....	45
Figura 11 -	Boi de Axixá – 2012.....	46
Figura 12 -	Pedra do Tanque – 2011.....	47
	Bacabeira	
Figura 13 -	Planta da cidade - 2007.....	55
Figura 14 -	Praça e rua revestida de bloquetes - 2012.....	56
Figura 15 -	Valor da produção de origem animal – 2011.....	65
Figura 16 -	Olaria - 2011.....	67
Figura 17 -	Área onde será construída a Refinaria Premium I – 2010.....	67
Figura 18 -	Igreja católica dedicada a Nossa Senhora Imaculada Conceição – 2012.....	69
Figura 19 -	Trecho da BR 135 que corta o município – 2011.....	72
	Cachoeira Grande	
Figura 20 -	Foto área da cidade de Cachoeira Grande.....	78
Figura 21 -	Planta da cidade de Cachoeira Grande – 2007.....	79
Figura 22 -	Avenida principal de Cachoeira Grande – 2012.....	79
Figura 23 -	Praça de eventos – 2012.....	80
Figura 24 -	Trecho do Rio Munim.....	89
Figura 25 -	Corredeiras no Rio Munim.....	89
Figura 26 -	Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2012.....	90
Figura 27 -	Transporte fluvial entre Cachoeira Grande e Presidente Juscelino – 2011.....	93
	Icatu	
Figura 28 -	Icatu à margem do Rio Munim – 2012.....	103
Figura 29 -	Praça Eurico Dutra – 20012.....	104
Figura 30 -	Casa em estilo colonial – 2012.....	104
Figura 31 -	Fachada de prédio colonial – 2012.....	105
Figura 32 -	Planta da cidade – 2007.....	106
Figura 33 -	Principal ancoradouro em Icatu – 2012.....	117
Figura 34 -	Colônia de Pescadores Z-19 – 2012.....	117
Figura 35 -	Lagoa do Arraial – 2009.....	118
Figura 36 -	Cachoeiras no Povoado Boqueirão – 2009.....	119
Figura 37 -	Igreja Matriz – 2012.....	120
Figura 38 -	Boibódromo – 2012.....	123
	Morros	
Figura 39 -	Trecho do Rio Munim que banha a cidade – 2010.....	138
Figura 40 -	Planta da cidade – 2007.....	139
Figura 41 -	Praça São Bernardo – 2013.....	140
Figura 42 -	Casas com padrão antigo - 2013.....	140

Figura 43 -	Valor da produção de origem animal – 2012.....	149
Figura 44 -	Vista parcial do Rio Una – 2010.....	151
Figura 45 -	Cachoeira do Arruda – 2011.....	151
Figura 46 -	Igreja de Nossa Senhora Aparecida – 2010.....	152
	Presidente Juscelino	
Figura 47 -	Planta da cidade – 2007.....	162
Figura 48 -	Praça Água Vermelha – 2010.....	162
Figura 49 -	Draga extraíndo areia no rio Munim – 2012.....	171
Figura 50 -	Trecho do rio Munim – 2012.....	172
Figura 51 -	Igreja de Santo Antonio – 2010.....	173
Figura 52 -	Travessia no entre Cachoeira Grande e Presidente Juscelino – 2010.....	175
	Rosário	
Figura 53 -	Ferrovias próximas a Estação Ferroviária de Rosário – 2012.....	181
Figura 54 -	Afloramento de granito – 2010.....	183
Figura 55 -	Vista aérea da cidade de Rosário – 2009.....	185
Figura 56 -	Rua pavimentada em Rosário – 2012.....	186
Figura 57 -	Praça da Matriz – 2012.....	186
Figura 58 -	Casas em estilo colonial – 2012.....	187
Figura 59 -	Planta da cidade – 2007.....	187
Figura 60 -	Extração de granito no município – 2010.....	197
Figura 61 -	Indústria de fabricação de tijolos e telhas (Olaria) – 2012.....	198
Figura 62 -	Embarcações a margem do Rio Itapecuru em Rosário – 2012.....	199
Figura 63 -	Forte do Calvário – 2012.....	200
Figura 64 -	Rio Itapecuru – 2012.....	201
Figura 65 -	Estação Ferroviária de Rosário – 2012.....	202
Figura 66 -	Igreja de São Miguel – 2008.....	202
Figura 67 -	Igreja de Nossa Senhora do Rosário – 2012.....	203
	Santa Rita	
Figura 68 -	Vista parcial da Av. Ivar Saldanha – 2012.....	213
Figura 69 -	Praça Carlos Macieira – 2012.....	213
Figura 70 -	Planta da cidade – 2007.....	214
Figura 71 -	Feira livre com produtos agropecuário – 2012.....	225
Figura 72 -	Feira livre com produtos têxteis – 2012.....	226
Figura 73 -	Igreja de Santa Rita de Cássia – 2012.....	227

LISTA DE TABELAS

Axixá		
Tabela 1 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	31
Tabela 2 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	32
Tabela 3 -	Distribuição da população residente - 2000 e 2010.....	33
Tabela 4 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	36
Tabela 5 -	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	37
Tabela 6 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente - 2006 e 2012.....	38
Tabela 7 -	Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2012.....	39
Tabela 8 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	40
Tabela 9 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	43
Tabela 10 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	44
Bacabeira		
Tabela 11 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	57
Tabela 12 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	58
Tabela 13 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	59
Tabela 14 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	62
Tabela 15 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012.....	63
Tabela 16 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	64
Tabela 17 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	65
Tabela 18 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	69
Tabela 19 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	70
Cachoeira Grande		
Tabela 20 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	81
Tabela 21 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	82
Tabela 22 -	Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	83
Tabela 23 -	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	85
Tabela 24 -	Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	87
Tabela 25 -	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	88
Tabela 26 -	Distribuição da população por religião – 2010.....	91
Tabela 27 -	Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	92
Icatu		
Tabela 28 -	Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	108

Tabela 29 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	108
Tabela 30 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	109
Tabela 31 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	112
Tabela 32 - Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	113
Tabela 33 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012.....	114
Tabela 34 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	115
Tabela 35 - Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.....	116
Tabela 36 - Distribuição da população por religião – 2010.....	120
Tabela 37 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	121
Morros	
Tabela 38 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	142
Tabela 39 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	143
Tabela 40 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	144
Tabela 41 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	147
Tabela 42 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	148
Tabela 43 - Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.....	149
Tabela 44 - Distribuição da população por religião – 2010.....	153
Tabela 45 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	153
Presidente Juscelino	
Tabela 46 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	164
Tabela 47 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	165
Tabela 48 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	165
Tabela 49 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	168
Tabela 50 - Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	168
Tabela 51 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente - 2006 e 2012.....	169
Tabela 52 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	170
Tabela 53 - Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.....	171
Tabela 54 - Distribuição da população por religião – 2010.....	173
Tabela 55 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	174
Rosário	
Tabela 56 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	189
Tabela 57 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	190
Tabela 58 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	191

Tabela 59 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012.....	193
Tabela 60 - Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	194
Tabela 61 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente - 2006 e 2012.....	195
Tabela 62 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012.....	196
Tabela 63 - Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	197
Tabela 64 - Distribuição da população por religião – 2010.....	203
Tabela 65 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classes – 2010.....	204
Santa Rita	
Tabela 66 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006.....	216
Tabela 67 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006.....	217
Tabela 68 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010.....	218
Tabela 69 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária - 2006 e 2012.....	220
Tabela 70 - Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006.....	221
Tabela 71 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente - 2006 e 2012.....	222
Tabela 72 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2012.....	223
Tabela 73 - Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012.	224
Tabela 74 - População residente por religião – 2010.....	227
Tabela 75 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010.....	228

LISTA DE SIGLAS

AIDs -	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AILCA	Academia Icatuense de Letras, Ciências e Artes
ANATEL -	Agência Nacional de Telecomunicações
APA -	Área de Proteção Ambiental
AVC -	Acidente Vascular Cerebral
BPC -	Benefício de Prestação Continuada
CAEMA -	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAPS -	Centro de Atenção Psicossocial
CEMAR -	Companhia Energética do Maranhão
CRAS -	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS -	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRPM -	Serviço Geológico do Brasil
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
DSTs -	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
ESF -	Programa Estratégia Saúde da Família
ETC -	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDM -	Índice de Desenvolvimento Municipal
IMESC -	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NASF -	Núcleo de Assistência a Saúde da Família
PAIF -	Programa de Atenção Integral à Família
PETI -	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB -	Produto Interno Bruto
PROJOVEM -	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SAAE -	Sistema Autônomo de Água e Esgoto
SIAB -	Sistema de Informação de Atenção Básica
SUS -	Sistema Único de Saúde
TSE -	Tribunal Superior Eleitoral
UAB -	Universidade Aberta do Brasil
UEMA -	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA -	Universidade Federal do Maranhão
UTI -	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ABRANGÊNCIA AMBIENTAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ROSÁRIO.....	16
2.1	Axixá.....	20
2.2	Bacabeira.....	49
2.3	Cachoeira Grande.....	73
2.4	Icatu.....	94
2.5	Morros.....	124
2.6	Presidente Juscelino.....	156
2.7	Rosário.....	176
2.8	Santa Rita.....	206
	REFERÊNCIAS.....	231
	ÍNDICE.....	235

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica do desenvolvimento de uma região só se concretiza a partir do momento em que essa mesma região é estudada e esse estudo é socializado entre os diferentes segmentos das sociedades: científica, cultural, intelectual, universitária e o povo em geral.

Nessa perspectiva o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC instituição vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, dá prosseguimento à execução do seu projeto, Enciclopédia dos Municípios Maranhenses, desta vez com o III volume cujo título é Enciclopédia dos Municípios Maranhenses, Microrregião Geográfica de Rosário.

O trabalho está estruturado em oito capítulos, cada um particularizando um dos oito municípios que compõem a microrregião citada, dos quais estão no Baixo Vale do Munim, Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros e Presidente Juscelino e no Baixo Vale do Itapecuru, Bacabeira, Rosário e Santa Rita.

A pesquisa, realizada entre 2012 e 2013, desenvolveu-se em dois momentos: pesquisa bibliográfica, cartográfica e trabalho de campo, este praticado em duas viagens de sete dias cada, ocasião em que foram aplicados formulários em órgãos públicos municipais e estaduais, sindicatos, diretores de colégios, assim como contatos informais com representantes da colônia de pescadores e diálogo com pessoas da comunidade, especialmente idosos, no sentido de adquirir informações sobre o início da ocupação do território, usos e costumes da população.

Fazem parte do conteúdo da enciclopédia uma árvore genealógica do município, oito plantas urbanas, oito mapas municipais e um microrregional, 44 fotografias selecionadas das 538 obtidas em pesquisa de campo e de outros autores, 75 tabelas, além de alguns gráficos.

Acredita-se que os leitores irão conjecturar a diferença da diversidade de informações entre alguns municípios, o que se explica pela deficiência de informações, como por exemplo, bandeira e brasão, sem explicação do desenho e cores, poesia do hino desacompanhada da partitura, além de outras.

Na análise dos dados quantitativos levou-se para um ponto 0,5 e para menos 0,49.

Algumas abordagens que possam ser consideradas desatualizadas são resultado das informações dos órgãos competentes, como por exemplo, citam-se a condição do produtor rural e o uso atual da terra, que são de 2006, exercício em que foi publicado o último censo

agropecuário; a população refere-se ao último censo demográfico (2010); em contrapartida, há dados mais recentes de 2013 e 2014.

Como publicação gratuita, será distribuída, especialmente a gestores municipais, os quais o IMESC agradece assim como a comunidade consultada, que atendeu os técnicos, sem o qual este trabalho não teria sido concluído.

2 ABRANGÊNCIA AMBIENTAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ROSÁRIO

A Microrregião Geográfica de Rosário é uma das microrregiões do Maranhão pertencente à Mesorregião Norte Maranhense e, apesar da descaracterização ambiental, principalmente da fauna e da flora, está na Amazônia Maranhense, portanto na Amazônia Legal.

Localiza-se na parte setentrional do Estado do Maranhão, limitando-se ao Norte com o Oceano Atlântico e com a Microrregião Geográfica da Aglomeração Urbana de São Luís, ao Oeste com as Microrregiões Geográficas do Litoral Ocidental Maranhense e da Baixada Maranhense; ao Sul com as Microrregiões Geográficas do Médio Mearim e do Itapecuru-Mirim e ao Leste com as Microrregiões Geográficas de Chapadinha e dos Lençóis Maranhenses.

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte: - 2°22'09" de latitude e -43°46'15" de longitude; Oeste: -44°14'34" de longitude e - 3°18'30" de latitude; Sul: -3°00'02" de latitude e -44°30'03" de longitude e Leste: -43°32'32" de longitude e -3°7'47" de latitude (Mapa 1).

São oito os municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Rosário: Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Rosário e Santa Rita. Desmembraram-se de Rosário - Bacabeira e Santa Rita. O município Icatu, por ser o terceiro mais antigo do Estado, não se originou de outro qualquer; contudo, originaram-se deste município, posteriormente, Morros e Axixá. De Axixá desmembrou-se Presidente Juscelino e de Morros, Cachoeira Grande (Figura 1). Exceto os outros municípios, Bacabeira e Santa Rita se organizaram paralelos à BR - 135; os demais iniciaram suas povoações às margens dos rios e, com o surgimento das rodovias, direcionaram às mesmas a expansão urbana de suas cidades.

Em se tratando da abrangência regional e econômica dessa microrregião corresponde à área entre a Ilha do Maranhão e o continente, favorecendo um expressivo adensamento populacional em período mais recente, em face da expansão da capital maranhense.

A proximidade dessa microrregião, em relação à Microrregião Geográfica da Aglomeração Urbana de São Luís, tem orientado a estrutura daquele segmento espacial apresentando determinados setores de atividades que servem de suporte às indústrias sediadas na capital. Este fato vem dando a Rosário e Bacabeira características de cidades dormitórios.

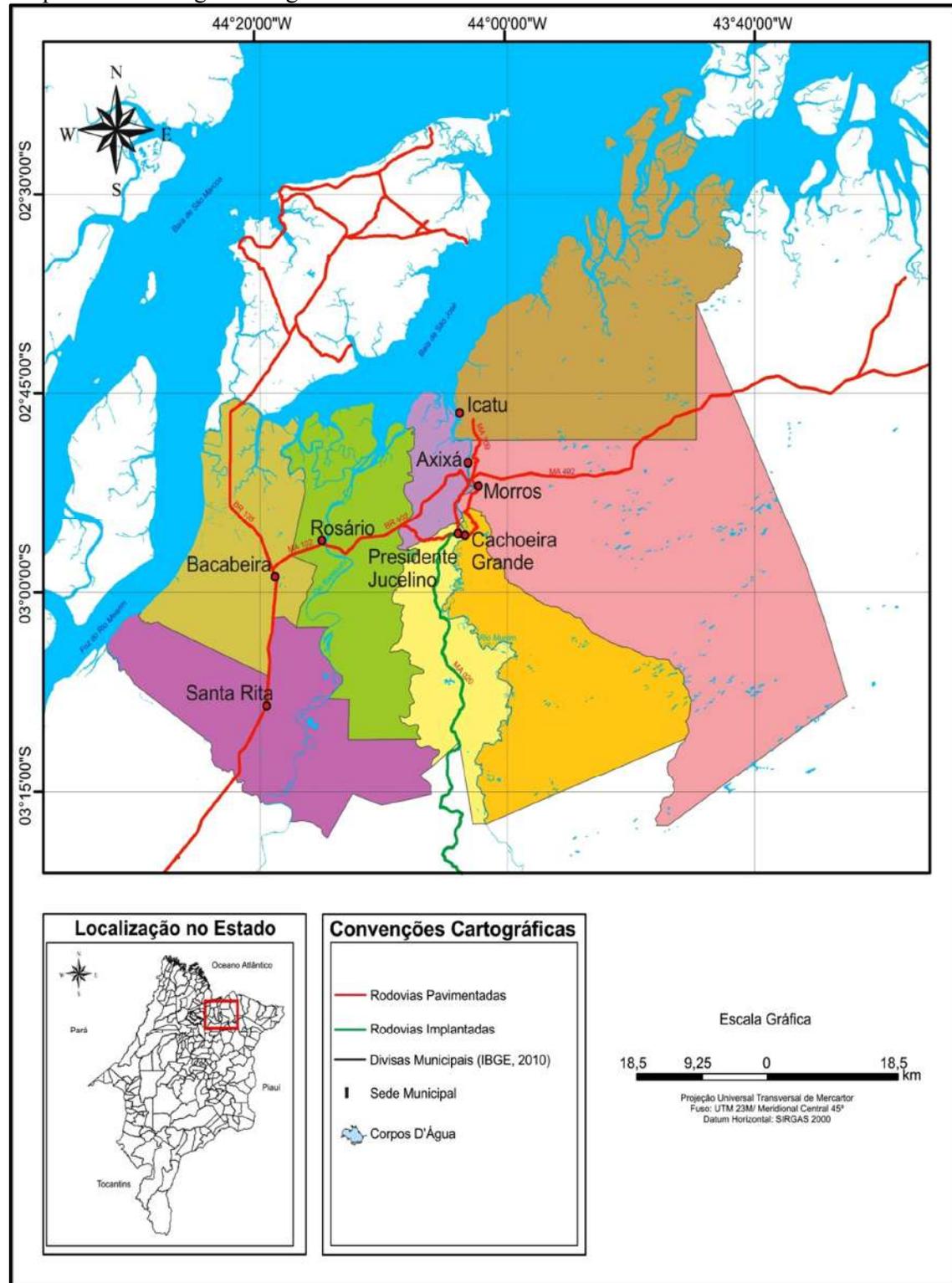
A estrutura produtiva dessa Microrregião está direcionada para o setor primário, principalmente com a produção hortícola, do cultivo da mandioca, além da significativa criação de bovino de Santa Rita, enquanto que a atividade pesqueira é praticada com maior ênfase em Icatu e Rosário, principalmente, no que diz respeito à criação de camarão em cativeiro, naquele município, voltada para a exportação.

O crescimento das atividades econômicas em São Luís gerou a instalação nessa microrregião, mais especificamente no município de Rosário, de um distrito industrial direcionado basicamente para os gêneros da metalurgia e de minerais não metálicos, que beneficia-se das economias geradas pela presença da rodovia BR-135, atualmente em processo de duplicação e de duas ferrovias: a Transnordestina, antiga São Luís-Teresina e a Estrada de Ferro Carajás, além das facilidades de acesso ao Porto do Itaqui, bem como pela disponibilidade de energia elétrica.

Merece destaque a produção de brita, explorada pela Vale, no município Rosário, cuja produção destina-se principalmente à construção e conservação do leito da Estrada de Ferro Carajás-Ponta da Madeira. Essas transformações decorrem da transferência de polos industriais projetados para serem instalados em São Luís.

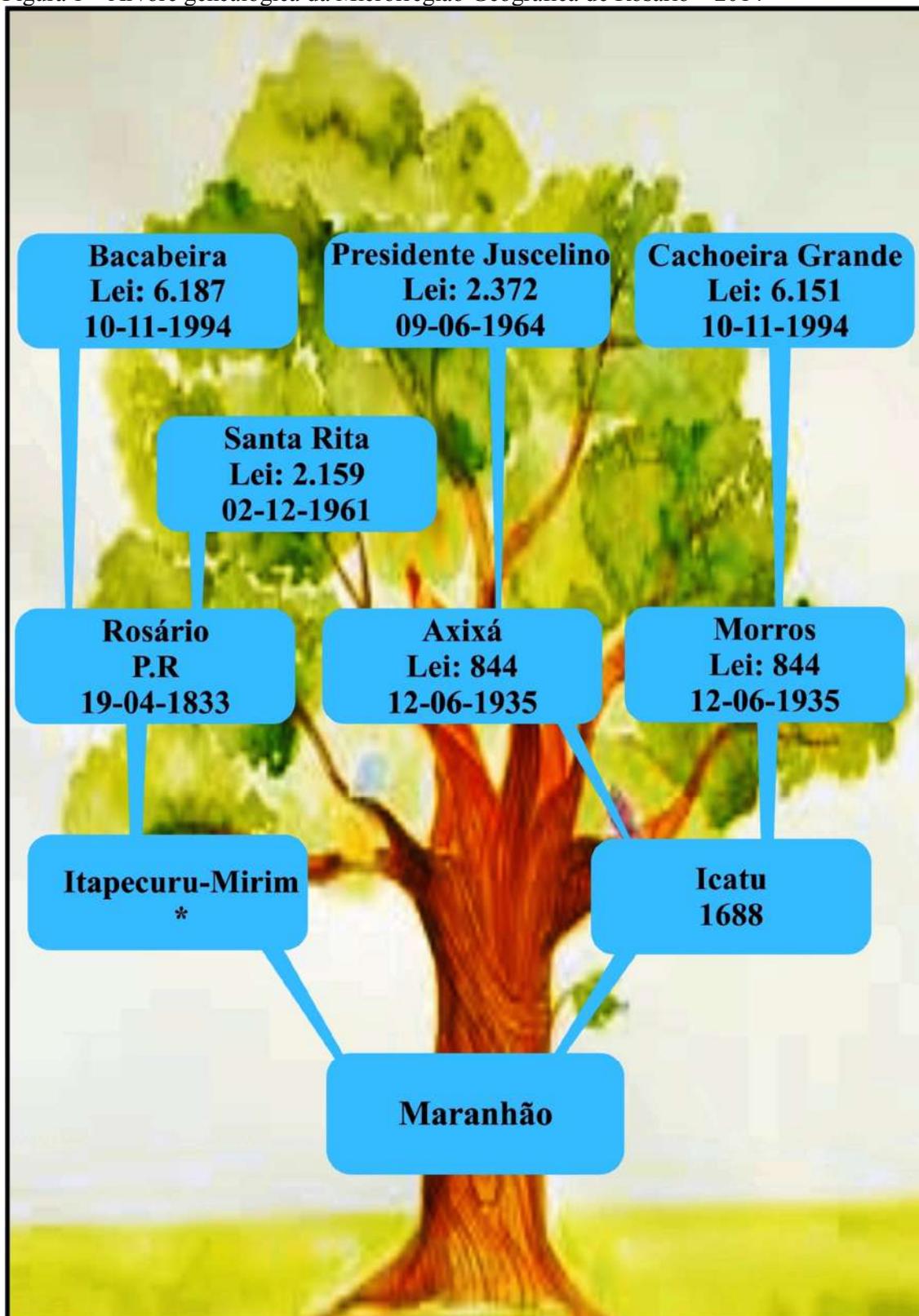
Vale registrar o estudo para a implantação de uma usina de refinamento de petróleo - a Premium, em Bacabeira, o que provocou a migração para a sede deste município, acelerou a demanda e o preço da terra, motivando o crescimento da área urbana da cidade.

Mapa 1 - Microrregião Geográfica de Rosário – 2014



Fonte: IBGE; IMESC

Figura 1 – Árvore genealógica da Microrregião Geográfica de Rosário – 2014



*Não faz parte da microrregião

P.R = Provisão Régia

Fonte: IMESC

2.1 Axixá

Símbolos Municipais

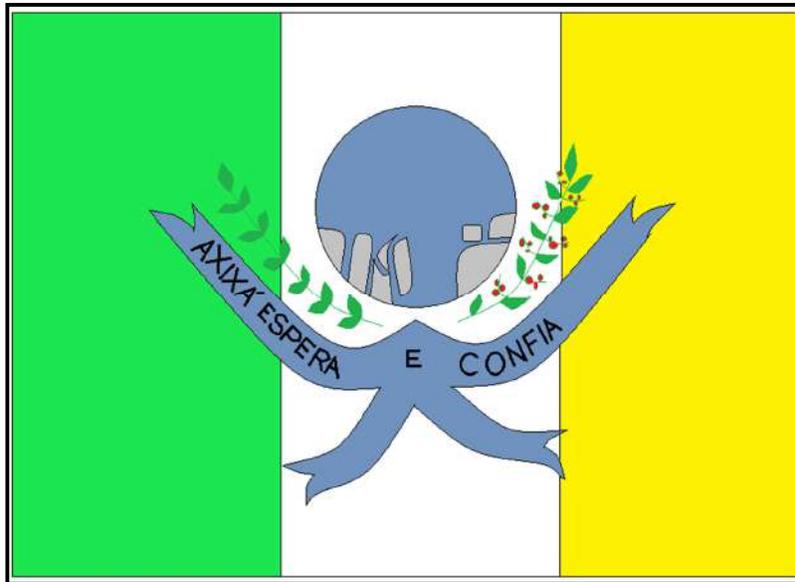


Brasão

O Brasão de Axixá foi idealizado pelos professores: Abílio Cesar Cantanhede e Terezinha de Jesus Almeida. É representado por uma folha de axixá e um escudo redondo ao centro.

Na parte superior do escudo estão desenhadas: do lado esquerdo, a bandeira do Maranhão e do lado direito, a bandeira axixaense. Na parte inferior à esquerda, o granito e à direita, a andiroba.

O conjunto está sobre um resplendor amarelo, contornado por uma estrela de 20 pontas. Em uma faixa azul, sobre o talo da folha do axixá, estão escritas as expressões: “23 de setembro”, à esquerda, e “de 1917” à direita.



Bandeira

A Bandeira de Axixá é formada por três listras dispostas verticalmente, nas cores: verde, branco e amarelo.

- O verde e o amarelo representam as cores nacionais.
- O branco simboliza o pacifismo da população axixaense.

Ao centro da bandeira, uma esfera azul simboliza o céu, onde estão representados o granito e a andiroba.

Hino

Axixá, rincão estremecido
 Berço régio querido
 Abençoado por Deus
 Axixá o teu nome sagrado
 Lembra um nobre passado
 E os heróis filhos teus
 Em meus versos
 De amor decantado
 Em meu peito inspirado
 Transbordante de ardor
 Axixá, te quero ver
 Resplendente de fulgor.
 Na margem do Rio Munim
 Paira sempre soberba imagem
 Majestosa e juvenil
 Encerrando belezas mil
 De heróis fala tua história
 Tua vida é plena de glória
 Sobranceira e varonil
 Serás grande no Brasil.

Letra: Mary Silva Fontoura
Melodia: José Maria Costa Fontoura

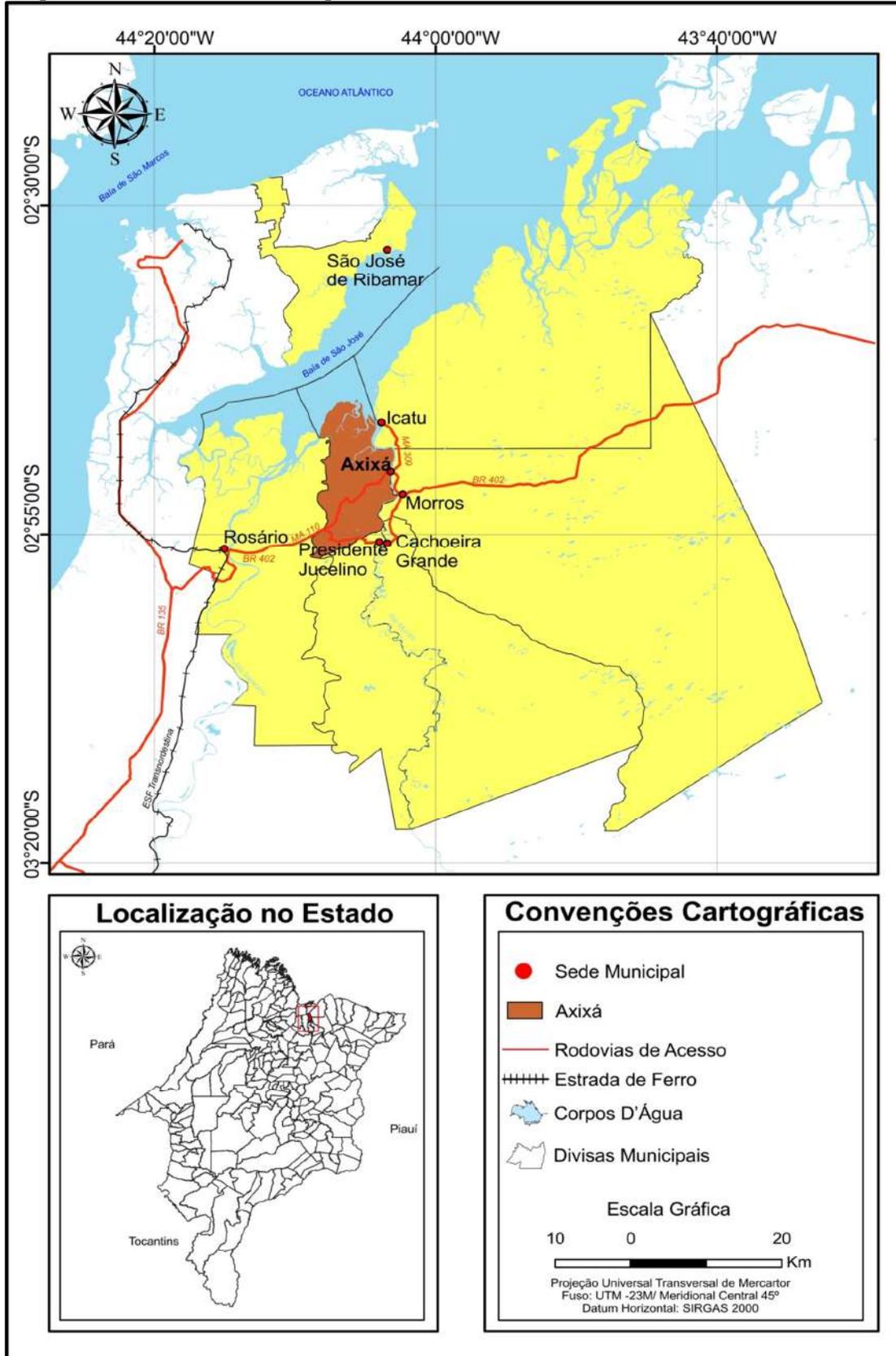
Localização

O município Axixá está localizado no Baixo Vale do Munim, faz parte da Mesorregião Norte Maranhense e Microrregião Geográfica de Rosário.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com São José de Ribamar, ao Oeste com Rosário, ao Sul com Presidente Juscelino e ao Leste com Morros, Icatu e Cachoeira Grande (Mapa 2).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 02°41'15" de latitude e -44°05'46" de longitude, Oeste -44°09'47" de longitude e -02°43'49" de latitude, Sul -02°56'50" de latitude e -44°08'10" de longitude e Leste -44°02'39" de longitude e -02°52'00" de latitude.

Mapa 2 - Localização do Município



Fonte: IMESC, 2013; IBGE, 2013

Extensão

O município possui uma área de 203,153 km², ocupando a 213^o posição no *ranking* estadual, representando 0,06% do Maranhão. Na Mesorregião Norte Maranhense está na 57^o posição com 0,39% e na Microrregião Geográfica de Rosário situa-se na última posição com 3,16%.

Ao ser criado, o município de Axixá, tinha 557,849 km², dos quais perdeu 354,696 km² para a criação do município de Presidente Juscelino (Lei 2.372 de 9/06/1964).

Processo de Ocupação

O município de Axixá foi colonizado pelos portugueses, chefiados por Manuel José de Pinho que encontraram um local propício para fixação de suas residências.

Com o aumento da população portuguesa surgiu uma grande casa comercial denominada de Martins & Irmãos. Pela população ser predominantemente católica, Manoel José de Pinho e seus companheiros construíram uma igreja em homenagem a Nossa Senhora da Saúde que ficou conhecida como padroeira da cidade, cuja imagem trouxeram de Portugal, roubada em 27 de abril de 1975.

Em Axixá, em tempos pretéritos a exploração de granito era uma atividade econômica de grande importância. Em 1911, o governo do Estado mandou contratar em Portugal alguns homens especialistas no trabalho de cantaria para exploração do granito existente no município (OLIVEIRA, 2000).

O granito extraído era transformado em pedras em lascas, paralelepípedos e brita. A produção exportada para São Luís, onde era utilizada no calçamento de ruas, construção civil e artesanatos, como pode ser evidenciado nas “garras” dos leões do Palácio do Governo em São Luís (OLIVEIRA, 2000).

Com a queda da monarquia, Axixá tornou-se o 2^o distrito de Icatu até 1917. O então governador do Estado do Maranhão, Herculano de Nina Parga, no dia 23 de setembro de 1917, instalou pessoalmente o município de Axixá (IBGE, 1959).

Com a revolução em 1930, a conjuntura política modificou-se, culminando com a dependência de Axixá em relação a Icatu, até 12 de junho de 1935, quando reconquistou sua autonomia (OLIVEIRA, 2000).

O nome do município deve-se as árvores exuberantes de frutos avermelhados, encontradas as margens do Rio Munim denominada axixá (*Sterculia striata*).

Oliveira (2000) tem outra explicação para a história de ocupação do espaço de Axixá, que merece ser citada.

“A partir do século XVII, travou-se às margens do rio Munim, no forte de Santa Maria, entre franceses e portugueses, a Batalha de Guaxenduba, em 19 de novembro de 1914. Os portugueses fizeram o reconhecimento do local e ali se prepararam para defender suas terras, sob as ordens do rei de Portugal D. João III. Essa região que até então nunca havia sido citada passou a ser palco desta luta, sendo constantemente visitada pelos conquistadores portugueses. Esses acontecimentos levam a acreditar que a povoação de Axixá tenha surgido a partir de 1614, pois a mesma se encontra localizada as margens desse Rio, bem próxima a Icatu. Chegou-se à conclusão que esse foi o fator que dá origem ao reconhecimento da região.

Esta outra versão de povoamento, nada muito provável, pois não existem provas contundentes, o que, no entanto, não descarta a procedência de tal versão.

Nada consta em registro, com relação a data precisa do início desta povoação, mas de acordo com pesquisa em fontes primárias e depoimentos dos mais idosos, a história deste município está ligada ao povoamento do Munim-Mirim, onde alguns saqueadores franceses (piratas) se refugiaram com uma carga de um navio português, desviado pela rota do rio Munim.

Por se tratar de um local de difícil acesso, e nas proximidades do rio Munim, do qual deriva o nome do povoado, ali se estabeleceram e construíram uma vila inteira (casas, igrejas, pavimentaram ruas etc.).

Atualmente se encontra em estado de ruínas, cemitérios, ruas, poços enormes e profundos, onde pode-se verificar uma arquitetura colonial muito sofisticada, toda com pedras.

Contam mais os moradores que o governo de Portugal começou uma caçada a esses corsários, que ao saberem do acontecido deixaram o povoado e tudo o que nele existia, permanecendo somente alguns escravos, dos quais descende a população daquele local, que é na sua maioria negra.

Os soldados portugueses, ao descobrirem o refúgio dos saqueadores, destruíram tudo na busca do tesouro; segundo depoimentos, não foi encontrado por ter sido escondido nas paredes dos enormes poços de pedra.

Até hoje, pessoas de vários estados e até mesmo países se aventuram nas matas do Munim em busca de informações ou quem sabe do tesouro perdido.

Depois que fizeram o reconhecimento da terra, os portugueses constataram que não havia tesouro naquele local, mas levaram a informação à coroa portuguesa, da grande quantidade de pedra granito que existia no povoado. Essa matéria-prima tinha um grande valor comercial na época para os portugueses, pois era muito utilizada em suas construções, monumentos históricos e pavimentação de ruas etc.” (OLIVEIRA, 2000, p. 17-18).

Ambiente Físico

O embasamento geológico do município compreende três formações: Itapecuru, Complexo Cristalino e Aluviões. A primeira formação, pertence ao Cretáceo Inferior (145 milhões a 500 mil anos atrás) é constituída de arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal. O Complexo Cristalino (2 milhões de

anos atrás) aflora na porção Oeste do município, constitui-se de rochas metamórficas, com predomínio de migmatitos, gnaisses e calcários cristalizados. Os depósitos aluvionares recentes são constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas, aparecendo ao longo do litoral (UEMA, 2002).

O território de Axixá compreende duas formações geomorfológicas: Golfão Maranhense e Superfície Maranhense com Testemunhos. A formação geomorfológica do Golfão Maranhense resultou do intenso trabalho de erosão fluvial no Quaternário antigo (1 milhão e 500 mil anos atrás), originando uma paisagem marcada por planícies aluviais, lagoas, rios e ilhas. De acordo com a UEMA (2002), a Superfície Maranhense com Testemunhos corresponde a uma área aplainada durante o ciclo Velhas, com a presença de testemunhos tabulares da superfície cimeira.

Em relação aos aspectos pedológicos, identificam-se em Axixá os solos indiscriminados de mangue e argissolos vermelho amarelo concrecionário, em maior proporção. O primeiro grupo é caracterizado pela presença de solos mal drenados, com teor elevado de sais minerais provenientes da água do mar e de compostos de enxofre, com textura variando desde argilosa até arenosa, encontrados nas porções Norte e Oeste do município. O argissolos vermelho amarelo concrecionário inclui solos profundos a moderadamente profundos, em geral, bem drenados e porosos, com perfis bem diferenciados e horizontes de acumulação de argila, além da presença de nódulos ferruginosos em sua composição (UEMA, 2002).

O Munim é o principal rio que banha o território municipal (Figura 2). Além deste, riachos como: Ribeirão, Fonte Grande, Azeite Doce, Pernambucano, Riachão, Zuador, Veneza e as lagoas: Grande, Protestantes e Sapucaia, constituem o sistema hidrográfico.

A cobertura vegetal é caracterizada pela presença de manguezais e um mosaico de matas abertas, pastagens e vegetação degradada com presença do babaçu. Os manguezais são coberturas vegetais caracterizadas pelo grande poder de regeneração, ocupam áreas salobras dos cursos d'água, instalando-se em áreas que sofrem influência das marés.

O município localiza-se em uma área de clima tropical úmido, caracterizado por apresentar o primeiro semestre do ano com altos índices pluviométricos e o segundo semestre com estiagem. A temperatura média anual é superior a 27° C, com umidade relativa do ar anual superior a 82% e totais pluviométricos ente 1.600 e 2.000 mm anuais (UEMA, 2002).

As características supracitadas foram essenciais para que o município fosse incluso como pertencente à Área de Proteção Ambiental (APA) do Upaon-Açú/Miritiba/Alto Preguiças.

Figura 2 - Rio Munim - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Urbano

A cidade de Axixá está localizada entre os meandros do Rio Munim e colinas onduladas, apresentando assim uma forma alongada, ligeiramente retangular.

Tendo como início da ocupação a margem do rio e, conseqüentemente, o porto (Figura 3) permaneceu nesse espaço urbano exíguo até que com o surgimento da rodovia foi atraída pela tal, para a qual está direcionando sua expansão.

Embora antiga, não tem expressivas construções com aspecto colonial exceto poucos casarões (Figura 4) próximos ao porto e a igreja. A malha urbana distribui-se entre duas avenidas arborizadas (Figura 5) e 22 ruas das quais aproximadamente 40% asfaltadas e as demais pavimentadas com paralelepípedos ou cimento, além de algumas praças ajardinadas (Figura 6).

Uma das avenidas é a continuação da rodovia MA 110, da qual partem duas travessas no sentido Leste. Referidas travessas terminam em uma rua sinuosa que, fazendo uma curva vai encontrar com a principal avenida. Da segunda avenida no sentido Oeste saem seis travessas. Do lado esquerdo da principal avenida estão as praças e em frente a uma delas a igreja matriz.

Figura 3 - Porto de Axixá, início da povoação - 2012



Fonte: IMESC

Figura 4 – Casa em estilo colonial - 2012



Fonte: IMESC

Figura 5 - Avenida arborizada - 2012



Fonte: IMESC

Figura 6 – Vista parcial de uma praça ajardinada - 2012

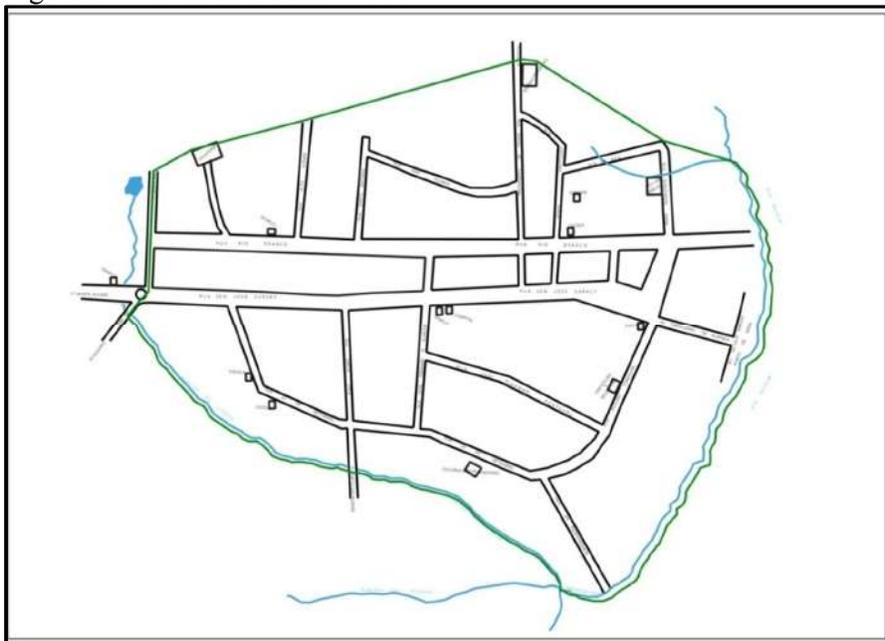


Fonte: IMESC

Em 2013, a área urbana de Axixá (Figura 7) possuía 3,31 km² de extensão que corresponde a 331,09 hectares ou 1,63% do município.

No município registrou-se 1.477 casas construídas com tijolo, 430 de taipa revestida, 554 de taipa não revestida, duas de madeira e onze de outros materiais (BRASIL, 2012).

Figura 7 - Planta da cidade - 2007



Fonte: IBGE

Espaço Rural

O espaço rural de Axixá está distribuído em comunidades divididas em: sítios, povoados e áreas remanescentes de quilombos.

Sítios: Bacuriata, Boa Vista, Bom Fim, Bom Jardim, Guapiriba, Jauma, Leiteira, Limoeiro, Oiteiro, Riachão I, Riachão II, Ribeirão, Santa Bárbara, Santa Maria, São Pascoal, São Paulo, Simaúma, Tapera e Vale Quem Tem.

Povoados: Belém, Burgos, Centro Grande, Monte Alegre, Munim-Mirim, Munim-Açu, Peri-Juçara, Rui Vaz, Santa Rosa I, Santa Rosa II, Sapucáia e Veneza.

Segundo a Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial (2013), o município de Axixá possui oito comunidades rurais negras remanescentes de quilombos, sendo: Burgues, Centro Grande, Iguaberiba, Munim-Mirim, Ribeirão, Santa Maria, Santa Rosa e São Pascal.

Utilização das Terras

O espaço rural do município está distribuído em 34.393 hectares ocupados por estabelecimentos agropecuários. Salienta-se que em um estabelecimento podem ocorrer inúmeras atividades ligadas a utilização das terras, portanto, torna-se inviável uma análise em percentual dos mesmos. Apesar desse cenário, evidenciaram-se que os estabelecimentos destinavam-se, a agricultura temporária e permanente, pastagens em três modalidades, forrageiras, matas e florestas, destinadas para preservação ambiental, tanques, lagos, açudes, construções e benfeitorias (Tabela 1).

Dos 34.393 hectares do espaço rural, em 2006, 85% destinavam-se a agricultura temporária, 12% as agriculturas permanentes, 1% as pastagens naturais, 1% pastagens plantadas em boas condições, sistemas agroflorestais e matas e/ou florestas, nas suas diferentes classificações; tanques, lagos, águas pluviais e construções e benfeitorias, juntas somaram menos de 1% (Tabela 1).

Pelos dados estatísticos de 2006, a agricultura era a principal atividade econômica desenvolvida no espaço rural do município, pois 97% da área destinavam-se as práticas agrícolas. Em relação à pecuária, as inferências estão no destino de algumas atividades como pastagens naturais e pastagens plantadas em boas condições que, no entanto, juntas representaram apenas 2% dos hectares ocupados.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	202	4.111
Agricultura temporária	555	29.273
Pastagem natural	107	194
Pastagens plantadas em boas condições	20	241
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	3	64
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	8	57
Sistemas agroflorestais	14	180
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	12	138
Construções, benfeitorias ou caminhos	114	135
Total	-	34.393

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Em 2006 havia 1.222 estabelecimentos, onde 42% estavam com o proprietário, 5% com o arrendatário, 1% com o parceiro, 25% com o ocupante, 26% com o produtor sem terra e menos de 1% com o assentado sem titulação definitiva. Pelo fato de os arrendamentos e parcerias serem efetuados com os proprietários, elevam para este os seus estabelecimento para 48%. Referidos estabelecimentos ocupavam em 2006 34.433 hectares, dos quais 72% estavam com o proprietário, 1% com o assentado sem titulação definitiva, 27% com o ocupante; o arrendatário e o parceiro juntos não atingiram 1%; o que leva a refletir que embora esses dois segmentos tenham estabelecimentos, a exiguidade da área que ocupam não lhes proporciona uma produção significativa (Tabela 2).

Outras particularidades são o produtor sem área que tem 26% dos estabelecimentos, enquanto que o ocupante, aquele que trabalha em áreas devolutas ou cedidas pelo proprietário, teve à sua disposição 27% dos hectares ocupados, o que leva a refletir sobre as áreas que, obviamente são muito pequenas.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	510	24.820
Assentado sem titulação definitiva	6	214
Arrendatário	62	171
Parceiro	16	40
Ocupante	310	9.188
Produtor sem área	318	-
Total	1.222	34.433

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Demografia

Axixá classificou-se, em 2010, no 52º lugar na Mesorregião Norte Maranhense o que corresponde a 0,44% da população. Na Microrregião Geográfica de Rosário estava no 7º lugar com 7,08%. No Estado ocupava o 159º lugar em número de habitantes, o que representa 0,17%. Sua densidade demográfica é de 56,15 hab/km². O Índice de Desenvolvimento

Humano Municipal - IDHM¹ no aludido ano obteve o valor de 0,64 sendo o 15º em relação ao Maranhão (IPEA, 2013).

Entre 2000 e 2010, a população do município aumentou 12%, particularizando-a por gênero e área tiveram nesse período as seguintes diferenças; aumentaram a população masculina 12%, feminina 13%, a urbana 291% e a rural -25% (Tabela 3), o que significa um êxodo rural significativo em dez anos. Supõe-se que, essa evasão rural seja resultado das vantagens oferecidas pela sede do município em educação, saúde, não se descartando também a renda com aposentadorias e bolsa família que dando mais poder aquisitivo, o rurícola prefira maior conforto e por isso migram para a área urbana.

Em 2000, a população era de 10.142 habitantes, sendo 51% masculina e 49% feminina. A população rural predominava com 88% e a urbana representava apenas 12%. Em 2010, repetiram-se os percentuais tanto da população masculina quanto da feminina, enquanto a população urbana passou para 41% e a rural 59%. Embora a população urbana continue menor que a rural, esta diminuiu consideravelmente (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	5.194	5.822
Feminina	4.948	5.585
Urbana	1.202	4.703
Rural	8.940	6.704
Absoluta	10.142	11.407

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Saúde

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, em julho de 2012 o município possuía um hospital público, com quatorze leitos para internação, um para urgência/emergência e dois para recuperação cirúrgica, com enfermarias diferenciadas para homens e mulheres, especialmente pediatria e maternidade.

Os principais exames realizados são os laboratoriais e de ultrassonografia.

¹ O IDHM varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhor o índice.

O corpo profissional no período pesquisado distribuía-se em: cinco médicos especialistas em pediatria, ginecologia, obstetrícia e clínica geral, oito enfermeiros, dezessete técnicos de enfermagem, dois auxiliares de enfermagem e um dentista.

Além do hospital o município tem nove postos de saúde distribuídos na área rural.

Como programas especiais possuem o de Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), estruturado em cinco equipes compostas de cinco médicos, cinco enfermeiros, cinco técnicos de enfermagem que atendem todo o município, desenvolvendo também o Programa Saúde Bucal.

Há distribuição de remédios mediante a apresentação de um documento de identificação com foto e receita médica.

O município possui duas ambulâncias utilizadas principalmente para transportar pacientes para Morros e São Luís, quando os casos não podem ser resolvidos no local.

As doenças mais frequentes são: hipertensão, diabetes, infecções respiratórias, gastroenterocolite aguda e acidentes de trânsito, principalmente com motos.

Atuam em todo território municipal 56 agentes comunitários de saúde.

Educação

A educação municipal estruturava-se com dezenove escolas, sendo 89% localizadas na zona rural e 11% na área urbana. Em 2012, a rede pública municipal matriculou 2.844 alunos, orientados por 172 professores.

As escolas distribuía-se em creche, pré-escola, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos turnos: matutino, vespertino e noturno (exceto creches), que ocupavam 77 salas de aula, laboratórios de informática, bibliotecas e transporte escolar gratuito.

A educação estadual possuía uma escola na área urbana com 896 alunos matriculados no ensino fundamental, ensino médio e EJA, tendo 40 professores com ensino superior.

O ensino particular era representado por uma pequena escola com apenas o ensino fundamental.

Em relação à educação de nível superior, funcionava no município o Instituto Paulo Freire com os cursos de: Pedagogia, Letras, Educação Física e Biologia.

Economia

Em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 34,403 milhões, situando-se na 189ª posição no *ranking* estadual, correspondendo a 0,08%. O setor de serviços correspondeu a R\$ 22,180 milhões; o agropecuário a R\$ 7,976 milhões; o industrial a R\$ 3,494 milhões e R\$ 753 mil foram da arrecadação de impostos (IMESC, 2012).

Em 2010, o município situava-se na 122ª posição no Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM²) do Estado do Maranhão com o valor de 0,32 (IMESC, 2012). A renda per capita no aludido ano foi de R\$ 223,51 colocando-o em 99º no *ranking* estadual (IPEA, 2013).

A economia do município estrutura-se principalmente na agropecuária e no setor de serviços.

Agricultura

A atividade agrícola está classificada em: agricultura temporária, horticultura e agricultura permanente, sendo a primeira a mais importante.

Agricultura Temporária

A agricultura temporária tem como principais produtos: arroz, feijão, mandioca e milho. Entre 2006 e 2012 a área colhida aumentou 28%, a quantidade produzida 24% e o valor da produção 245%. Nesse período a área colhida teve os seguintes aumentos, por produto: arroz 11%, feijão 127%, mandioca 27% e milho 38%. A quantidade produzida: arroz -14%, feijão 60%, mandioca 27% e milho 3%. O rendimento médio teve os seguintes resultados: arroz -23%, feijão -30%, mandioca manteve-se estável e milho -25%. Quanto ao valor da produção, os resultados foram: arroz 14%, feijão 67%, mandioca 322% e milho 17% (Tabela 4). Como pode ser observado, com exceção da mandioca, que ficou estável, todos os demais produtos tiveram queda no rendimento médio, o que é reflexo da falta de insumos voltados para a agricultura e de assistência técnica ao produtor.

Em 2006, a área colhida foi de 654 hectares, dos quais 52% com mandioca, 24% de milho, 21% de arroz e 3% de feijão. A quantidade produzida de 2.950 toneladas, 93%

² O IDM varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhor o índice.

foram de mandioca, 4% de arroz, 3% de milho e 0,17% de feijão. O valor da produção foi de R\$ 387 mil, a mandioca representou 74%, o milho 12%, arroz 11% e feijão 3% (Tabela 4).

Em 2012, a área colhida foi de 834 hectares, sendo: 52% de mandioca, 26% de milho, 19% de arroz e 3% de feijão. No referido ano, a quantidade produzida totalizou 3.669 toneladas, das quais 95% foram de mandioca, 3% de milho, 2% de arroz e 0,22% de feijão. O rendimento médio dos dois períodos pode ser observado na tabela 4. O valor da produção resultou em R\$ 1,334 milhão, dos quais 91% advieram da mandioca, 4% do arroz e milho cada e 1% de feijão (Tabela 4).

Tabela 4 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária - 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	140	155	105	90	750	581	44	50
Feijão	11	25	5	8	454	320	9	15
Mandioca	343	434	2.744	3.472	8.000	8.000	288	1.215
Milho	160	220	96	99	600	450	46	54
Total	654	834	2.950	3.669	-	-	387	1.334

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Horticultura

A horticultura no município está representada por quatro produtos: maxixe, milho verde, pepino e quiabo, apesar de se registrar em trabalho de campo o cultivo de alface, cheiro verde e cebolinha.

Em 2006, a quantidade produzida foi de 115 toneladas, das quais 6% de maxixe, 91% de milho verde e 3% de quiabo. Das 80 toneladas vendidas, 3% foram de maxixe e quiabo cada e 94% de milho verde; quanto aos R\$ 30 mil, resultado do valor da produção, 20% couberam ao maxixe, 70% ao milho verde e 10% ao quiabo (Tabela 5).

Verifica-se na referida tabela que há uma diferença entre a quantidade produzida e quantidade vendida, isso se deve a dois fatores principais: perecividade do produto e o consumo doméstico; na prática sabe-se que grande parte do milho é transformado em pamonha, canjica e outros produtos, além de ser utilizado também cozido ou assado.

Tabela 5 - Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura - 2006

Produção	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Maxixe	7	2	6
Milho verde	105	76	21
Quiabo	3	2	3
Total	115	80	31

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

A agricultura permanente entre 2006 e 2012 teve como principais produtos: banana, castanha de caju, coco-da-baía, laranja e tangerina. No decênio citado, a área colhida aumentou 12%, a quantidade produzida (exceto o coco-da-baía) decresceu 11% e o valor da produção aumentou 34%. Nesse mesmo período a área colhida com banana cresceu 6%, com coco-da-baía 87% e com a laranja permaneceu estável. Na quantidade produzida a banana diminuiu 3%, o coco-da-baía aumentou 84% e a laranja permaneceu estável. No rendimento médio, a banana teve crescimento negativo de 8%, o coco-da-baía 1% e a laranja manteve-se estável. No valor da produção a banana aumentou 45%, o coco-da-baía 103% e a laranja 53%. A castanha de caju, o limão e a tangerina não foram analisados, pois o primeiro só tem informação em 2012 e os outros apenas em 2006.

Em 2006, a área colhida foi de 133 hectares, dos quais 68% foram de banana, 17% de coco-da-baía, 7% de tangerina e 4% de laranja e limão cada. A quantidade produzida foi 873 toneladas (exceto o coco-da-baía que é quantificado em mil frutos) das quais coube a banana 88%, a laranja 4%, o limão 3% e a tangerina 5%. Dos R\$ 561 mil, valor total da produção, a banana participou com 82%, o coco-da-baía com 5%, a laranja com 3%, limão 2% e tangerina 8%. Em relação ao rendimento médio da produção, este pode ser observado na tabela 6.

Em 2012, a área colhida foi de 149 hectares, dos quais 64% foram de banana, 29% de coco-da-baía, 4% de castanha de caju e 3% de laranja, ressalta-se que não houve produção de limão e tangerina. A quantidade produzida resultou em 776 toneladas (exceto o coco-da-baía que é informado em mil frutos), cabendo à banana 95%, a castanha de caju 1% e a laranja 4%. O valor da produção foi de R\$ 754 mil, dos quais 88% resultaram da produção de banana, 8% de coco-da-baía, 3% de laranja e 1% de castanha de caju. Em relação ao rendimento médio, pode ser observado na tabela 6.

Tabela 6 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente - 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Banana	90	95	765	741	8.500	7.800	459	667
Castanha de caju	-	6	-	2		333	-	2
Coco-da-baía*	23	43	58	107	2.521	2.488	29	59
Laranja	5	5	33	33	6.600	6.600	17	26
Limão	5	-	25	-	5.000	-	11	-
Tangerina	10	-	50	-	5.000	-	45	-
Total	133	149	-	-	-	-	561	754

Fonte: IB GE - Produção Agrícola Municipal

*Mil Frutos

O Sindicato de Trabalhadores Rurais cadastrou em 2012, 1.624 associados, além de outros 500 pendentes em função do recadastramento, que, no entanto, não representam o total de rurícolas do município.

Pecuária

Ao se confrontar os dados da pecuária entre 2006 e 2012, observa-se que o rebanho cresceu 32%. No mesmo período, o ovino obteve o maior aumento com 470%, seguido por: muar 120%, caprino 88%, bovino 51%, equino 40% e aves 39%. Os rebanhos asinino e suíno decresceram no período 24% e 30% respectivamente (Tabela 7).

Em 2006, o rebanho possuía 17.360 cabeças distribuídas em: bovino, equino, asinino, muar, caprino, ovino, suíno e aves. As aves representaram 82%, o suíno 12%, bovino 4%, equino, asinino, muar, caprino e ovino juntos somaram 1%. Em 2012, o número de cabeças foi de 22.840; as aves representaram 87%, suíno 6%, bovino 5%, ovino 1%; os demais rebanhos juntos somaram 1% (Tabela 7).

Observa-se, pela análise apresentada, que no decênio avaliado, exceto as aves, os rebanhos que mais cresceram foram aqueles que em parte têm menor importância econômica. Entretanto, verifica-se que, na análise por ano (2006 e 2012), referidos rebanhos tiveram inexpressiva importância em todos os itens analisados (Tabela 7).

Tabela 7 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanhos	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	780	1.180
Equino	35	49
Asinino	70	53
Muar	15	33
Suíno	2.100	1.475
Caprino	40	75
Ovino	20	114
Aves	14.300	19.861
Total	17.360	22.840

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Em 2011, a produção de origem animal foi de 195 mil litros de leite e 7 mil dúzias de ovos de galinha, que geraram R\$ 399 mil; o primeiro rendeu R\$ 375 mil e os ovos de galinha R\$ 24 mil.

Extrativismo

O extrativismo vegetal é a exploração de recursos vegetais nativos através da coleta ou apanha de produtos, que permite a produção sustentada ao longo do tempo, de modo primitivo. Em 2012, o IBGE registrou a extração em Axixá dos seguintes produtos: juçara, carvão vegetal, lenha e oleaginosas.

O extrativismo da juçara, carvão vegetal e oleaginosas totalizou 180 toneladas e a produção de lenha 2.850 m³; das toneladas produzidas 81% foi de juçara, 9% de carvão vegetal e 10% de oleaginosas que resultaram, incluindo a lenha, em um valor total de R\$ 464 mil, dos quais 62% advieram da juçara, 20% das oleaginosas, 15% da lenha e 3% do carvão vegetal (Tabela 8).

Apesar da inexistência de estatísticas sobre a extração do óleo de andiroba, verifica-se que esse fruto é utilizado na extração do óleo para a fabricação de sabão e remédios fitoterápicos. Da árvore também é extraída a madeira utilizada em construção ou como matéria prima para a produção de lenha e carvão.

Do subsolo extraem parte da rocha granítica e areia do leito do Rio Munim, utilizadas na construção civil.

O extrativismo é praticado, em geral, pelas populações interioranas do município, vendendo-os para atravessadores ou diretamente na feira; essa atividade tem importância econômica significativa.

Tabela 8 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade produzida (Toneladas)	Quantidade Produzida (Metros Cúbicos)	Valor da Produção (Mil Reais)
Juçara	145	-	289
Carvão vegetal	16	-	13
Lenha	-	2.850	71
Oleaginosas	19	-	91
Total	180	2.850	464

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Pesca

O município é banhado pelo mar por meio da baía de São José e delineado pelo Rio Munim, por igarapés como Ribeirão, Saldanha e Perijuçara, que favorecem a atividade pesqueira, utilizando-se canoas (Figura 8), anzóis e redes, com produção voltada para subsistência. As principais espécies pescadas nos rios são: surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), mandi (*Pimelodus sp*), piaú (*Leporinus obtusideuns*), branquinha (*Psectrogaster amazônico*), além dos peixes próprios da água salgada.

A colônia de pescadores tinha em 2012, 2.433 associados, entretanto, considera que além desses existem aproximadamente 1.500 pescadores não associados; essa informação é testemunho da importância econômica da pesca; infelizmente não se tem dados quantitativos capazes de referenciá-las.

Figura 8 – Canoa (ao fundo) no principal ancoradouro de Axixá - 2012



Fonte: IMESC

Comércio

O comércio é essencialmente varejista, representado por quitandas, supermercado, mercado e feiras.

Indústria

De acordo com a Secretaria de Infraestrutura de Axixá, em julho de 2012, o município possuía uma fábrica de sabão, cuja matéria prima é o fruto da andiroba (*Carapa guianensis Aubi*), do qual se extrai o óleo que possui propriedades anticépticas, cicatrizantes e anti-inflamatória.

Produzem paralelepípedos com parte das rochas cristalinas existentes no município que são utilizadas na pavimentação da cidade, além de cerâmicas, padarias e casas de farinha.

Turismo

A paisagem de Axixá esculpida pelo curso d'água e enriquecida pela cultura da população traduz-se em um espaço turístico de grande potencial. Na gastronomia, por exemplo, as receitas feitas com o camarão de água doce, recebem um toque especial com os temperos locais.

Os monumentos históricos símbolos do processo de ocupação do território podem ser vislumbrados no município como: a Pedra do Tanque e a Fazenda do Munim-Mirim. O afloramento de blocos rochosos ao longo do Rio Munim, a navegação por este rio e o encontro dele com seu afluente Una com diferentes tonalidades de água, aquele acinzentado e este claro que inicialmente vão se misturando, são atrações turísticas. Os frutos da juçareira, bacabeira e da mangabeira transformados em sucos ou vinhos são de significativo sabor. O bumba-meu-boi de orquestra, com canções que cantam a natureza, o afeto, cuja criatividade colaborou para a composição de uma linda canção, que gravada por cantores importantes como Maria Betânia, se transformou no hino do bumba-meu-boi do Maranhão, a seguir transcrita:

BELA MOCIDADE

“Quando eu me lembro,
Da minha velha mocidade.
Eu tinha tudo a vontade,
Brincando no boi de Axixá.
Eu ficava com você,
Naquela praia ensolarada,
E a tua pele bronzeada,
Eu começava a contemplar.
Mas é que o vento buliçoso balançava teus cabelos,
E eu ficava com ciúme do perfume ele tirar.
Mas quando banzeiro quebrava,
Teu lindo rosto molhava,
E agente rolava na areia do mar.
(...)

A praia de Perijuçara, localizada em uma ilha afastada alguns quilômetros da sede municipal, é um espaço favorável para visitantes e cidadãos que buscam um local tranquilo e exuberante, onde a natureza pode ser observada em sua melhor forma. Apesar de Axixá possuir grande potencial turístico, a ausência de planejamento dessa atividade pode contribuir para perdas econômicas significativas para a população.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, faz parte da 31ª zona eleitoral; possuía 9.395 eleitores, distribuídos em 32 seções e nove vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

De acordo com a Prefeitura Municipal (2012), há 21 templos católicos no município, dos quais 95% na área rural. Em novembro, realiza-se o festejo de Nossa Senhora

da Saúde, santa padroeira do município, que fica na igreja matriz (Figura 9). O festejo atrai grande contingente populacional de povoados e outras regiões do Estado. Além desse festejo, comemoram São José, Santa Maria, São Benedito e Santa Ana.

Os templos evangélicos são: Assembleia de Deus e Batista. Em 2012, funcionavam dez tendas de religião africana ou indígena.

Figura 9 - Igreja Matriz - 2012



Fonte: IMESC

Segundo o IBGE (2010), das 11.408 pessoas entrevistadas, 82% declararam-se católicos, 15% evangélicos, 3% sem religião e 0,4% de outras religiosidades (Tabela 9).

Tabela 9 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	9.343
Evangélicos	1.714
Outras religiões	47
Sem religião	304
Total	11.408

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) que atendia toda a área urbana. Na zona rural é realizado através de poços artesianos, em geral, administrados pela prefeitura.

O município não possui esgotamento sanitário; as águas servidas são lançadas diretamente nos fluxos d'água da região. De acordo com Brasil (2012), Axixá possuía 1.347 fossas sépticas.

A coleta dos resíduos sólidos urbanos é realizada duas vezes por semana, através de uma caçamba, transportada para o lixão, localizado a 10 km da sede municipal.

A distribuição de energia elétrica é de responsabilidade da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), atendendo todo município. Em 2010, existiam 2.179 consumidores, sendo 89% residenciais, 8% comerciais, 2% poder público e 1% os demais usuários juntos. O consumo total foi de 3.498.858 KWh; os usuários residenciais representaram 54%, iluminação pública 22%, comércio 9%, poder público 6%, serviço público 5%, rural 4% e industrial 1% (Tabela 10).

Com consumo de 130.735 KWh em 2010, em parte da zona rural registra-se ainda o uso de lamparinas, velas e lampiões na iluminação das residências.

Tabela 10 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classes – 2010

Usuário	Número de Consumidores	Consumo em KWh
Residencial	1.946	1.877.532
Industrial	10	29.484
Comercial	174	309.406
Rural	2	130.735
Poder público	43	200.344
Iluminação pública	1	770.495
Serviço público	3	180.802
CEMAR	-	60
Total	2.179	3.498.858

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município possui inúmeros serviços em diversas áreas para atender a população. Possui três postos bancários, sendo um do Banco do Brasil e dois do Bradesco S.A.

Em 2009, de acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a população contava com 27 telefones públicos e 26 terminais telefônicos acessíveis 24 horas.

Atualmente, o município possui duas rádios: Comunitária e Axixá FM, linhas de telefonia móvel, operadas pela OI e VIVO, internet móvel, uma casa lotérica, uma agência dos correios, além de outros serviços.

Em 2012, a estrutura hoteleira era de, aproximadamente, três hospedarias.

Folclore e Lazer

O folclore evidencia-se através de inúmeras manifestações da população, principalmente, nos períodos festivos da cidade. Nas festas juninas, por exemplo, pode-se vislumbrar os festejos em homenagem a Santo Antonio, São Pedro e São João no arraial da Praça da Cultura (Figura 10). Quadrilhas juninas, danças *country*, danças portuguesas, grupos de bumba-meu-boi, grupos como: Caranguejo e Blocão da Alegria são algumas das manifestações nesse período.

Figura 10 – Visão parcial da Praça da Cultura em período da folia - 2012



Fonte: IMESC

O Boi de Axixá é um dos grandes exemplos do folclore no município. Esse grupo percorre os arraiais do Estado popularizando a cultura com toadas, roupas e ritmos fascinantes que são encenados por jovens travestidos em índios, vaqueiros e músicos, encantando o público (Figura 11).

Figura 11 – Boi de Axixá - 2012



Fonte: NUNES, 2012

No carnaval, os grupos folclóricos vão para as ruas espalhando os mais variados ritmos, levando alegria para os quatro cantos da cidade. O artesanato é uma das grandes marcas evidenciadas na cultura da população. Pode-se verificá-lo nas redes de pesca e nas bijuterias feitas pela população.

Para o lazer está disponível um estádio de futebol (com capacidade para cinco mil pessoas), vinte campos de várzea, três quadras poliesportivas, cinco restaurantes, seis lanchonetes, bares, dez clubes e boates, são algumas das opções de entretenimento.

No imaginário da população perpetuam-se as lendas que são passadas de geração em geração, adquirindo conotações diferenciadas ao longo do tempo, todavia sem perder sua essência. As principais lendas são: lenda do tanque e lenda da Lagoa Grande.

Lendas

a) Lenda do Tanque

Contam que uma linda moça de nome Maria, que habitava o sítio Tanque, foi abandonada pelo namorado. Todos os dias ela lamentava-se pelo ocorrido aos pés da cachoeira, até receber a notícia que seu ex-namorado havia casado. Decepcionada, Maria jogou-se na cachoeira, desaparecendo. A população começou a acreditar que o desaparecimento da jovem era fruto de encantamento.

Tempos depois, no mesmo sítio, o Sr. Juca participava de uma festa, quando avistou uma linda jovem e a convidou para dançar. Aproximando-se dela, sentiu fortes odores de putrefação e a pele gelada, porém continuou a dançar. A música parou e Juca foi perguntar para seus amigos se eles conheciam a jovem, e todos responderam que não. Quando voltou, a jovem havia desaparecido.

Contam os moradores que no local do desaparecimento da jovem começaram a ocorrer visões e naufrágios, levando-os a erguerem uma cruz com a imagem de Jesus Cristo, sobre a pedra, da qual a moça havia se jogado. A cruz permanece até hoje no local (Figura 12).

Figura 12 – Pedra do Tanque - 2011



Fonte: IMESC

b) Lenda da Lagoa Grande

Contam que um homem teve um sonho, e nesse sonho uma visão dizia-lhe para ir à Lagoa Grande, a meia noite, pois ela estaria seca e em seu centro encontraria uma corrente. Puxando a corrente o homem acharia um enorme depósito repleto de ouro e prata, todavia não deveria dar ouvidos aos ruídos que viesse a escutar.

O homem dirigiu-se à lagoa no horário previsto, encontrando-a seca, foi até o centro, onde puxou a corrente e encontrou uma caixa de ferro pesada e cheia de ouro e prata. Ao encontrá-la escutou ruídos fortes e assustadores e parou para observar, contrariando o que a visão havia determinado.

Em seguida escutou novos ruídos e ventos frios ocasionados pelas águas que surgiam de todos os lados do lago. Desesperadamente nadou até sua margem e foi para casa, poucos dias depois o homem contou a história a amigos e morreu.

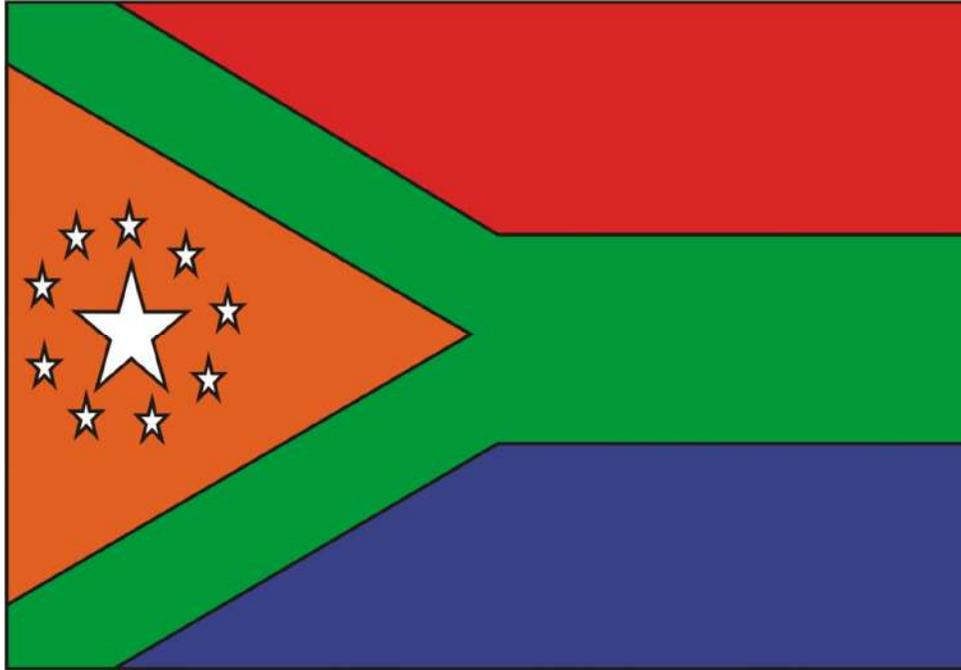
Transportes

A distância de São Luís a cidade de Axixá é de aproximadamente 95 km. O percurso inicia-se pela BR 135, até a bifurcação com a MA 110, passando pelos municípios de Bacabeira e Rosário. O trajeto São Luís - Axixá, em geral, é realizado em ônibus regulares que saem da cidade de São Luís às doze horas e por transportes alternativos como: carros, vans e motocicletas.

O transporte da população para os povoados da região é realizado em ônibus, vans e moto táxis. Atualmente evidencia-se o crescimento exponencial do uso de motocicletas, todavia, a ausência de fiscalização e o desuso do capacete contribuem significativamente para o elevado índice de acidentes com vítimas.

2.2 Bacabeira

Símbolos Municipais³



Bandeira

³ O brasão municipal não foi disponibilizado.

Hino

Em meio aos verdes campos
Situada no Maranhão
Cidade de grandes homens
Que buscaram libertação

Por mais que o tempo passe
E nos venha à idade senil
Com a voz já cansada cantaremos
“Bacabeira solo fértil do Brasil”!

Aos teus arredores só lembrança
Dos tempos que choravam os filhos teus
Em dez de novembro tua gente
Canta forte: “Bacabeira nasceu”!

Tens riquezas que teu povo aqui produz
Tem trabalho, educação e lazer
Bacabeira nosso orgulho de viver
Teu lema é “lutar, vencer e crescer”.

Bacabeira seja eterna como o céu
Por tua causa lutaremos sem temer
Salva estás em meio a tempestade
Protegida pelas mãos do nosso Deus
Tem riquezas que teu povo aqui produz

Autora: Janete Costa

Localização

Localizado no Golfão Maranhense e banhado na margem esquerda pela baía de São Marcos, o município de Bacabeira está inserido na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica de Rosário.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte São Luís, ao Oeste Cajapió, ao Sul Santa Rita e ao Leste Rosário e Santa Rita (Mapa 3).

Seus pontos extremos estão determinados pelas respectivas coordenadas geográficas: Norte -02°45'21" de latitude e -44°17'14" de longitude; Oeste -44°30'01" de longitude e -03°00'00" de latitude; Sul -03°06'16" de latitude e -44°19'17" de longitude; Leste -44°15'23" de longitude e -02°58'01" de latitude.

Extensão

O município possui 615,589 km², correspondendo a 0,19% do território maranhense, classificando-se em 153º lugar no Estado, na Mesorregião Norte Maranhense ocupa a 39ª posição com 1,17% e a 6ª posição com 9,57% na microrregião da qual faz parte.

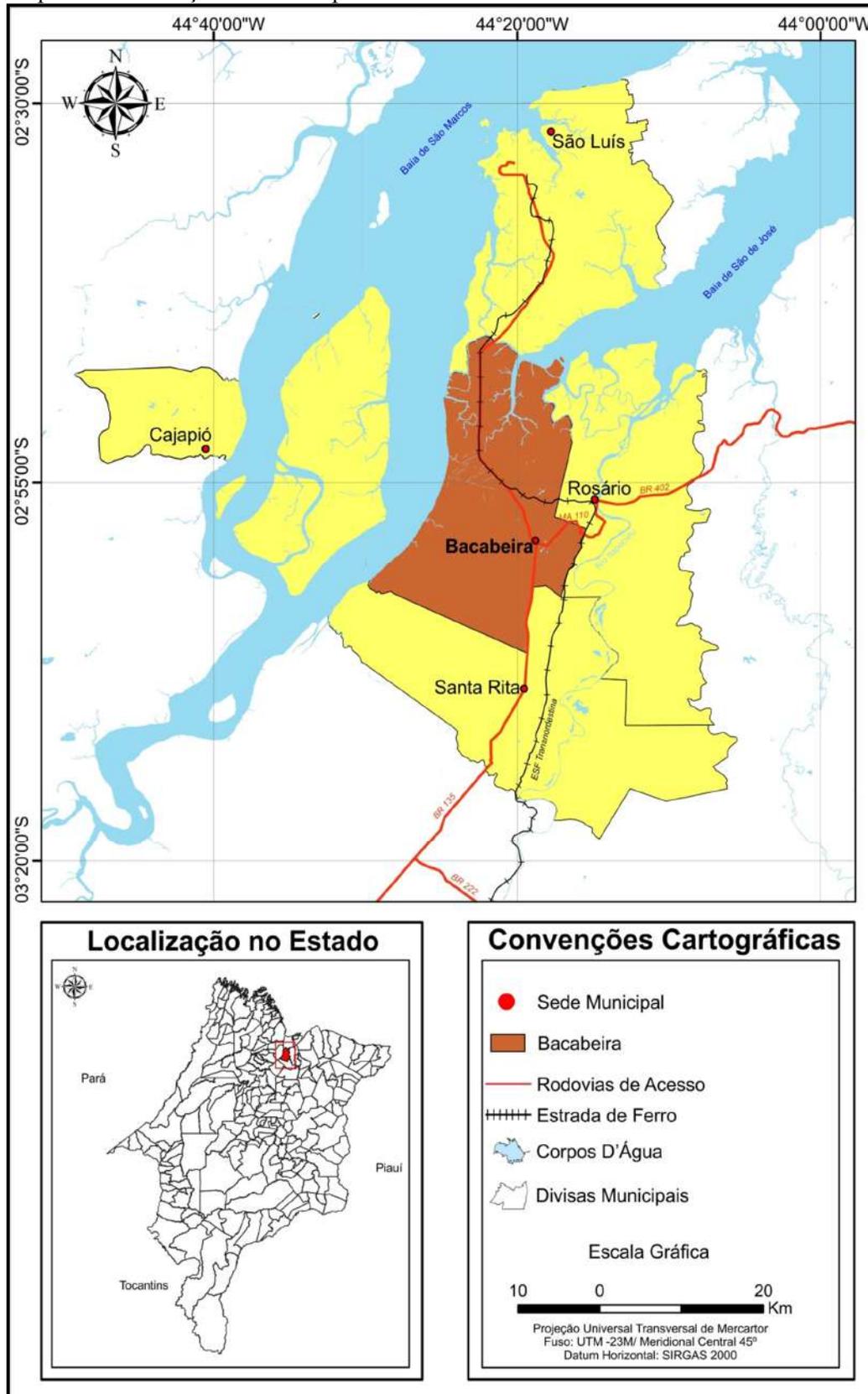
Processo de Ocupação

O início da ocupação do lugar Bacabeira e que deu origem ao município do mesmo nome, se processou entre 1932 e 1935, quando ainda não havia estrada, ocasião em que surgiu o primeiro morador Antonio Simeão Costa que construiu uma casa próxima a um brejo, onde havia uma incidência significativa da palmeira bacabeira.

Mais adiante, nas proximidades onde está hoje o campo de futebol havia algumas casas; era o lugar Grajaú, onde moravam duas famílias: Felipe e sua esposa Inocência e o casal Tiburcio e Cesarina. Distante de Grajaú, em direção a cidade de Rosário havia outro núcleo, o Santo Antonio e no lado contrário desse, também distante, estava o lugar Centro do Aguri onde moravam cinco ou seis famílias, incluindo os Costa e Muniz.

Rodeando, o que atualmente é a cidade de Bacabeira, existia dentro da mata e bem espaçado alguns núcleos de poucas casas isoladas; ao Sul, Igarapé Fundo com oito famílias; ao Leste, onde está a rodovia BR 402 que vai para Rosário ficava Santa Quitéria; na direção Oeste o já citado Centro Grajaú.

Mapa 3 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2012; IMESC, 2013

Um caminho chamado do Zé Pedro saía em direção a Rosário passando pelos lugares já citados, além de várias casas bem distante entre si, na realidade clareiras na mata tropical da época.

Em 1940 surgiu uma estrada em direção a Santa Teresinha (lugar não identificado atualmente). O povoado Bacabeira foi surgindo gradativamente no cruzamento do caminho do Zé Pedro e da atual BR 402, cujos habitantes das proximidades foram para ali atraídos principalmente com a instalação de um acampamento para construção da BR 135.

Com o aumento da população o Departamento de Estradas de Rodagem – DER criou uma escola conhecida como Escola DER cujas professoras foram Dona Elmir e depois Maria Luiza e Maria Morais, professoras normalistas que eram de São Luís contratadas pelo DER.

Antes da escola do DER, entre 1950 e 1955, havia dois professores; Teodoro Furtado e Antônio Joaquim, alfabetizadores dos filhos dos fazendeiros e comerciantes da redondeza, para onde se deslocavam a cavalo passando vários dias nas fazendas.

Com o crescimento do povoado surgiu a farmácia de Joaquim Viana, que orientava os moradores sobre as doenças, vendia remédios e aplicava injeções.

Na década de 1960, surgiu uma escola beneficente criada por Nilson Felix de Rosário a Sociedade PABI, em Perizes de Cima e outra em Bacabeira.

Na década de 1990 foi feito um plebiscito do qual resultou a criação do município, através da Lei Nº 6.187, de 10 de novembro de 1994, com sede no povoado Bacabeira, desmembrado do município de Rosário, subordinado à Comarca de Rosário.

Ambiente Físico

A geologia do município é constituída do embasamento datado do Período Paleoproterozóico com afloramentos da Suíte Subvulcânica Rosário; esse embasamento possui um conjunto de rochas magmáticas, caracterizadas petrograficamente como quartzo dioríticos, tonalitos, granodioritos e andesitos, com predominância dos termos tonalíticos. Seu embasamento é também composto pela Formação Itapecuru, pertencente ao Cretáceo Inferior, constituído por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal e por Aluviões flúvio-marinhos (Quaternário – Holoceno), depósitos recentes constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas (ALMEIDA, 2002).

A geomorfologia é constituída principalmente pelo Golfão Maranhense, área resultante do intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário antigo, posteriormente colmatado, originando paisagens de planície aluvial, ilhas, lagos e rios divagantes; uma pequena porção ao Leste do município é representada pela Superfície Maranhense com Testemunhos, caracterizado por área aplainada durante o ciclo Velhas dominada em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira, representada por parte da planície fluvial, levemente ondulada (UEMA, 2002).

O relevo apresenta-se, principalmente, por tabuleiros, planície flúvio-marinha e colinas recobertas por superfície de crostas ferruginosas inconsolidadas. Essas colinas são tabulares, de baixa altitude e fraca declividade que se destacam na paisagem extremamente plana, devido aos pequenos desníveis (ALMEIDA, 2002).

Nessa área há uma predominância de solos da classe dos plintossolos, sujeitos a um excesso de umidade, devido a diferenças texturais entre horizontes arenosos e argilosos; latossolos, solos profundos, bem drenados, de textura variando de média a muito argilosa, são ácidos, porosos e friáveis, com cores variando entre amarelo e vermelho; indiscriminados de mangue, solos mal drenados, com alto conteúdo de sais minerais provenientes da água do mar e de composto de enxofre, com textura variando desde argilosa até arenosa (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido distribuído em dois períodos: chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro; as precipitações anuais variam entre 1.400 a 1.600 mm. A temperatura média anual varia de 26°C a 27°C, sendo o período mais quente de outubro a novembro. A umidade relativa do ar varia entre 79% a superior a 82%.

A vegetação compreende espécies da antiga mata tropical, transição entre o cerrado e a amazônia, atualmente, em processo de degradação pela ação antrópica. No município encontram-se os campos inundáveis, caracterizados por serem formações abertas, rasteiras tendo como principal espécie, o junco; observam-se também manguezais instalados em áreas que sofrem influência das marés. Dada as suas características singulares de riqueza natural e beleza cênica, as formações merecem relevante importância.

O município faz parte de duas bacias: do Itapecuru ao Leste e do Mearim ao Oeste, especialmente no curso inferior desses rios. A rede hidrográfica é composta por alguns riachos que deságuam no Rio Itapecuru: São Braz, das Pedras, Seco e outros. Na foz do Rio Mearim, estão os riachos: Esperança, Cangaçu e Jimbuca. Além desses riachos, próximo ao Estreito dos Mosquitos há o Rio Perizes.

O município tem parte de seu território inserido na APA – Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças.

Espaço Urbano

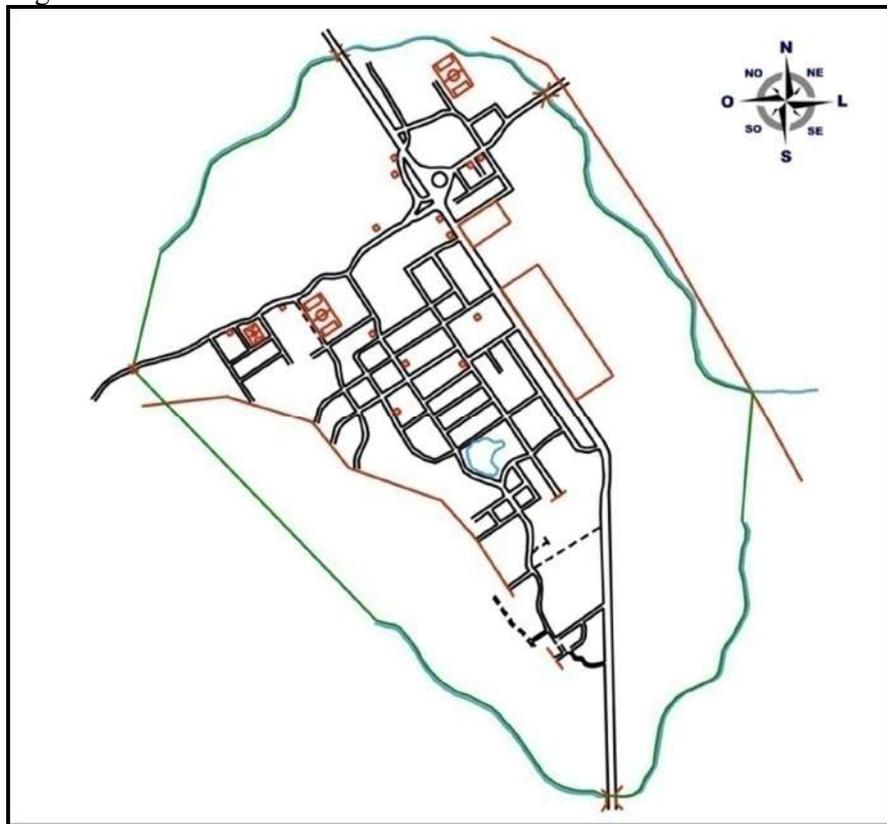
A cidade desenvolveu-se a partir do cruzamento das rodovias BR 135 e MA 110 (BR 402) estendendo-se levemente para as margens dessas estradas. Os prédios públicos estão no sentido Oeste da BR 135; o centro é traçado por ruas e duas avenidas; a Avenida Humberto de Campos e a José de Silva Calvet esta na realidade, no trajeto urbano da BR 135 (Figura 13) ladeada com casas de padrões arquitetônicos tradicionais.

Há duas praças arborizadas e jardins. As ruas são pavimentadas com pedra, cimento, bloquetes (Figura 14), asfalto, piçarra e outras de chão batido.

O município registrou 2.227 casas construídas com tijolo, 299 de taipa revestida, 1.068 de taipa não revestida, treze de madeira e seis de outros materiais (BRASIL, 2012).

Em 2013 a área urbana era de 1,5 km², que corresponde a 0,25% do município.

Figura 13 - Planta da cidade - 2007



Fonte: IBGE

Figura 14 - Praça e rua revestida de bloquetes - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural do município está classificado em sítios, fazendas, povoados e assentamentos.

Sítios: Goiaval, Igarapu, Itapera, Olho d'Água III, Pequi I, Pequi II, Primavera, Rancho Papouco, Santa Quitéria, Santana, São Braz e Vidéo.

Fazenda: Malhadinha.

Povoados: Gameleira, Peri de Baixo, Peri de Cima, Placa do Recurso, São Pedro, Vila Cearense e Zé Pedro.

Projeto de Assentamento: Vidéo.

Utilização das Terras

A tabela 11 traz informações sobre a utilização das terras do espaço rural, classificado em estabelecimentos que, por terem mais de uma atividade, não devem ser analisados quantitativamente; entretanto, pode-se observar que referidos estabelecimentos desenvolvem atividades agrícolas, áreas plantadas com forrageiras, pastagens naturais e plantadas, assim como áreas de preservação (matas e florestas) e sistemas agroflorestais; uma parte dos estabelecimentos está ocupada com tanques, lagos, açudes que podem estar voltados para a aquicultura como também para o abastecimento do gado.

As terras degradadas, certamente correspondem a áreas descartadas, usadas para uma agricultura sem tecnologia ou pela pecuária extensiva, necessitando, portanto, de manejo para que voltem a ser produtíveis. Esse raciocínio também se aplica a parte das terras inaproveitáveis.

Quanto à área cultivada em 2006, do total de 9.491 hectares, 6% era agricultura permanente, 1% agricultura temporária, 3% área plantada com forrageiras, 38% pastagens naturais, 3% pastagens plantadas degradadas, 13% pastagens plantadas em boas condições, 3% matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal), 7% matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais), 10% sistemas agroflorestais; 6% com construções, benfeitorias ou caminhos, 2% terras degradadas e 8% terras inapropriadas para agricultura e pecuária (Tabela 11).

Observa-se, portanto, que direta ou indiretamente o cultivo destinava-se a pecuária, pois forrageiras, pastagens plantadas, degradadas ou em boas condições juntas, exceto a pastagem natural, alcançaram 9%, enquanto a agricultura só 7%. Outra particularidade são as áreas de preservação: matas e/ou florestas e sistemas florestais que ocupavam 20%.

Tabela 11 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	15	546
Agricultura temporária	37	127
Área plantada com forrageiras	8	292
Pastagens naturais	37	3.567
Pastagens plantadas degradadas	7	328
Pastagens plantadas em boas condições	20	1.191
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	7	271
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	6	665
Sistemas agroflorestais	8	921
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	15	22
Construções, benfeitorias ou caminhos	29	596
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	3	212
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	9	753
Total	-	9.491

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, em 2006, dos 106 estabelecimentos, 89% eram de responsabilidade do proprietário, 2% do arrendatário, 3% do ocupante e 6% do produtor sem área. Pelo fato dos arrendamentos serem feitos com o proprietário, eleva para este mais 2% dos estabelecimentos.

Chama atenção ao ser observada a área total de 9.486 hectares, não aparecer terras em poder do arrendatário, portanto, toda essa área cultivada está com o proprietário, uma vez que o produtor sem área não a possui e o ocupante registrou apenas 0,06% dos hectares (Tabela 12).

Tabela 12 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	94	9.480
Arrendatário	2	-
Ocupante	3	6
Produtor sem área	7	-
Total	106	9.486

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Demografia

O município ocupa no Estado o 125º lugar em população, correspondendo a 0,23%, com densidade demográfica de 24,25 hab/km². Na Mesorregião Norte Maranhense está em 38º lugar em número de habitantes com 0,57%, enquanto na Microrregião Geográfica de Rosário corresponde a 9,26%, ocupando a 5ª posição. Em 2010, o IDHM foi de 0,629, ocupando a 23ª posição no Estado (IPEIA, 2013).

Entre 2000 e 2010 a população total do município cresceu 42%, a população masculina 39%, a feminina 45%, a urbana 76% e a rural 35%. Em 2000 os percentuais eram: homens 51% e mulheres 49%, urbana 18% e rural 82%. Em 2010 os homens e mulheres atingiram o equilíbrio 50% cada, enquanto a população urbana 22% e a rural 78% (Tabela 13).

Embora a população rural continue maior, a tendência é diminuir e, obviamente, aumentar a população urbana em função do êxodo, cujas razões são: a possibilidade de maior conforto na área urbana, atendimento à saúde, educação, além do otimismo da população do município e dos municípios circunvizinhos que, com a possível construção da refinaria de petróleo, ver possibilidade de trabalho.

Outro fato que colabora é o acesso à Bolsa Família e a conscientização dos idosos pela aposentadoria, o que possibilita maior conforto e acesso a bens consumíveis de melhor qualidade.

O crescimento da população em 4.409 habitantes se deve em parte à instalação do canteiro de obras da Refinaria Premium da Empresa de Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, que atraiu trabalhadores de outras regiões até mesmo de outros Estados. Alguns problemas foram acarretados com a instalação desse empreendimento, que modificou todo o espaço geográfico da cidade, ocorrência de conflitos, de especulação imobiliária, alterações nas atividades econômicas da região, desapropriações, uso indevido do solo, construções, escavações e depósito de lixo.

Tabela 13 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	5.401	7.510
Feminina	5.115	7.415
Urbana	1.892	3.324
Rural	8.6274	11.601
Absoluta	10.516	14.925

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Saúde

O município possui dois centros de saúde - o Centro de Saúde Dr. Domar Brito Anceles e Centro de Saúde Francisco Martins Sousa, este localizado no povoado Peri de Cima; os dois possuem atendimento de urgência/emergência e consultas.

Alguns atendimentos clínicos são realizados como: pediatria, ortopedia, obstetrícia, ginecologia e oftalmologia. São realizados os seguintes exames: laboratoriais, ultrassonografia, raios-X, preventivos, além de outros. O município possui quatro

ambulâncias que atendem a demanda nos transportes de pacientes, em casos graves, para São Luís.

Na área rural ainda há a presença de parteiras leigas que auxiliam as gestantes no parto, quando as mesmas não podem ser transportadas até a cidade.

Para o atendimento dispõe de dezessete médicos com especialidade em clínica geral, ginecologia, pediatria, oftalmologia, ortopedia e obstetrícia; cinco enfermeiros; 20 técnicos de enfermagem; 37 agentes de saúde dos quais nove trabalham na área urbana e 29 na rural.

O município mantém o Programa ESF distribuído em seis equipes, cada uma com um médico, um enfermeiro, um técnico em enfermagem e um auxiliar de enfermagem e Saúde Bucal com seis equipes, cada uma composta por um dentista e auxiliares.

Outros programas são realizados no município pela secretaria de saúde em parceria com a secretária de educação, denominado Programa Saúde na Escola e Combate da Gravidez na Adolescência, que promovem palestras informativas sobre o combate as DSTs/AIDs (distribuição de preservativo) e combate as drogas, além de palestras e exames para detectar a hipertensão, diabetes e hanseníase.

Educação

Em 2012 o município matriculou 4.843 alunos, divididos nas escolas estaduais e municipais.

Na rede de ensino municipal foram matriculados 3.990 alunos, entre creches, pré-escola, ensino fundamental e EJA, distribuídos em vinte escolas, sendo cinco na área urbana e treze na zona rural. O corpo docente municipal está formado por 138 professores distribuídos em 89 na zona rural e 49 na urbana, dos quais 46 possuem magistério e 92 o curso superior.

A rede estadual mantém duas escolas de ensino médio; uma na zona urbana e outra na rural. Estão matriculados 853 alunos, sendo 489 na zona urbana 364 na rural; o corpo docente é de 55 professores todos com curso superior, os quais estão distribuídos em 27 na zona rural e 28 na urbana.

Economia

As principais atividades econômicas do município estão ligadas ao setor terciário, destacando-se os serviços. O município ocupava em 2010 a 55ª posição em relação ao PIB, com R\$ 117,822 milhões, representando 0,26% do Estado; o setor de serviços é o mais representativo com uma contribuição de R\$ 50,563 milhões; seguido do setor industrial com R\$ 41,457 milhões; o agropecuário com R\$ 10,998 milhões e arrecadação de impostos de R\$ 14,804 milhões (IMESC, 2012). Em relação ao IDM, no aludido ano ocupava a 13ª posição correspondendo a 0,474 (IMESC, 2012); relacionado a renda per capita, a do município foi de R\$ 257,40, ocupando a 60ª posição no Estado (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura no município não possui grande representatividade; o que é produzido serve para a demanda interna. A produção está distribuída em agricultura temporária e permanente, aquela de maior importância na economia, cujos produtos por ordem de importância são: mandioca, arroz, milho, feijão e cana-de-açúcar.

Agricultura Temporária

Entre 2006 e 2012, a área colhida da agricultura temporária diminuiu 6%, a quantidade produzida cresceu 13% e o valor da produção aumentou 183%. Em área colhida alguns produtos obtiveram variação negativa, o arroz 6% e a mandioca 57%; a cana-de-açúcar, o feijão e milho obtiveram variação positiva de 175%, 25% e 7% respectivamente. Na quantidade produzida decresceram: arroz 37%, mandioca 49% e milho 35%; os produtos que cresceram foram: cana-de-açúcar 684% e feijão 171%. No rendimento médio cresceram: a cana-de-açúcar 185%, o feijão 117% e a mandioca com 18%; decresceram: arroz 33% e o milho com 39%. No valor da produção os resultados foram: arroz -17%, cana-de-açúcar 4.473%, feijão 92%, mandioca 20% e o milho -33%.

Verificando os percentuais de crescimento, chama a atenção os altos índices, em todos os itens, da cana-de-açúcar e do feijão. Observando os números da tabela 14, verifica-se que o feijão tem pouca influência pelos baixos números informados nos itens que demonstram a sua participação na produção agrícola, pois, embora em seis anos tenha aumentado

consideravelmente, a produção dessa leguminosa demonstra que o mesmo deve ser levado em consideração para que o seu plantio seja maior.

Dos 1.240 hectares de área colhida em 2006, o arroz participou com 13%, a cana-de-açúcar 2%, o feijão 3%, a mandioca 60% e o milho 22%. Do total da quantidade produzida de 5.987 toneladas, o arroz representou 2%, a cana-de-açúcar 8%, o feijão menos de 1%, a mandioca 83% e o milho 6%. Dos R\$ 769 mil, correspondentes ao valor da produção o arroz contribuiu com 8%, cana-de-açúcar 4%, feijão 2%, mandioca 68% e milho 18% (Tabela 14).

Em 2012 dos 872 hectares de área plantada, 17% foram ocupados com arroz, cana-de-açúcar e feijão 6% cada, 36% mandioca e 35% milho. A quantidade produzida de 6.783 toneladas resultou nas seguintes participações: arroz 1%, cana-de-açúcar 58%, feijão 1%, mandioca 37% e milho 4%. Do valor da produção de R\$ 2,175 milhões, o arroz ocupou 3%, a cana-de-açúcar 63%, feijão 1%, mandioca 29% e o milho 4% (Tabela 14).

Tabela 14 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	160	150	144	90	900	600	60	50
Cana-de-açúcar	20	55	500	3.920	25.000	71.273	30	1.372
Feijão	40	50	7	19	175	380	13	25
Mandioca	740	317	5.000	2.536	6.756	8.000	525	634
Milho	280	300	336	218	1.200	727	141	94
Total	1.240	872	5.987	6.783	-	-	769	2.175

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Horticultura

Não foram encontradas informações quantitativas de horticultura no município. Foi constatado, entretanto, em trabalho de campo que, em menor quantidade cultivam cheiro verde, coentro, cebolinha, alface e outros.

Agricultura Permanente

A quase totalidade dos frutos produzidos são atividades domésticas realizadas nos quintais. São considerados produtos da agricultura permanente a banana, o coco-da-baía e a laranja. Pela tabela 15, verifica-se que desses produtos a banana é o mais importante.

Analisando o período 2006-2012, a área colhida manteve-se estável. A quantidade produzida e o valor da produção tiveram crescimento negativo, aquela de 17% e este de 9%. O coco-da-baía não entrou na quantidade produzida porque é informado em mil frutos, enquanto os demais em toneladas. O rendimento médio obteve variação negativa; a banana com 20%, coco-da-baía 5%; a laranja, por sua vez obteve variação positiva de 36%.

Em 2006, dos 148 hectares ocupados, 81% foram de banana, 5% coco-da-baía e a laranja 14%. A quantidade produzida de 1.600 toneladas, 94% foi de banana e 6% de laranja; o coco-da-baía não foi agregado devido ser informado em mil frutos. Do valor da produção foram arrecadados R\$ 963 mil, dos quais 94% foram de banana, 1% do coco-da-baía e 5% da laranja (Tabela 15).

Em 2012 a área colhida foi à mesma de 2006. Da quantidade produzida do total de 1.336 toneladas (exceto coco-da-baía que é informado em mil frutos) 90% foram de banana e 10% de laranja. Quanto ao valor da produção de R\$ 874 mil, a banana influenciou com 89%, coco-da-baía 1%, e a laranja 9% (Tabela 15). Observa-se, no entanto, em que pese à potencialidade do município para outros tipos de fruticultura, só a banana e o coco-da-baía têm influência econômica.

A pouca produção demonstra a decadência do plantio de árvores frutíferas que podem ter três causas: herança cultural, quando a produção era toda doméstica; a dificuldade de comercialização da produção ou talvez a maior causa seja a dependência do pequeno produtor rural que não possuindo terras exime-se de plantar para outro colher no futuro, ou então era imposto ou motivado para não cultivar fruticultura, pois além de custar a produzir, ocupa área que poderia ser destinada ao plantio temporário.

Tabela 15 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Banana	120	120	1.500	1.200	12.500	10.000	900	780
Coco-da-baía*	8	8	21	20	2.625	2.500	11	12
Laranja	20	20	100	136	5.000	6.800	52	82
Total	148	148	-	-	-	-	963	874

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

*Mil Frutos

Pecuária

A pecuária é outra atividade econômica importante do município; os principais rebanhos por números de cabeças estão na tabela 16. Entre os anos analisados o rebanho total diminuiu 24%, os que obtiveram crescimento foram: o bovino 27%, equino 3%, bubalino 51%, caprino 55%, ovino 145%; com crescimento negativo: asinino 37%, muar 34%, suíno 21% e aves 27%. A substituição do meio de locomoção animal pelo motorizado no espaço rural teve reflexo nos rebanhos de asinino e de muar.

Como pode ser observado na tabela 16, das 154.595 cabeças em 2006, o bovino representou 4%, seguido do equino, bubalino, asinino, muar, caprino e ovino que totalizaram juntos 1%; o suíno participou com 3% e as aves obtiveram o maior percentual com 92%. Em 2012 das 116.888 cabeças, o bovino participou com 7%; equino, bubalino, asinino, muar, caprino e ovino juntos representaram 1%, o suíno 4% e aves 88% (Tabela 16).

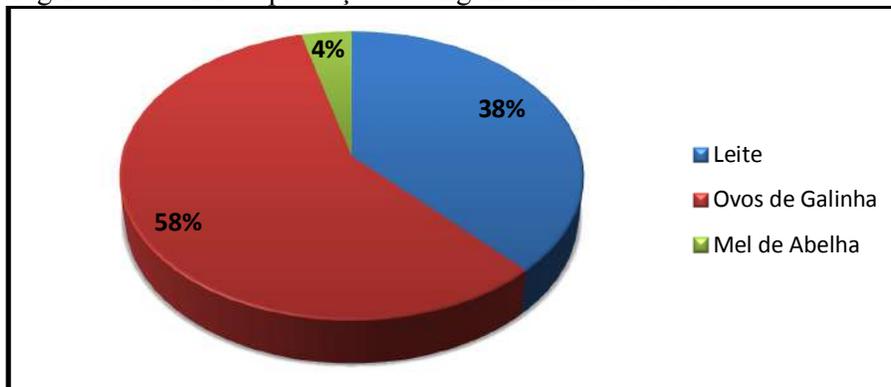
Tabela 16 - Efetivo dos rebanhos - 2006-2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	6.250	7.950
Equino	260	267
Bubalino	230	348
Asinino	190	119
Muar	65	43
Suíno	5.360	4.253
Caprino	320	495
Ovino	150	368
Aves	141.770	103.045
Total	154.595	116.888

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Como produtos de origem animal destacam-se o leite, com 102 mil litros no valor de R\$194 mil; o mel de abelha obteve 1.750 kg que renderam R\$ 21 mil e ovos de galinha com 205 mil dúzias, cujo valor foi de R\$ 295 mil e totalizou R\$ 510 mil (Figura 15).

Figura 15 – Valor da produção de origem animal – 2011



Fonte: IMESC; IBGE

Extrativismo

Os principais produtos extrativos vegetais são o carvão vegetal, a juçara e a amêndoa de babaçu que, em 2012, totalizaram 100 toneladas, das quais 35% do carvão vegetal, 28% de juçara e 37% de amêndoa de babaçu. A lenha correspondeu a 14.650 metros cúbicos. Dos R\$ 445 mil, valor total da produção, o carvão vegetal participou com 6%, a juçara com 12%, a lenha 73% e a amêndoa do babaçu 9% (Tabela 17).

Tabela 17 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros Cúbicos	
Carvão vegetal	35	-	25
Juçara	28		54
Lenha	-	14.650	325
Amêndoa de babaçu	37	-	41
Total	100	14.650	445

Fonte: IBGE - Produção Extrativista Vegetal e Silvicultura

Além dos produtos de origem vegetal, o extrativismo mineral é bem representativo no município, com destaque para a argila, que é matéria prima para cerâmicas, além de extração de granito transformando-o em brita, paralelepípedos para a construção civil e a extração de areia.

Pesca

Com área bem drenada e a proximidade da baía de São Marcos sendo a principal fonte de pescados, a comercialização é voltada para o consumo local além dos produtos advindos do município de Rosário e São Luís. Embora não existam informações sobre a produção, cerca 5.000 pessoas estão inscritas como profissionais entre a colônia e o sindicato dos pescadores.

As espécies mais comuns são: curimatá (*Prochilodus ssp*), piaú (*Leporinus obtusideuns*), pescada (*Cynoscion acoupa*), peixe pedra (*Genyatremus Luteus*), tainha (*Mugil curema*), mandubé pemba ou mandubé boca de sapo (*Ageneiosus brevifilis*).

Comércio

O comércio de Bacabeira é varejista, destacando-se no setor de alimentícios. Possui quitandas, supermercados, feiras e mercados, sendo o abastecimento realizado por transportadoras de São Luís e outros Estados.

Indústria

Como indústrias destacam-se as olarias (Figura 16) que fabricam principalmente tijolos e telhas, voltados para a construção civil e atendem o mercado regional; beneficiamento das rochas do embasamento cristalino, utilizadas na produção de brita (00, 01, 02, 03, pó fino e grosso), além de paralelepípedos, para o revestimento de ruas; Siderúrgicas que produzem principalmente ferro-gusa; outras atividades são desenvolvidas no município como a produção doméstica principalmente na área rural de: queijo e manteiga, farinha; padarias e serralherias na área urbana.

Figura 16 - Olaria - 2011



Fonte: FUNDAÇÃO VALE

Está em fase de implantação no município a Refinaria Premium I (Figura 17); projetada para maximizar a produção de óleo diesel de alta qualidade e também para os seguintes derivados combustíveis: QAV (combustível de aviação), nafta petroquímica, GLP, *bunker* e coque, com capacidade de processamento de 600 mil barris por dia, que entrará em operação em duas fases, sendo a primeira, para 300 mil barris por dia.

Figura 17 - Área onde será construída a Refinaria Premium I – 2010



Fonte: SILVA, 2010

Turismo

Como potencial turístico o município apresenta o turismo de negócios, devido alguns empreendimentos industriais; o mais forte é o canteiro de obras da Refinaria Premium da PETROBRAS, além de potenciais ligados com a natureza como: fontes de águas cristalinas no povoado de Peri de Cima e seus exuberantes campos que quando da floração do junco apresenta coloração branca, enchendo os olhos com um misto de verde das gramíneas e o branco das flores. Outras potencialidades que podem ser aproveitadas são as festas religiosas, o carnaval e as festas juninas.

A culinária tem como base os peixes da água salgada e as espécies mais apreciadas são a peixada de pescada amarela, além da caranguejada. Outros pratos que compõem a mesa são arroz de toucinho, galinha caipira, bode, arroz maria isabel, entre outros.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Rosário. Pertence a 18ª zona eleitoral, com 35 sessões, 11.897 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

Predomina no município o catolicismo; a igreja matriz na sede é dedicada à padroeira Nossa Senhora da Conceição (Figura 18), e algumas capelas distribuídas pelo espaço rural. Há também templos ligados a outras religiões. Os evangélicos possuem vários templos: Batista, Assembleia de Deus e Adventista, distribuídos pela sede além da zona rural. Existem alguns terreiros afrobrasileiros na sede municipal e na zona rural.

Figura 18 - Igreja católica dedicada a Nossa Senhora Imaculada Conceição - 2012



Fonte: IMESC

Dos 14.925 entrevistados pelo IBGE, 69% são católicos, 14% evangélicos, outras religiões 4%, sem religião 13% e candomblé, espírita somaram menos de 1% (Tabela 18).

Tabela 18 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católica	10.239
Evangélica	2.106
Espírita	6
Candomblé	16
Outras religiões	526
Sem religião	2.003
Não sabem	29
Total	14.925

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água na área urbana é de responsabilidade do município, através de captação de poço artesiano e do Rio Itapecuru. Na área rural, embora seja também abastecido de poço artesiano, são os moradores responsáveis individualmente ou por iniciativa das comunidades. Registrou 3.703 ligações no município (BRASIL, 2012).

O município não tem rede coletora de esgoto; o esgotamento sanitário é feito através de fossas sépticas, por iniciativa de cada morador. Registrou-se 2.498 instalações de fossas (BRASIL, 2012).

O lixo é coletado só na área urbana, em dias alternados, em uma caçamba e um compactador da Prefeitura, depositado em um lixão a céu aberto.

A energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR. O número de consumidores em todo município em 2010 foi de 3.750, com 91% de ligações residenciais, 1% de ligações rurais, 6% de ligações comerciais, 1% industrial, 2% poder público, serviço público e iluminação pública não atingiram 1%. Quanto ao consumo, dos 24.561.618 KWh, o residencial participou com 14%, 8% comercial, 2% poder público, 62% industrial, rural 10%, iluminação pública 4%, serviço público e consumo próprio menos de 1% (Tabela 19).

Tabela 19 – Consumidores e consumo de energia elétrica por classe - 2010

Usuário	Número de Consumidores	Consumo em KWh
Residencial	3.400	3.418.084
Comercial	230	1.857.414
Poder público	60	439.649
Industrial	19	15.218.055
Serviço público	10	167.085
Rural	30	2.343.383
Iluminação pública	1	1.117.918
CEMAR	-	30
Total	3.750	24.561.618

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O sistema bancário está representado por uma agência do Banco do Brasil e uma casa lotérica.

A comunicação postal é de responsabilidade dos Correios, enquanto a telefonia fixa é feita pela Empresa OI; a internet e a telefonia móvel são prestadas pela OI, CLARO, VIVO e TIM.

O município possui 81 terminais acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

Em Bacabeira, duas festas religiosas despertam as atenções. Em dezembro, a festa do Divino Espírito Santo e o festejo da padroeira do município, Nossa Senhora Imaculada Conceição realizado no referido mês, atraindo o público de diversas localidades, sendo muito popular e intenso.

No período junino são importantes alguns grupos folclóricos da região, a saber: o bumba-boi Tradição de Peri (sotaque de orquestra), da comunidade de Peri de Baixo, tambor de crioula e a dança do coco, do povoado Centrinho; cacuriá do Rancho Papouco; quadrilha Horizonte Sertanejo de Gameleira, os grupos de dança portuguesa Princesa de Portugal (Peri de Cima), Império de Bacabeira (sede), Arte e Sonho de Lisboa, Revelação e dança Mistura de Ritmos de Peri de Baixo.

Para o lazer da população a sede municipal dispõe de quadras poliesportivas, um ginásio, inúmeros campos de futebol. Existem alguns bares e lanchonetes distribuídos na cidade e clubes voltados ao reggae.

No período do aniversário da cidade promovem alguns eventos voltados a comunidades como: torneios de futsal, vôlei, basquete, corrida rústica e futebol de campo.

Transporte

A cidade de Bacabeira fica próxima a capital do Estado, distante 61 km. Essa distância é percorrida pela BR 135. As cidades mais próximas são: Santa Rita a 18 km, Rosário a 10 km e São Luís.

O município é cortado por 40 km de trilhos da Estrada de Ferro Carajás e pela linha da Transnordestina.

Por ser uma cidade a margem de uma rodovia (Figura 19), os usuários possuem uma grande opção de linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais para chegar à cidade, não existindo linha específica; outro transporte muito utilizado são as vans e microônibus. O transporte para os povoados é feito por motos e táxis. Na área urbana são os mototáxis e bicicletas que servem para o deslocamento da população.

Figura 19 – Trecho da BR 135 que corta o município - 2011



Fonte: ROCHA, 2011

2.3 Cachoeira Grande

Símbolos Municipais⁴

Hino

Entre pedras e águas a rolar
A beira do Rio Munim
Nasceu minha terra querida
Cachoeira Grande
Criada pela obra da natureza,
És minha inspiração.

Teu passado reluz o presente
E o teu futuro de glória
Hoje estão felizes
Pois tu és independente

Cachoeira Grande
Teu povo hospitaleiro
Tua areia prateada,
Tuas fontes encantadas
Tua mata virgem, ensolarada,
é um paraíso de juçarais
e os pássaros cantam
Anunciando um novo dia que se faz.

Nosso folclore
Bumba-Boi, dança do coco,
São Gonçalo,
Tambor de crioula e o candomblé,
Retratam as nossas tradições,
Canto e canções

A pesca, o artesanato e agricultura,
E a arte, da sobrevivência
É a força da interação
É a inteligência do teu povo.

⁴ A bandeira e o brasão municipal não foram disponibilizados.

Cachoeira Grande
 O povo de teus distritos
 Junto a nós por ti lutará
 Pela conservação de tuas características,
 E conquistas,
 De nossos irmãos.

Cachoeira Grande,
 Teus peixinhos dourados
 Sob o manto verdejante
 Das águas do Rio Munim
 As frutas nativas sobre areia
 De tuas margens.

As pedras cristalinas,
 De tua lendária cachoeira,
 Testemunha a existência
 Do supremo poder de Jesus

Letra: Tenente Benedito Pinto Neto

Música: Francisco Paulino Júnior

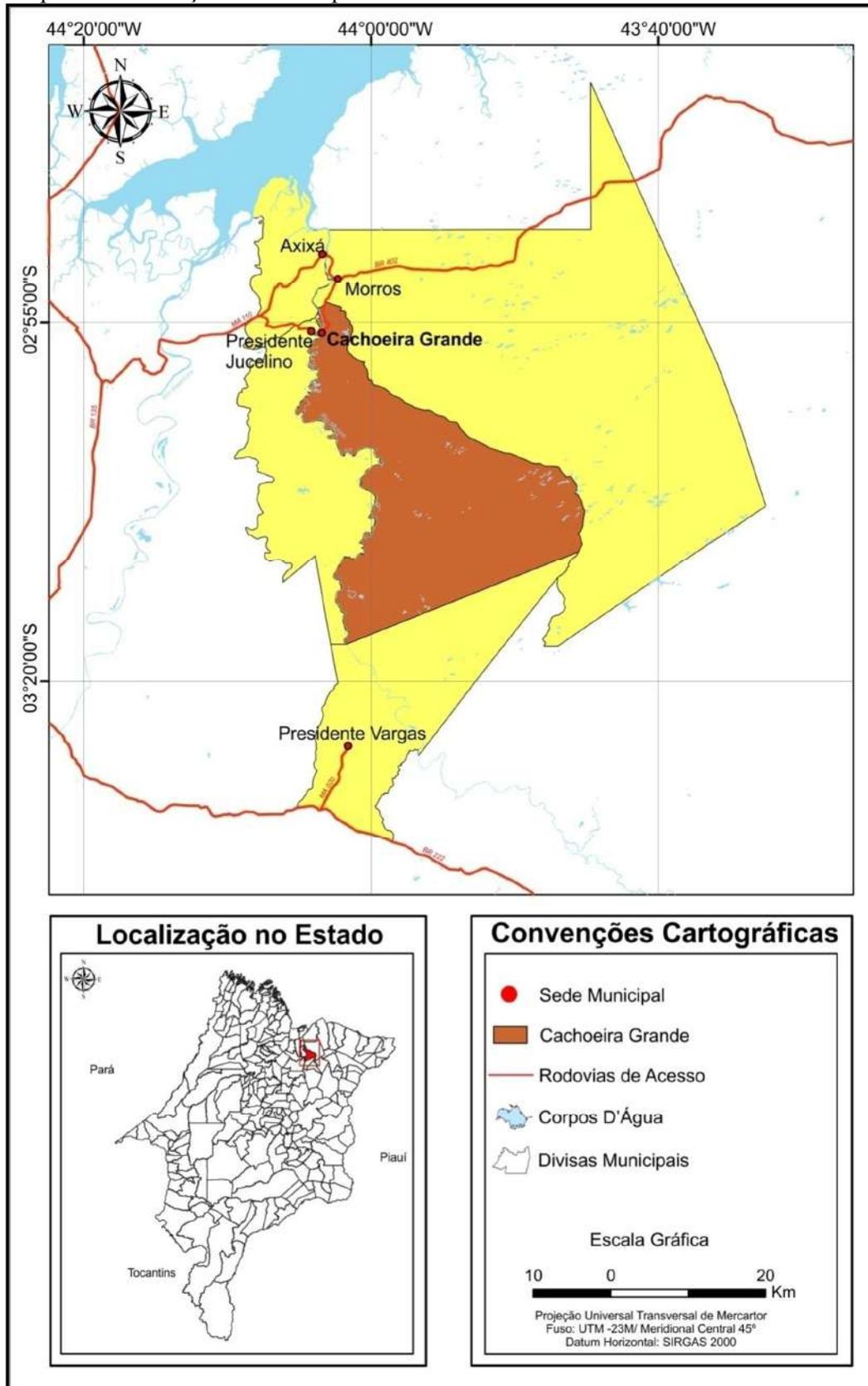
Localização

O município Cachoeira Grande faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica de Rosário. Na classificação geográfica insere-se no Baixo Vale do Rio Munim.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Morros, ao Oeste com Presidente Juscelino e Axixá, ao Sul com Presidente Vargas e ao Leste com Morros (Mapa 4).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 02°53'35" de latitude e -44°03'03" de longitude; Oeste -44°05'15" de longitude e -03°01'11" de latitude; Sul -03°17'25" de latitude e -44°01'41" de longitude; Leste -43°45'06" de longitude e -03°08'05" de latitude.

Mapa 4 - Localização do Município



Fonte: IBGE; IMESC, 2013

Extensão

O município tem 705,645 km², sendo o 136º do Estado em extensão, representando 0,21% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa a 32ª posição em território, representando 1,34%, e na Microrregião Geográfica de Rosário ocupa a 4ª posição, representando 10,97% do território regional.

Processo de Ocupação⁵

Uma vez que os primeiros habitantes de Cachoeira Grande não mais existem, a história do início da ocupação do espaço perdeu-se no tempo. Sabe-se, entretanto que, como parte do espaço rural do município de Morros, o local foi escolhido para moradia, graças a sua localização, a margem direita do Rio Munim, facilitando assim a comunicação com as cidades vizinhas através da navegação fluvial.

Destacam-se como primeiros moradores Benedito Pinho, José Alves de Souza e a família do coronel Paulo Acácio Pinho.

O desenvolvimento do povoado se acentuou a partir do momento em que os irmãos Acácio Ataíde e Lourival Pinho abriram casas de comércio. Como o Rio Munim era o único meio de transporte, as pessoas procuravam o lugar para vender seus produtos e comprar mercadorias. Isso incentivou a mudança lenta, mas gradativa de pessoas para o povoado, colaborando para o crescimento do mesmo.

Devido o desenvolvimento do lugar os irmãos, Lourival Pinho, Ataíde Pinho e Acácio pensaram em emancipação; para tanto, elaboraram um mapa e levaram para a apreciação do então governador Newton de Barros Bello. Entretanto, Acácio foi contra a emancipação o que enfraqueceu o movimento até que anos depois Pedro Vasconcelos, candidato a deputado estadual passando pelo povoado em campanha, tomou conhecimento do fato e pedindo a documentação existente conseguiu a emancipação, desmembrando-o do município Morros através da Lei Nº 6.151 de 10 de novembro de 1994, conservando o nome de Cachoeira Grande.

Os prefeitos do município, por ordem de administração foram: Antonio Matos de Pinho (8 anos), Francisco Barbosa e o atual, Francinaldo Vasconcelos.

⁵ Declaração prestada pela Sra. Alzanira Araujo – 81 anos, uma das moradoras mais antigas do lugar.

Ambiente Físico

O embasamento geológico do município apresenta a Formação Itapecuru, do Cretáceo Inferior, compreendido entre 145 a 65 milhões de anos, constituído de arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal; do Cenozóico, Período Quaternário, representado por depósitos holocênicos de aluviões marinhos, constituído por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas (UEMA, 2002).

Apresenta um relevo de planície levemente ondulada; a geomorfologia do município enquadra-se na Superfície Maranhense com Testemunhos, correspondente a uma área aplainada durante o ciclo Velhas, devido a menor resistência das rochas, favorecendo a maior atuação dos processos de pediplanação, dominado em parte, por testemunhos tabulares da superfície de cimeira. O Centro-Leste e parte do Sul do município enquadra-se nos Lençóis Maranhenses, área comumente constituída por restingas e paleodunas (UEMA, 2002).

No município predomina os solos arenosos, essencialmente quartzosas marinhas, profundos a muito profundos, excessivamente drenados, com baixo teor de argila, sendo distrófico com baixa saturação de bases e fortes a moderadamente ácidos. O Argissolo Vermelho Amarelo margeia o curso do Rio Munim; são solos profundos a moderadamente profundos, com textura variando de média a argilosa, geralmente bem drenados e porosos. Em pequenas porções do Sul do município podem-se encontrar os Plintossolos, com características argilosas, possuindo baixa percolabilidade, drenagem irregular e sujeitos a encharcamento durante o período chuvoso e os Latossolos Amarelos, solos profundos, bem drenados, de textura argilosa, porosos, friáveis, cores variando do vermelho até amarelo ou bruno forte (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido distribuído em dois períodos; chuvoso de janeiro a junho e o de estiagem de julho a dezembro. A umidade relativa do ar anual está entre 79% e superior a 82%. Em relação aos totais pluviométricos, apresenta entre 1.600 a 2.000 mm anuais; a temperatura média anual é superior a 27°C.

O município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Munim, sendo seu território cortado pelo referido rio, tendo como afluentes no município os riachos Água Fria, Grande, do Meio, da Mata, da Santa Maria, do Bacabal, da Mata de Cedro e os rios: Piranji, com seus afluentes os riachos Doce, Água Branca, da Água Azul e da Cachorra; Água Fria, tendo como afluentes o Rio Butiti e os riachos: das Três Antas, do Capim-Açu, do Areial, da Madeira, do Descanso, da Onça, do Garrafão e do Buritizinho, além do lago Grande e lagoas do Felipe e do Colo.

A vegetação caracteriza-se por campos cerrados com pastagens naturais, sendo uma área mais rebaixada, essencialmente campestre com árvores esparsas; capoeira mista, capoeirão latifoliado e mata ciliar.

O município faz parte da APA – Upaon-Açu/ Miritiba/ Alto Preguiças.

Espaço Urbano

A cidade de Cachoeira Grande se desenvolveu à margem direita do Rio Munim (Figura 20). Indo pela rodovia, atravessa-se o rio, de barco, e salta-se em uma rampa que dá acesso a avenida principal da cidade. Quanto ao padrão das residências, predominam as casas de alvenaria em sua maioria geminadas com grandes quintais arborizados. Em 2013, a cidade tinha 1,36 km² de extensão, ocupando 0,19% do território municipal (IMESC, 2013).

O traçado urbano (Figura 21) é formado por 14 ruas, 10 travessas e duas avenidas, com canteiro central (Figura 22). Quanto à pavimentação, estima-se que 70% do traçado urbano seja pavimentado com asfalto e as demais piçarradas. Compõem ainda o espaço urbano duas praças arborizadas (Figura 23).

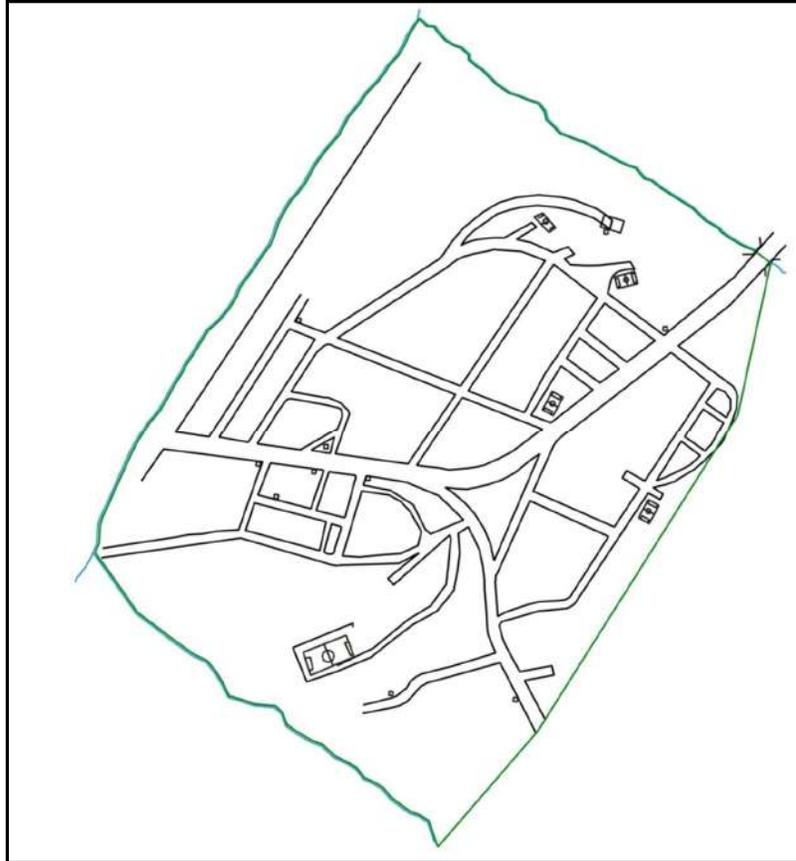
O município registrou 582 casas de tijolo, 413 de taipa revestida, 710 de taipa não revestida, doze de madeira e duas de outros materiais (BRASIL, 2013).

Figura 20 - Foto área da cidade de Cachoeira Grande



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE

Figura 21 - Planta da cidade de Cachoeira Grande - 2007



Fonte: IBGE

Figura 22 - Avenida principal de Cachoeira Grande - 2012



Fonte: IMESC

Figura 23 - Praça de eventos - 2012



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural do município é composto por comunidades distribuídas em: sítios, povoados e fazendas.

Sítios: Água Branca, Alegre, Alto Alegre, Alto Bonito II, Alto Bonito III, Areal, Areal de Pedro Coimbra, Bacabal, Bacuri, Bandeira, Barro Branco, Barro Vermelho, Bebedouro, Buína, Buriti da Maria Chica, Buriti do Nicácio, Buriti do Zé dos Reis, Buriti Novo, Buriti Seco, Buriti Só, Buritirana I, Buritirana II, Cabeça Danta, Cabeceira das Pacas, Cabeceira do Mutum, Cabeceira dos Cachorros, Cabeceira dos Escondidos, Cachoeirinha I, Cachoeirinha II, Cajaeira, Campo do Meio I, Campo do Meio II, Cancela, Capim-Açu, Castanho Boeiro, Centro da Paulina, Centro do Laurino, Centro do Pedro de Barros, Cinzeiro, Cocal do Riachão, Conceição I, Conduru, Coroatá, Costa, Croa Grande, Croado, Estiva, Estiva Grande, Ferrugem I, Ferrugem II, Filipa, Flexeira, Grota da Bárbara, Grota do Meio II, Grota do Zeferino, Guarapiranga, Ilha, Já Foi, Jurubeba I, Limão, Lodo, Macota, Madeira Cortada, Mata do Cedro, Mata dos Rodrigues, Matinha II, Mirizal III, Moçambique, Mocambo, Mutum I, Mutum II, Naja, Oiteiro, Onça, Pacas, Paraná, Patos, Pedreiras, Periquitos, Pimenta, Pindoal II, Pequizeiro II, Poção, Porto do Soldado, Queimadas I, Queimadas II, Recurso, Riachão, Riacho do Inácio da Cruz, Riacho Doce, Riacho Grande,

Salvação, Santa Fé, Santa Teresa, São Bento II, São Domingos I, São Francisco, São Francisco do Pirangi, São João I, São Paulo, São Raimundo do Manoel Pedro, São Raimundo I, São Raimundo II, Sarampo Grande, Sucuruju, Timbó, Três Antas I, Três Antas II, Tucuns e Vereda.

Povoados: Água Azul, Água Fria, Boca do Campo, Casca Grossa, Escondido, Estiva, Santo Antonio, São Benedito, São Carlos e São José dos Lopes.

Fazendas: Bebe Mingau, Buriti da Ferra, Buritizal, Curral Vermelho e Mapari Grande.

Utilização das Terras

O espaço rural apresenta funções diversificadas em seus tipos de atividades, possuindo vários usos e ocupações em um único estabelecimento; o que dificulta a análise percentual de sua caracterização, sendo necessária uma análise qualitativa. A tabela 20 mostra que os estabelecimentos se dedicam principalmente a agricultura temporária e que as outras variáveis descritas possuem ínfimos estabelecimentos de uma a seis unidades, como agricultura permanente e pastagem natural.

Quanto a área, dos 9.395 hectares, a agricultura temporária representou em 2006, 97%, as pastagens naturais 3% e a agricultura permanente menos de 1% (Tabela 20).

Tabela 20 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	5	3
Agricultura temporária	1.110	9.116
Pastagens naturais	6	276
Total	-	9.395

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Em relação ao produtor, em 2006 foram registrados 1.127 estabelecimentos; o proprietário possuía 33% destes, o arrendatário 13%, o parceiro 8%, o ocupante 45%; o assentado sem titulação definitiva e o produtor sem terra representaram juntos 1%. Nesse mesmo ano dos 9.402 hectares, o proprietário respondeu por 8%, o arrendatário 56%, o parceiro 1%, o ocupante 34% e o assentado sem titulação definitiva 1% (Tabela 21).

Pode-se constatar que tanto os estabelecimentos como a área estão em poder principalmente dos proprietários, pois como os arrendamentos e parcerias são realizados com o mesmo que é dono das terras, seu percentual em estabelecimento aumenta para 54% e em área para 65%; em relação ao ocupante, como o próprio nome diz, ocupa terras devolutas e não tem título de posse da mesma, podendo a qualquer momento ser desalojado. Nessa análise, portanto, infere-se a concentração de terras.

Tabela 21 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	376	794
Assentado sem titulação definitiva	3	2
Arrendatário	149	5.309
Parceiro	92	85
Ocupante	503	3.212
Produtor sem área	4	-
Total	1.127	9.402

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Demografia

A população do município classifica-se no 57º lugar na Mesorregião Norte Maranhense o que corresponde a 0,32% da população do Estado. Na Microrregião Geográfica de Rosário está no 6º lugar com 7,16%. No Estado ocupa a 183ª posição em número de habitantes, o que representa 0,13%. Sua densidade demográfica é de 11,97 hab/km². O IDHM, em 2010, obteve o valor de 0,537, sendo o 178º em relação ao Maranhão (IPEIA, 2013).

Entre 2000 e 2010 a população total obteve um crescimento de 14%. Nesse período a população urbana cresceu 33%, a rural 3%, a masculina 17% e a feminina 11%. Embora a população rural continue maior que a urbana, a sua tendência é diminuir, o que pode ser verificado pelo seu percentual de crescimento.

Dos 7.383 habitantes existentes em 2000, a população masculina representava 51%, a feminina 49%, a urbana 39% e a rural 61%. Em 2010, dos 8.446 habitantes, a população masculina representou 52%, feminina 48%, urbana 45% e a rural 55%. Observa-se que quanto ao sexo, predominou nos dois levantamentos censitários o gênero masculino; a

população rural ainda é predominante, apesar de a urbana tenha crescido muito entre os anos censitários (Tabela 22).

Tabela 22 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	3.749	4.403
Feminina	3.634	4.043
Urbana	2.852	3.792
Rural	4.531	4.654
Absoluta	7.383	8.446

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Saúde

Em 2011 (ano da pesquisa de campo) Cachoeira Grande, possuía um hospital público que estava em construção, funcionando, no entanto, três centros de saúde (um na sede e dois na zona rural) que realizavam atendimentos em emergência e consultas, possuindo ambulatório com dois leitos, um masculino e um feminino. Os principais exames realizados são: ultrassonografia, raio-X e outros. No município há distribuição de medicamentos e em casos de transferência de pacientes mais graves, saem de ambulância até Morros ou para São Luís. As doenças mais frequentes são: gastroenterocolite aguda e gripe.

Para o atendimento dispõe de seis profissionais, sendo um clínico geral, um ultrassonografista, um psiquiatra, um ginecologista e dois odontologistas, além de quatro enfermeiros, cinco técnicos de enfermagem, dez auxiliares de enfermagem e 26 agentes comunitários de saúde, dos quais nove trabalham na área urbana e dezessete na área rural.

Funciona no município o Programa ESF.

Educação

O município de Cachoeira Grande matriculou 3.520 alunos, entre educação infantil, educação fundamental, ensino médio e EJA, nos três turnos (exceto educação infantil), possuindo 232 professores, 126 salas e 193 turmas (MARANHÃO, 2012).

A rede de ensino do município mantém 51 escolas, das quais três na área urbana e 48 na zona rural, onde estão matriculados 2.937 alunos, distribuídos em 101 salas de aula e

168 turmas, entre educação infantil, ensino fundamental e EJA, nos três turnos (as duas últimas). O corpo docente municipal está distribuído em 189 professores; destes, 86 possuem magistério, 37 ensino médio e 66 ensino superior. O município possui biblioteca e oferece transporte escolar.

O Estado mantém uma escola na área urbana, onde estão matriculados 523 alunos, distribuídos em 20 salas de aula, entre ensino fundamental e ensino médio. O corpo docente estadual está distribuído em 38 professores, todos com ensino superior.

No ensino particular, há uma escola na área urbana, onde estão matriculados 60 alunos, distribuídos em cinco salas, entre educação infantil e ensino fundamental. O corpo docente possui cinco professores, destes três possuem magistério, um ensino médio e um ensino superior.

Economia

O PIB 2010 ocupava a 204ª posição, contribuindo com R\$ 27,622 milhões ou 0,06% do Estado, sendo o setor de serviços o mais representativo com R\$ 16,640 milhões, o setor agropecuário com R\$ 8,181 milhões, o industrial com R\$ 2,409 milhões e R\$ 392 mil de contribuição de impostos (IMESC, 2012); ocupou naquele ano a 144ª posição em relação ao IDM, correspondendo a 0,304 (IMESC, 2012). Na renda per capita naquele aludido ano ocupava a 214ª posição com R\$ 110,65 (IPEA, 2013).

A economia do município é principalmente de atividades primárias, relacionadas à agropecuária.

Agricultura

A agricultura é itinerante, voltada principalmente para a subsistência, comercializada no próprio município. Na agricultura temporária destacam-se quatro produtos: arroz, feijão, mandioca e milho, e na agricultura permanente a banana.

Agricultura Temporária

A agricultura temporária é a mais significativa no município. De 2006 a 2012 houve aumento no total de todos os itens analisados: área colhida e quantidade produzida 17% cada e valor da produção 225%. Ainda no intervalo desses seis anos (2006 e 2012), em área

colhida o arroz aumentou 12%, o feijão 53%, a mandioca 17% e o milho 6%; em quantidade produzida o arroz diminuiu 13%, o feijão e a mandioca aumentaram 17% cada e o milho diminuiu 26%; no rendimento médio o arroz teve crescimento negativo de 23%, o feijão de 24% e o milho 30%; a mandioca manteve-se estável; no valor da produção o arroz aumentou 17% e a mandioca 235%; tiveram o crescimento negativo, o feijão 18% e o milho 35%.

Em 2006, dos 1.485 hectares de área colhida, o arroz representou 2%, o feijão 1%, a mandioca 91% e o milho 6%; das 10.915 toneladas produzidas, a mandioca participou com 99%, o arroz, o feijão e o milho juntos colaboraram com 1%; o rendimento médio pode ser observado na tabela 23; nesse mesmo ano o valor da produção foi de R\$ 1,181 milhão, o arroz e o feijão contribuíram com 1% cada, a mandioca com 95% e o milho com 2% (Tabela 23).

Em 2012 dos 1.734 hectares de área colhida, o arroz participou com 2%, o feijão com 1%, a mandioca com 92% e o milho com 5%; foram produzidas 12.764 toneladas, das quais o arroz, o feijão e o milho juntos atingiram 0,5% e a mandioca representou 99,5%; o rendimento médio pode ser observado na tabela 23; o valor da produção rendeu R\$ 3,844 milhões, o arroz, o feijão e o milho participaram juntos com 1% e a mandioca contribuiu com 99%.

Pela análise procedida, verifica-se que, salvo a mandioca, os produtos agrícolas do município são exclusivamente para o alto consumo, podendo, no entanto, essa situação ser revertida, desde que haja políticas públicas para tal, ou então incentivando o cultivo de outros produtos.

Tabela 23 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	25	28	15	13	600	464	6	7
Feijão	15	23	6	7	400	304	11	9
Mandioca	1.355	1.588	10.840	12.704	8.000	8.000	1.138	3.811
Milho	90	95	54	40	600	421	26	17
Total	1.485	1.734	10.915	12.764	-	-	1.181	3.844

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Horticultura

Não foram obtidas informações quantitativas de horticultura no município. Foi constatado, entretanto, em trabalho de campo que, em pequena quantidade cultivam cheiro verde, coentro, cebolinha e outros.

Agricultura Permanente

Apesar de o município possuir uma significativa variedade de frutos, no período estudado, apenas um foi considerado de importância econômica, a banana.

De 2006 a 2012 a banana cresceu 100% em área colhida, 143% em quantidade produzida e 224% em valor da produção.

Em 2006, a banana ocupou 4 hectares de área colhida, produziu 28 toneladas o que renderam R\$ 17 mil; o rendimento médio foi de 7.000 kg/ha. Em 2012, ocupou 8 hectares de área colhida, produziu 68 toneladas e rendeu R\$ 55 mil; o rendimento médio foi de 8.500 kg/ha.

Pecuária

A pecuária é extensiva; os rebanhos que mais se destacam são as aves, o suíno e o bovino. Entre 2006 e 2012, o rebanho total diminuiu 3%. Os rebanhos que cresceram, nesse período, foram: bovino 18%, suíno 1%, caprino 55% e ovino 73%; diminuíram: equino 26%, asinino 21%, muar menos de 1% e aves 5%.

Em 2006 das 24.343 cabeças, o bovino representou 5%, o equino e asinino 2% cada, o muar e o caprino juntos 1%, o suíno 15%, ovino menos de 1% e aves 75%. Em 2012, o rebanho era representado por 23.657 cabeças, das quais 6% bovino, equino 2%, asinino, muar, caprino e ovino 1% cada, suíno 15% e as aves 73% (Tabela 24).

Constata-se que os rebanhos mais significativos são as aves e os suínos. O número de aves chama a atenção, pois em trabalho de campo não foram identificados granjas no município; estas são criadas no quintal e referem-se a galinhas, galos, frangos, frangas e pintos.

Tabela 24 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	1.250	1.480
Equino	550	405
Asinino	408	322
Muar	220	219
Suíno	3.540	3.562
Caprino	145	225
Ovino	80	138
Aves	18.150	17.306
Total	24.343	23.657

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Convém observar que os rebanhos que apresentaram menor percentual de crescimento, são aqueles que, usados como meio de transporte e montaria antes, hoje perderam importância econômica, devido o avanço de transportes motorizados. O caprino ainda não foi totalmente absorvido como animal de abate para a alimentação.

Em 2011 foram produzidos no município 12 mil litros de leite que renderam R\$ 22 mil, além de 10 mil dúzias de ovos de galinha que renderam R\$ 38 mil, cujo total da produção foi de R\$ 60 mil.

Extrativismo

Os produtos extrativos que em 2012 se destacaram economicamente (IBGE) foram: juçara, carvão vegetal e jaborandi (quantificados em toneladas), e lenha (quantificada em metros cúbicos).

Em 2012, das 68 toneladas de quantidade produzida, o mais importante foi o jaborandi representando 65%, a juçara 24% e carvão vegetal 11%. A lenha produziu 3.450 metros cúbicos. Neste mesmo ano o valor de produção foi de R\$ 228 mil, do qual o jaborandi rendeu 48%, a lenha 36%, juçara 14% e o carvão vegetal 2% (Tabela 25).

Produtos como o carvão vegetal e a lenha, são causadores de poluição e desmatamento. A lenha resulta da queima de matas para fazerem as conhecidas roças de toco e utilizadas como combustível nas casas de farinha ou em padarias; o carvão vegetal, derivado principalmente da lenha, provoca poluição atmosférica, pois produz fumaça tóxica e poluição da água. Suas cinzas são carregadas pelas enxurradas e levadas até o leito dos rios, o que

poderia ser minimizado se referidas cinzas forem utilizadas como adubo, ou na mistura com o barro quando da construção de casas de taipa.

Do jaborandi são retiradas as folhas que são utilizadas na indústria farmacêutica para a produção de remédios e cosméticos.

Tabela 25 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal - 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros Cúbicos	
Juçara	16	-	31
Carvão vegetal	8	-	7
Jaborandi	44	-	109
Lenha	-	3.450	81
Total	68	3.450	228

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Em relação ao extrativismo mineral destaca-se embora ilegal, a extração de areia e pedra seixo no Rio Munim, contribuindo para o assoreamento do mesmo.

Pesca

A pesca é fluvial eminentemente artesanal, voltada principalmente ao autoconsumo, realizada em ambiente fluvial. Na época da desova, os pescadores recebem o defeso. As principais espécies são: branquinha (*Psectrogaster amazônico*), curimatá (*Prochilodus ssp*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e outros.

Pela inexistência de estatística da produção pesqueira, as informações obtidas derivam do trabalho de campo.

Indústria

As indústrias restringem-se as casas de farinha na área rural e as padarias na área urbana.

Turismo

Como potencial turístico se destaca o Rio Munim, com águas frias, formando diversas coroas brancas (Figura 24) e corredeiras (Figura 25), propícias ao banho, pesca, passeios de barco ou canoa e esportes de aventura, além de trilhas por matas e sítios e os

festejos de Nossa Senhora da Conceição, as festas juninas e o carnaval. Para isso conta com o apoio de pousadas e hospedarias.

Figura 24 - Trecho do Rio Munim



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE

Figura 25 - Corredeiras no Rio Munim



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE

Comércio

O comércio é essencialmente varejista, representado por quitandas, supermercado, mercado e feiras.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Icatu, apresentando um cartório; faz parte da 31ª zona eleitoral, possuindo 27 seções, 7.005 eleitores e nove vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

A religião predominante é o catolicismo com uma igreja católica na área urbana, dedicada à padroeira do município Nossa Senhora da Conceição (Figura 26) e capelas na área rural.

Os templos evangélicos estão divididos entre as congregações Batista, Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia, Presbiteriana e Resgate. Há seis terreiros de origem africana ou indígena distribuídos na área rural.

Figura 26 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição - 2012



Fonte: IMESC

Em 2010, dos 8.446 entrevistados pelo IBGE, 77% eram católicos, 15% evangélicos, 0,05% de outras religiões e 8% não tinham religião (Tabela 26).

Tabela 26 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	6.483
Evangélicos	1.275
Outras religiões	4
Sem religião	684
Total	8.446

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água na sede é de responsabilidade da prefeitura. A captação é feita principalmente através do Rio Munim e por poços artesianos, também utilizados na área rural. Foram registradas 397 ligações (BRASIL, 2013).

O município não possui sistema de coleta, tratamento e destinação final do esgoto doméstico. As fossas sépticas são mais utilizadas na área urbana, enquanto na rural são mais rudimentares e por vezes inexistentes. Em 2013 (BRASIL), foram registradas 816 fossas.

A coleta de lixo é realizada apenas na sede, sendo o mesmo depositado em um lixão a céu aberto.

A energia elétrica é fornecida pela CEMAR, contemplando 100% da área urbana. Em vários povoados ainda usa-se a tradicional lamparina.

O total de consumidores em 2010 foi de 1.498 usuários; o maior consumo foi o residencial com 94%, o comercial representou 3%, o poder público 2%, o industrial, serviço público e iluminação pública juntos somaram 1%. No ano citado foram consumidos 1.608.649 KWh dos quais, 74% consumo residencial, 3% comercial, 6% poder público e 16% iluminação pública; o consumo industrial, serviço público e CEMAR, juntos alcançaram 1% (Tabela 27).

Tabela 27 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classes - 2010

Usuário	Número de Consumidores	Consumo em KWh
Residencial	1.412	1.186.177
Comercial	39	50.599
Industrial	6	1.840
Poder público	37	102.432
Serviço público	3	2.472
Iluminação pública	1	265.099
CEMAR	0	30
Total	1.498	1.608.649

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município possui um posto de atendimento do Banco do Brasil, um do Bradesco, uma agência dos correios, uma casa lotérica e telefonia fixa e móvel da OI. Possui 10 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 10 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais atrações culturais e folclóricas são as festas religiosas, principalmente a da padroeira realizada na primeira semana de dezembro, as festas juninas, o tambor de crioula, o bumba-meu-boi, o carnaval de rua e as festas na beira rio.

O município conta com campos de futebol, dois restaurantes, lanchonete, biblioteca e dois bares.

Transporte

A cidade de Cachoeira Grande está a 92 km de São Luís. Saindo de São Luís segue-se 49 km pela BR 135, até a cidade de Bacabeira; no entroncamento segue-se 10 km em direção a cidade de Rosário, pela MA 402, e depois mais 12 km até a bifurcação da mesma, vira-se à direita, seguindo por 9 km até a sede municipal de Presidente Juscelino e desta cidade até a sede municipal de Cachoeira Grande atravessando antes o Rio Munim de

barco ou canoa (Figura 27). As cidades mais próximas são: Presidente Juscelino a 1,5 km, Morros a 8 km e Axixá a 21 km todas pela MA 110.

O meio de transporte mais utilizado é o rodoviário e a navegação fluvial entre Cachoeira Grande e Presidente Juscelino. O deslocamento intermunicipal é feito por vans, mototáxis, motos, carros particulares e ônibus diários para São Luís. O deslocamento urbano/rural é feito através de D-20 ou pau de arara, mototáxis, motos e no espaço urbano através de mototáxis e motos.

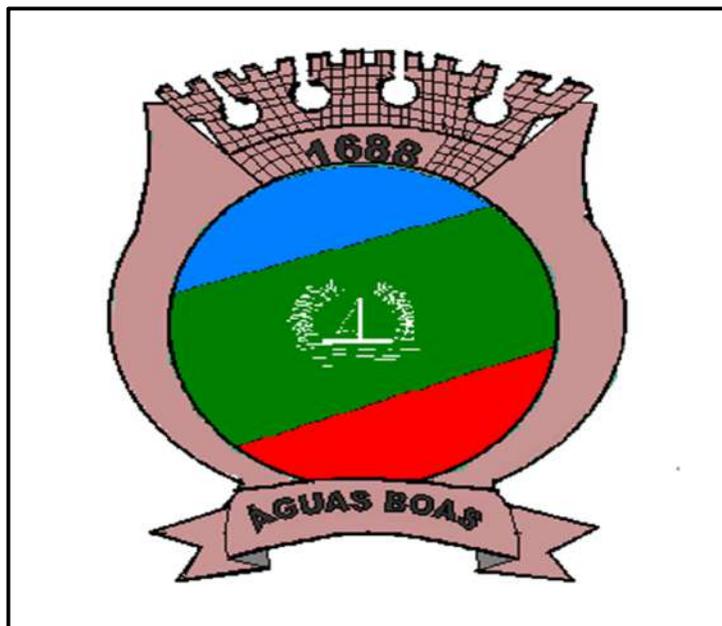
Figura 27 - Transporte fluvial entre Cachoeira Grande e Presidente Juscelino - 2011



Fonte: IMESC

2.4 Icatu

Símbolos Municipais



Brasão

O brasão do município foi idealizado pelo historiador José Almeida, recebendo o parecer favorável da Comissão Permanente de Educação e Cultura. Em 30 de março de 2005, foi sancionada a Lei Municipal N° 100, pelo Prefeito Juarez Alves Lima, que consolidou a adoção do brasão.

De acordo com o autor, o brasão possui no círculo a reprodução fiel da bandeira do município e remonta a elevação de Icatu à categoria de vila, pelo Rei de Portugal, em 1688. Na base do brasão estão escritas as palavras Águas Boas, onomástica de Icatu.



Bandeira

A bandeira foi idealizada pelo ex-prefeito José Maria de Matos; suas características foram regulamentadas pela Lei Municipal N° 427 de 26 de outubro de 1984. As cores são: verde, azul, vermelho e branco. O verde representa as matas e campos, o vermelho representa o sangue derramado nas lutas, o azul o exuberante céu e o branco, do escudo, a paz da população icatuense.

Hino

Minha querida Icatu!
 Rainha do soberbo Munim,
 Dos teus antepassados,
 A história diz assim:
 No século dezessete,
 Quando a esquadra aqui chegou,
 Houve uma grande luta,
 E areia de sangue molhou.

Terra de sol ardente,
 Com rochedo e manguezais,
 Murmurando a correnteza,
 Tuas crôas e currais,
 Guerreiros amigos, tocai toré,
 Elevemos sempre a Deus
 Nosso amor, nossa fé.

Oh! Meu rincão tão feliz,

Que mora sempre em meu coração,
Icatu abençoada,
Pela virgem Conceição,
Teus campos verdejantes,
Tuas águas cristalinas,
Esta terra já foi palco
De batalhas e grandes chacinas.

Terra de sol ardente,
Com rochedos e manguezais.
Murmurando a correnteza,
Tuas crôas e currais.
Guerreiros amigos, tocai toré,
Elevemos sempre a Deus
Nosso amor, nossa fé.

Vejo este lago sem fim,
Contemplo tua grande beleza,
Um quadro tão singelo
Pela própria natureza.
Singrando os verdes mares,
Surge o bravo pescador,
Cultivando o solo fértil
O incansável e bom lavrador.

Terra de sol ardente
Com rochedo e manguezais,
murmurando as correntezas
tuas crôas e currais.
Guerreiros amigos, tocai toré,
Elevemos sempre a Deus
Nosso amor, nossa fé.

*Letra: José Maria Oliveira Matos
Música: autor desconhecido*

Localização

Como parte do Baixo Munim, o município Icatu localiza-se na Mesorregião Norte Maranhense - Microrregião Geográfica de Rosário.

Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico e com o município de Humberto de Campos e com os seguintes municípios: ao Oeste com Axixá e São José de Ribamar, ao Sul Morros e ao Leste Morros e Humberto de Campos (Mapa 5).

Os pontos extremos do município correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 02°20'23" de latitude e -43°47'05" de longitude, Oeste - 44°05' 46" de longitude e -02°41'15" de latitude, Sul -02°48'30" de latitude e -44°03'41" de longitude, Leste -43°40'58" de longitude e -02°35'03" de latitude.

Extensão

O município tem 1.448,779 km² de extensão, das quais uma parte é insular representada pelas ilhas Corintiba, Cararaim e outras, sendo o 71º do Estado em extensão, representa 0,44% do território do Maranhão. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa 12ª posição em território, representando 2,75% e na Microrregião Geográfica de Rosário ocupa a 2ª posição, representando 22,52% do território microrregional.

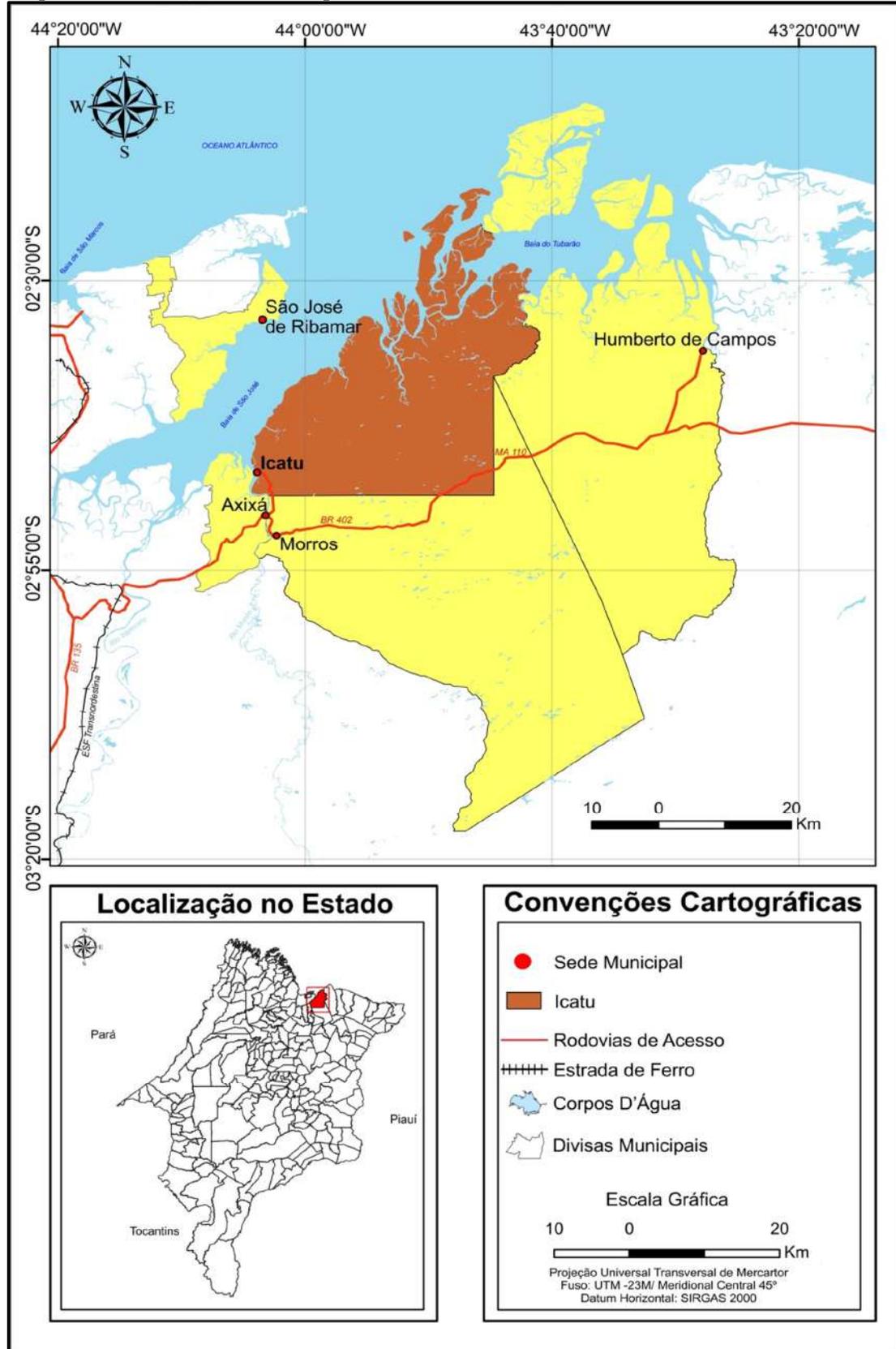
Ao ser criado (1688), o município tinha 10.873,262 km², os quais foram diminuídos, a partir da criação dos seguintes municípios: Humberto de Campos (Lei Nº 543 de 20/07/1859) para o qual foram concedidos 6.445,814 km², Morros (Lei Nº 210 de 28/04/1898) para o qual foram ofertados 2.420,82 km² e Axixá (12/06/1935) para o qual foram separados 557,849 km². Quanto aos municípios desmembrados, posteriormente foram perdendo parte de seus territórios, em razão de sucessivos desmembramentos.

Processo de Ocupação

As informações mais antigas sobre Icatu não deixam evidente o modo da ocupação; tudo se resume em fatos históricos.

Segundo Marques (1970) era o lugar antigamente chamado de Águas Boas ou Vila Velha de Icatu, que, no entanto, não é a atual cidade de Icatu e sim um arraial que deu início ao processo de ocupação.

Mapa 5 - Localização do Município



Fonte: IMESC, 2013; IBGE, 2013

Após a batalha de 19 de novembro de 1614, entre os franceses e portugueses, foi assinado o tratado de tréguas em 28 do referido mês e ano e que, não cumprido, resultou na expulsão daqueles. Os portugueses realizaram uma solene procissão em ação de graças pela vitória que alcançaram e construíram uma igreja em homenagem a Nossa Senhora da Ajuda.

Em 1688 Sua Majestade mandou fundar nessa localidade uma vila; a ordem foi cumprida. Em 28 de abril de 1756, El-Rei D. José ordenou ao governador do Maranhão que informasse a representação que lhe fizeram os oficiais da Câmara de Santa Maria de Icatu, em 30 de julho de 1755, atendendo o ouvidor, a Câmara, a nobreza e o povo sobre a mudança dessa vila para outro lugar vizinho ao mar. Diziam eles que a vila:

“Mandada fundar por S. M., há mais de 60 e tantos anos, se achava de todo extinta de moradores e sua escravatura pela paragem ser muito doentia, e por essa causa se não animavam muitos moradores deste Estado a virem para ela pelo que estavam presenciando na mortandade. Esta ruína se podia remediar, mandando S. M. que a vila se mudasse para outro lugar vizinho sobre o mar, que os havia muito suficientes, juntos a mesma vila, com abundância de pesqueiros para os pobres passarem a vida melhor [...] e por esta razão padeciam muita falta de mantimentos, que costumam vir de outras partes, e estes lhe eram muito necessários.” (MARQUES, 1970, p.66).

Em virtude da representação do governador houve a mudança da vila. Ainda existem os vestígios de um pequeno forte, cujo terreno hoje serve de cemitério.

O arraial de Santa Maria de Guaxenduba decaiu com a retirada de seus defensores para a Ilha do Maranhão. As poucas, famílias construíram o núcleo de outra povoação, que depois se foi desenvolvendo com o nome de “Santa Maria de Anajatuba”.

Almeida (2007) possui outra versão para o processo de ocupação do município. Segundo o autor, em 18 de outubro de 1614, Belchior Rangel, jovem militar de família nobre do Rio de Janeiro, integrante da Esquadra Milagrosa, descobriu o sítio Guaxenduba, que deu origem a Icatu. Oito dias após a chegada de Belchior, a Armada Milagrosa chegou ao sítio Guaxenduba, data escolhida como aniversário de fundação do município, para dar início ao processo de ocupação. Com uma posição estratégica, a localidade foi alvo de cobiças de portugueses e franceses que em 19 de novembro de 1614, realizaram a célebre batalha de Guaxenduba.

A Capitania Subsidiária de Icatu foi criada pela Carta Régia de 14 de março de 1633, transformada em município no ano de 1688, quando foi elevada à vila o Arraial de Santa Maria de Guaxenduba, com o nome de Vila de Santa Maria de Icatu. Mesmo acontecendo divisões territoriais na vila, como a da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Icatu, para formar a de Nossa Senhora das Dores.

De acordo com Marques (1970), a escravidão que os portugueses estavam impondo aos índios *cahica-hises* e o rapto de muito destes, culminou, em 1698, com a devastação da vila de Santa Maria de Icatu e de todos os estabelecimentos às margens do rio Munim, que deixou mortas 90 pessoas num engenho de açúcar.

A chegada de 28 famílias de colonos luso-açorianas e os primeiros escravos negros africanos em 1702 contribuiu para a reconstrução da vila. Todavia, em 30 de julho de 1755, a Câmara de Santa Maria de Icatu fez uma representação ao rei de Portugal, pedindo a transferência da vila para outro local, o que ocorreu em 1759 quando Dom José I, Rei de Portugal, ordenou a mudança da vila para a margem direita do Rio Munim, onde está situada a atual cidade de Icatu.

Fatos Históricos

Vila – depois de Alcântara, Icatu, situada à margem do Rio Munim é a mais antiga de toda a província.

Freguesia – Na provisão régia de 25 de setembro de 1801 disse o príncipe regente:

“que tenho sido objeto dos cuidados do bispo defunto e de seu paternal amor a extensão de várias freguesias, e entre elas a do Icatu, que se podia dividir em duas, ordenava ao cabido da Santa Sé para que procedesse na conformidade da representação do prelado, sendo encarregado de fazer a divisão dessa freguesia [...]” (MARQUES, 1970, p.385).

Em 1º de março de 1805, o bispo D. Luiz de Brito Homem dividiu, desmembrou e separou dessa freguesia todo o território que ficava ao Sul, para a igreja da nova freguesia no lugar da Vargem Grande.

Em 08 de março de 1689, o senado da câmara dirigiu-se ao sargento-mor Antônio de Barros Pereira informando-lhe sobre a conclusão da casa-forte e por isso nomeava para cabo da mesma, o ajudante Dionízio Barros de Albuquerque.

Pela Lei estadual N° 1.139 de 10 de abril de 1924, foi Icatu elevada à categoria de cidade.

Batalha de Guaxenduba

Na praia de Santa Maria, no município de Icatu, ocorreu a célebre Batalha de Guaxenduba entre portugueses e franceses que lutaram por porções do território maranhense. Os franceses contavam com uma tropa composta de 400 homens fardados e 3.000 índios

tupinambás e os portugueses com apenas 180 homens fardados e 200 índios tapuias. Apesar do pequeno exército, os portugueses com apenas onze homens mortos saíram vitoriosos. Estes deram crédito da vitória a Virgem Maria, nascendo uma das lendas mais difundidas no território maranhense (IBGE, 1959).

Acredita-se que a Virgem Maria apareceu entre os guerreiros portugueses, transformando a areia da praia em pólvora para os armamentos dos guerreiros, contribuindo para a retumbante vitória.

Na língua indígena, Guaxenduba refere-se ao local de muita guaxima, planta de flores amarelas, que na época possuía grande valor para os índios, e atualmente se distribui pelos 110 km de praias do município, o segundo maior litoral municipal do Maranhão.

Balaiada

A Balaiada foi um movimento popular e social que envolveu as mais diversas esferas da população maranhense, composto, em sua maioria, por classes subalternas: escravos, negros, camponeses e artesãos, embora contasse com a participação de intelectuais.

De acordo com Botelho (2007), a Balaiada enquanto revolta social e popular, eclodiu no interior do Maranhão, expandindo-se para as províncias do Piauí e Ceará. Os seus líderes eram gente do povo, como negro Cosme, que comandou um exército de três mil escravos quilombolas, aspirando à liberdade, fim das discriminações e repressão.

A revolta que entrou na historiografia com o nome de Balaiada, foi, sem dúvida, uma das maiores insurreições populares ocorridas durante o Brasil-Império. Mobilizou pelo menos 12.000 homens contra os governos de duas províncias, controlou extensas faixas do território nacional durante os anos 1839-40 e requereu a intervenção maciça do governo central para ser finalmente subjugada. Apesar disto, não tem recebido muita atenção por parte da historiografia e tem sido frequentemente mal interpretada (ASSUNÇÃO, 1998, p. 67).

Os revoltosos utilizavam armas rústicas e o sistema de guerrilha, vitoriosos nas batalhas de Mocambo, Munim, Laranjeiras, Areias, Icatu, Caiçara e Angicos.

Ambiente Físico

O embasamento geológico do município corresponde a duas formações - Itapecuru e Aluviões Marinhos. De acordo com a UEMA (2002), a primeira é considerada

pertencente ao Cretáceo Inferior (145 milhões e 500 mil anos), constituída por arenitos finos, avermelhados e róseos, geralmente com estratificação horizontal. Espacializa-se na porção Sudoeste do município. A segunda formação são os aluviões marinhos (Período Quaternário), constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas, encontrados na porção Nordeste do município.

Golfão Maranhense, Lençóis Maranhenses e Litoral em “Rias” são os domínios geomorfológicos identificados no município. O Golfão Maranhense resultou do intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário antigo (1,5 milhões de anos atrás), posteriormente colmatado, originando paisagens de planícies aluviais, ilhas, lagos e rios divagantes.

A formação geomorfológica dos Lençóis Maranhenses corresponde à faixa litorânea e sublitorânea da porção oriental do território maranhense, constituída por restinga, campos de deflação e dunas. A porção Norte é geomorfológicamente classificada como Litoral em Rias, caracterizada pela presença de rias afogadas convertidas em planícies aluviais, circundadas externamente por ilhas e pontões lodosos que se formaram pela ação das marés (UEMA, 2002).

Em relação à pedologia, identificam-se os solos indiscriminados de mangue e areias quartzosas marinhas e dunas. Este se caracteriza pela presença de solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos a muito profundos, com baixos teores de argila e moderadamente ácidos. Apresenta em geral, relevo plano ou suave ondulado, que espacializa-se em grande parte do território municipal. Aquele se caracteriza pela presença de solos mal drenados, com alto conteúdo de sais minerais provenientes da água do mar e de compostos de enxofre; a textura varia de argilosa a arenosa e distribui-se ao longo da faixa costeira do município, nas proximidades das desembocaduras dos rios (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido com dois períodos: chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro, com temperatura média anual superior a 27°C e umidade relativa do ar superior a 82%. As chuvas contribuem para totais pluviométricos entre 1.600 e 2.000 mm anuais.

A hidrografia é representada, principalmente, pelo Rio Munim que deságua na baía de São José, entre os municípios de São José de Ribamar e Icatu, após percorrer aproximadamente 300 km da nascente a foz. Sua nascente está situada nos tabuleiros da Formação Barreiras, no município de Aldeias Altas, foi o principal caminho percorrido pelos colonizadores do município; atualmente é utilizado como fonte econômica para as populações ribeirinhas e como via de acesso a povoados e municípios circunvizinhos. O município

apresenta ainda os rios: Grande, Beira, Anajatuba e Itatuaba; os riachos: da Palmeira, do Cabral, Taperi, da Ribeira e Centro da Mata; as lagoas Boca da Mata e do Cedro.

Todos os aspectos supracitados contribuem para a formação no município de um mosaico de vegetação com mangues, campos palustres pastejados e florestas abertas.

Icatu pertencente à APA Upaon-Açu/ Miritiba/ Alto Preguiças.

Espaço Urbano

O traçado urbano da cidade delineou-se, “a priori”, à margem do Rio Munim, frequentemente utilizado pela população como via de acesso a outras regiões do Estado, em séculos passados (Figura 28). Com a construção da rodovia MA 309, única via de acesso terrestre ao município, evidenciou-se uma mudança na conjuntura da cidade com aumento do fluxo de pessoas e mercadorias, formando um corredor de crescimento urbano as margens da rodovia; apesar disso, a concentração populacional ainda é maior nas proximidades do porto ou centro comercial.

Figura 28 - Icatu à margem do Rio Munim - 2012



Fonte: IMESC

A cidade de Icatu faz jus ao título de terceira cidade mais antiga do Maranhão. Tudo nesse município cheira ao passado, o seu bucolismo é contagiante; no porto, na parte mais baixa onde se iniciou o processo de ocupação, balançam-se modorramente canoas de pescadores.

Subindo, observa-se o espaço folclórico e a Praça Eurico Dutra (Figura 29) no fundo da qual, está a igreja matriz de frente para o mar e circulando os dois espaços citados, casarões coloniais (Figura 30 e 31), alguns levemente descaracterizados.

Figura 29 - Praça Eurico Dutra - 2012



Fonte: IMESC

Figura 30 - Casa em estilo colonial - 2012



Fonte: IMESC

Figura 31 - Fachada de prédio colonial - 2012



Fonte: IMESC

Partindo da praça citada, dos dois lados da igreja, surgem ruas sinuosas de casas baixas geminadas, de uma porta e várias janelas. Referidas ruas apresentam pequenas ladeiras, resultado do desnível do terreno do interior para o mar.

A malha urbana (Figura 32) está estruturada em seis ruas no sentido Sul/ Norte, das quais algumas começam no Sudoeste, paralelas às praças, e quatro mais compridas, no sentido Leste/Oeste uma das quais se une a MA 309 que vem de Morros e ao penetrar na área urbana, adquire aspecto de avenida com canteiros e arborização.

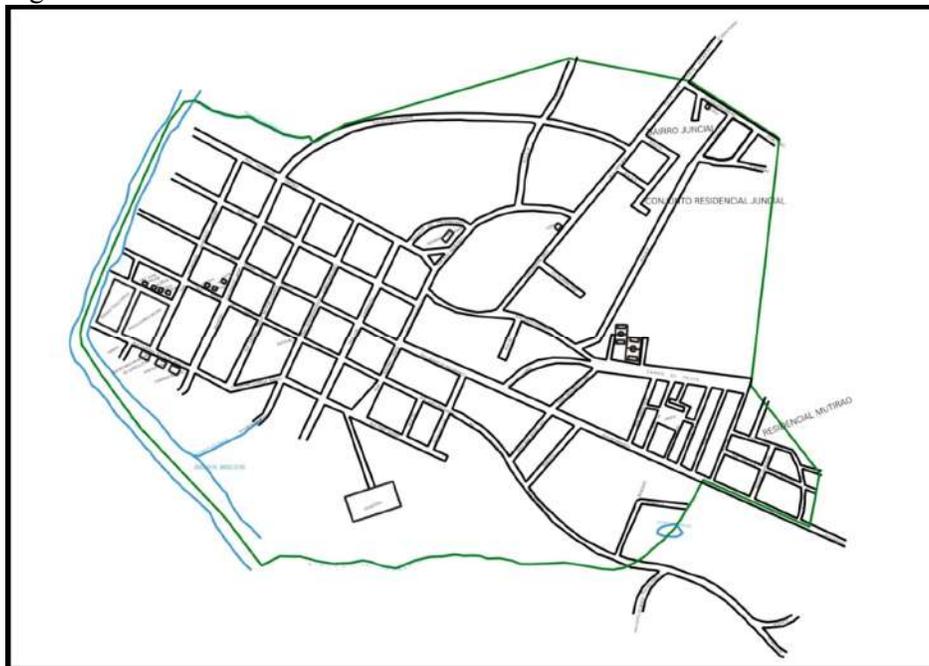
Ao sul, uma das ruas que parte do porto forma uma curva paralela ao Rio Fonte Grande, afluente do Rio Munim, indo até ao Conjunto Residencial Guical para onde a cidade também está se expandindo.

As ruas, praças e avenidas são pavimentadas com cimento, paralelepípedo, asfalto e algumas piçarradas.

O município registrou 2.082 casas construídas com tijolo, 1.776 de taipa revestida, 1.779 de taipa não revestida, 53 de madeira e doze de outros materiais (BRASIL, 2013).

Em 2013, a área urbana de Icatu possuía 2,80 km² de extensão que corresponde 0,19% do município.

Figura 32 – Planta da cidade - 2007



Fonte: IBGE

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se em: sítios, povoados, vila, comunidades negras remanescentes de quilombos e assentamentos (BRASIL, 2010).

Sítios: Água Fria, Água Peú, Alagado, Alegrão, Amazonas, Anajá, Ananás, Arenga, Arir I, Armazém, Arraial, Axixá, Bacabal, Baixão, Barro Branco, Barro Vermelho, Batalha, Baunilha, Bebedouro, Boa Vista, Boi Cavallo, Boi Tocado, Bom Gosto, Bom Passar I, Bom Passar II, Boqueirão, Brasília, Buriti, Cabral, Cacaveiro, Cachoeirinha, Caiteto I, Caiteto II, Cajueiro, Camboa, Canoa, Cararai, Caratátua, Catarina, Centro do Euzébio, Centro do Meio I, Centro do Meio II, Centro do Sodrê, Centro Velho, Costela, Crissanto, Estirão, Estiva I, Estiva II, Fazenda, Forquilha, Forte, Gangatã, Garrancho, Jibóia, Itapera do Marcolino, Itatuabinha, Jaburu, Jacaré, Jacareí, Jaguará, Jerimunzinho, João Moleque, Jordão, Juncal, Junco, Jerumico, Jurupari, Kilombo, Lagoa, Lagoa Grande, Latadinha, Macarupáia, Mangabeira, Manijui, Maruin, Mata das Pedras, Mata de São Miguel, Matinha I, Matinha II, Matinha III, Mirinzal, Monte Alegre, Nova Esperança. Olho d'Água I, Olho d'Água II, Oliveiras, Outeiro, Paiol, Palmeiras, Papagaio, Pedro Gonçalves, Peral, Pintadas, Poço Dantas, Ponta Grossa, Portinho, Prata, Pretos, Riacho I, Riacho II, Rio, Rio das Folhas, Rio

do Meio I, Rio do Meio II, Rio do Poço, Rio Grande, Riozinho, Ronca, Santa Luzia, Santa Maria, Santana, Santo Antonio, Santo Inácio, São João, São Joaquim I, São Joaquim II, São José dos Furtados, São Lourenço, São Paulo, Serraria, Sertão Grande, Sítio, Tajabaquara, Tapera I, Tapera II, Taperi, Tatuabinha, Timbó, Timbotiua, Tiririca, Toco, Vila Velha e Vista Alegre.

Povoados: Anajatuba, Axuí, Baiacuí, Boa Vista, Boca da Mata, Bom Sucesso, Itatuaba, Jacareí, Juçatuba, Mamuna, Mata, Moinho, Quartéis, Retiro, Ribeira, Salgado, Santa Izabel, Santa Rosa, Santo Antonio, Sertãozinho e Vista Alegre.

Vila: Itapera.

Comunidades quilombolas: Axixá, Batalha, Boca da Mata, Boqueirão, Jacareí dos Pretos, Olho d'Água, Papagaio, Povoado Ananás, Batalha, Bom Sucesso, Centro Velho, Região Fazenda, Retiro, Santa Maria e Santo Antonio dos Caboclos.

Assentamentos: PA Mutirão e PA Quartéis.

Utilização das Terras

O espaço rural de Icatu, em 2006, estava distribuído entre estabelecimentos e área. Os estabelecimentos eram ocupados principalmente com a agricultura temporária, construções e benfeitorias, além de matas e/ou florestas; os demais usos eram menos representativos. Ressalta-se que em um estabelecimento pode ocorrer uma ou mais atividades e, portanto, não se pode fazer uma análise quantitativa dos mesmos, todavia, as áreas utilizadas permitem uma análise qualitativa.

Em 2006, a área rural do município estava representada por 11.525 hectares, com as seguintes distribuições: 38% agricultura temporária, 1% agricultura permanente, 0,30% pastagens naturais, 1% pastagens plantadas em boas condições, 6% matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as de sistemas agroflorestais), 53% sistemas agroflorestais, 1% construções, benfeitorias ou caminhos e 0,10% terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (Tabela 28).

Tabela 28 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	39	106
Agricultura temporária	1.810	4.427
Pastagens naturais	26	34
Pastagens plantadas em boas condições	13	84
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	159	717
Sistemas agroflorestais	4	6.052
Construções, benfeitorias ou caminhos	186	94
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	6	11
Total	-	11.525

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Em 2006, o número de estabelecimentos agropecuários totalizou 1.904, sendo o proprietário característica marcante com 63% dos estabelecimentos, 33% eram de ocupantes, 2% de parceiros e 1% de arrendatários e produtores sem terra, cada. Quanto à área, do total de 11.529 hectares, 96% estavam com os proprietários, 3% com ocupantes e 1% com arrendatários e parceiros juntos (Tabela 29).

Considerando o número reduzido de arrendatários e produtores sem área, além de parcerias e arrendamentos serem feitas com o proprietário, ou seja, o dono da terra é possível mensurar a grande concentração fundiária no município, sendo que as condições de posse e uso da terra podem atuar sobre o fluxo de capital do produtor e, por conseguinte, no sistema tecnológico adotado.

Tabela 29 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor – 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.205	11.136
Arrendatário	18	9
Parceiro	36	68
Ocupante	625	316
Produtor sem área	20	-
Total	1.904	11.529

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Demografia

Em 2010, o município situava-se na 63ª posição no *ranking* de população do Estado, representando 0,38% da população maranhense. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupava o 22º lugar com 0,97% e na Microrregião Geográfica de Rosário a 3ª posição com 15,60%. A densidade demográfica nesse período foi de 17,36 hab/km². O IDHM no aludido ano obteve o valor de 0,540, sendo o 164º em relação ao Maranhão (IPEA, 2013).

No decênio 2000-2010 a população total cresceu 17%, a urbana 25%, a rural 14%, a feminina 18% e a masculina 16%.

Em 2000, a população era de 21.849 habitantes sendo 29% na área urbana e 71% na área rural. Em relação ao gênero, 53% da população era masculina e 47% feminina. Em 2010, a população totalizou 25.145 habitantes, sendo 52% masculina e 48% feminina. Em relação à espacialização, 31% situavam-se na área urbana e 69% na rural (Tabela 30).

O crescimento da população urbana evidenciado no decênio foi ocasionado, entre outros fatores pela construção de estradas, facilitando o acesso à cidade, o que levou a criação de novos bairros e o fortalecimento do setor de assistência social à saúde, educação e outros, contribuindo para o êxodo rural, embora a população rural ainda predomine no município.

Tabela 30 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	11.302	13.092
Feminina	10.187	12.053
Urbana	6.272	7.816
Rural	15.217	17.329
Absoluta	21.489	25.145

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Saúde

O município possuía, em 2012, apenas um hospital público com vinte leitos. Os principais exames realizados eram ultrassonografia, laboratorial e raios-x. Além das doenças respiratórias, as enfermidades relacionadas a acidentes de trânsito, armas brancas e mordidas de animais foram as principais causas de internações. O hospital dispunha de quatro médicos que eram auxiliados por quatro enfermeiros e dezenove técnicos de enfermagem, e no setor odontológico, dois dentistas.

Ressalta-se que a ausência de equipamentos nos motociclistas e a fiscalização incipiente, contribuem significativamente para o número elevado de internações no hospital municipal. Nos casos mais graves, os pacientes são transferidos para Morros ou São Luís, transportados por uma ambulância do município. Além do hospital, Icatu possuía onze postos de saúde.

O município desenvolve o Programa ESF, estruturado em nove equipes. Cada equipe composta por médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos e auxiliares de enfermagem no combate principalmente às doenças como tuberculose, hanseníase e sexualmente transmissíveis.

Os medicamentos são distribuídos gratuitamente no hospital e postos de saúde; para retirá-los os pacientes devem apresentar receita médica, com um documento oficial com foto.

Além dos profissionais supracitados, 59 agentes comunitários de saúde auxiliam a população. Na zona rural, existem parteiras leigas que atendem, em geral, a população mais carente.

Campanhas educativas alertando a população para as doenças sexualmente transmissíveis são realizadas em períodos específicos do ano, como o carnaval, através da distribuição de panfletos e preservativos.

Com a instalação do CAPS, o município ganhou mais um aliado no combate a doenças e, dessa forma favorece o bem estar da população.

Educação

Em 2012, o município possuía 100 escolas distribuídas na área urbana e rural, com 6.043 alunos matriculados. O corpo docente era composto por 520 profissionais; desses, 13% tinham o magistério, 60% o ensino superior e 27% com especialização.

As escolas municipais mantêm creche, pré-escola, ensino fundamental e EJA, funcionando nos três turnos, algumas com laboratórios de informática. Palestras com o objetivo de combater o uso de drogas, por exemplo, são realizadas com alunos do 6º ao 9º ano e no EJA.

No município existiam três escolas estaduais distribuídas duas na zona urbana e uma na rural que atendiam ao nível fundamental e médio. As escolas são - Centro de Ensino

Ana Flavia Pereira da Silva, Unidade de Ensino Imaculada Conceição e Centro de Ensino Raimunda Paixão, com 1.719 alunos matriculados, 73 professores, todos com nível superior.

O ensino particular é de responsabilidade da Escola Sementinha, direcionada para a educação infantil e ensino fundamental, tendo 196 alunos matriculados e 12 professores, possuindo magistério ou nível superior.

Em relação ao ensino superior, o polo Darcy Ribeiro administrado pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA oferece cursos de licenciatura em História, Matemática e Letras.

Economia

Em 2010, o PIB de Icatu era o 103º, entre os municípios maranhenses, contribuindo com R\$ 78,391 milhões correspondendo a 0,17% do Estado. O setor de serviços foi o mais representativo com R\$ 51,046 milhões, o setor agropecuário com R\$ 18,719 milhões, o industrial com R\$ 7,372 milhões e R\$ 1,254 milhões referentes a arrecadação de impostos (IMESC, 2012). O IDM no aludido ano ocupou o 112º lugar com 0,327 no Estado (IMESC, 2012) e a renda per capita foi de R\$ 154,09 ocupando a 191ª posição (IPEA, 2013).

A economia do município alicerça-se principalmente nas atividades do setor primário.

Agricultura

A agricultura é, em sua maioria, consorciada; são utilizadas técnicas tradicionais, principalmente no cultivo de mandioca, arroz, milho, abóbora e laranja. As atividades agrícolas se dividem em temporária e permanente.

Agricultura Temporária

Na agricultura temporária em 2006 e 2012 produziu-se principalmente arroz, feijão, mandioca e milho.

Ao se comparar a agricultura temporária no período 2006-2012 identifica-se uma redução de 7% na área colhida e 11% na quantidade produzida; apesar disso o valor de produção cresceu 155%. Em relação a área colhida decresceram: o arroz 67%, feijão 30% e

milho 40%; mandioca teve crescimento inexpressivo de 1%. Na quantidade produzida todos os produtos tiveram crescimento negativo: arroz 78%, feijão 35%, mandioca 11% e milho 61%. No rendimento médio diminuíram: feijão 47%, mandioca 11% e milho 36%, apenas o arroz cresceu 20%. No valor total da produção, a mandioca foi o único produto que cresceu 172%, os demais diminuíram em: 75% arroz, 22% feijão e 61% o milho (Tabela 31). Pelos percentuais aferidos, verifica-se que a agricultura temporária está se tornando decadente.

Em 2006, a área plantada totalizou 2.517 hectares, sendo 81% de mandioca, 16% de milho, 2% de feijão e 1% de arroz. A produção foi de 18.651 toneladas, sendo 98% da mandioca, 2% de milho, 0,09% de arroz e 0,10% de feijão. O rendimento médio pode ser observado na tabela 31. O valor da produção foi de R\$ 2,470 milhões, sendo 93% de mandioca, 5% de milho, 1% de feijão e 1% de arroz (Tabela 31).

Em 2012, dos 2.333 hectares de área colhida, 88% foi de mandioca, 10% de milho, 2% de feijão e 0,43% de arroz. Das 16.509 toneladas produzidas, 99% de mandioca, 1% de milho, 0,02% de arroz e 0,08% de feijão. O valor da produção totalizou R\$ 6,308 milhões, onde a mandioca contribuiu com 99%, o milho 1%, o arroz 0,03% e o feijão 0,44% (Tabela 31). Graças à mandioca, o valor total da produção foi positivo (Tabela 31).

A mandioca é o produto mais importante da agricultura de subsistência. Do seu beneficiamento se obtém, principalmente, farinha d'água, farinha seca e tapioca, além de outros subprodutos, como tiquira, tucupi e caroeira que serve como ração para animais.

Tabela 31 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária - 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	30	10	18	4	333	400	8	2
Feijão	50	35	20	13	700	371	36	28
Mandioca	2.037	2.048	18.333	16.384	9.000	8.000	2.292	6.226
Milho	400	240	280	108	700	450	134	52
Total	2.517	2.333	18.651	16.509	-	-	2.470	6.308

Fonte: IBGE - Pesquisa da Produção Agrícola Municipal

Horticultura

A horticultura no município está representada por três produtos: maxixe, milho verde e pimentão, apesar de se constatar em trabalho de campo a existência de cheiro verde e cebolinha.

Em 2006, a quantidade produzida foi de 17 toneladas, das quais 88% de maxixe e 6% de milho verde e pimentão, cada. Das 16 toneladas comercializada, 94% foi de maxixe e 6% de pimentão, o milho verde não foi comercializado; quanto aos R\$ 64 mil, resultado do valor da produção, 94% coube ao maxixe e 3% ao milho verde e pimentão cada (Tabela 32).

Ressalta-se que o milho é utilizado na culinária cozido, assado e beneficiado em forma de pamonha e canjica. Isso talvez justifique não aparecer relato da sua comercialização.

Tabela 32 - Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura - 2006

Produção	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Maxixe	15	15	60
Milho verde	1	0	2
Pimentão	1	1	2
Total	17	16	64

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

Embora a agricultura permanente apresente uma variedade significativa de frutos são considerados de importância econômica apenas a banana, o coco-da-baía e a laranja.

Entre 2006 e 2012, a área colhida aumentou 33%, a quantidade produzida (exceto o coco-da-baía) 16% e o valor da produção 106%. Nesse mesmo período a área colhida com banana cresceu 67% e com coco-da-baía 47%. Na quantidade produzida a banana aumentou 67% e o coco-da-baía 46%. No rendimento médio, a banana manteve-se estável e o coco-da-baía decresceu 0,44%. No valor da produção a banana aumentou 250% e o coco-da-baía 95%. Em nenhum dos itens a laranja foi analisada, pois só tem informações de 2006.

Em 2006, dos 24 hectares de área colhida, a banana ocupou 25%, o coco-da-baía 63% e a laranja 12%. Quanto a quantidade produzida, das 69 toneladas (excluindo o coco-da-baía que é informado em mil frutos), a banana participou com 70% e a laranja com 30%. O rendimento médio pode ser observado na tabela 33; dos R\$ 52 mil, do valor da produção, a banana contribuiu com 38%, o coco-da-baía 37% e a laranja 25%.

Em 2012, a área colhida foi de 32 hectares, cabendo a banana 31% e ao coco-da-baía 69%; a quantidade produzida e o rendimento médio podem ser observados na tabela 33; quanto ao valor da produção dos R\$ 107 mil, 65% foi de banana e 35% de coco-da-baía (Tabela 33).

O sindicato dos trabalhadores rurais (2012) informou que o município tinha aproximadamente 10.000 associados de um universo de 28 mil trabalhadores rurais.

Tabela 33 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente - 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Banana	6	10	48	80	8.000	8.000	20	70
Coco-da-baía*	15	22	37	54	2.466	2.455	19	37
Laranja	3	-	21	-	7.000	-	13	-
Total	24	32	-	-	-	-	52	107

Fonte: IBGE - Pesquisa da Produção Agrícola Municipal

*Mil Frutos

Pecuária

Observa-se no período 2006-2012 um crescimento de 12% do rebanho. O bovino, o caprino e aves aumentaram 35%, 5% e 20% respectivamente. Os demais rebanhos diminuíram: equino 39%, asinino 28%, muar 23% e suíno 8%. O ovino não foi analisado, pois só há referência em 2012 (Tabela 34).

Em 2006, das 20.980 cabeças, as aves corresponderam a 69%, o suíno 16%, bovino 5%, asinino 4%, equino, muar e caprino 2% cada. Em 2012, o número total de cabeças foi de 23.476, sendo: 74% de aves, 13% de suíno, 6% de bovino, 2% de asinino, muar e caprino cada, 1% de equino e ovino 0,04% (Tabela 34). Pela tabela citada percebe-se claramente a diminuição dos rebanhos equino, asinino e muar, que antes eram utilizados como meio de transporte e da produção, atualmente sendo substituído por veículos automotores, principalmente a moto, caminhões e caminhonetes.

Tabela 34 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2012

Rebanhos	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	1.100	1.490
Equino	500	305
Asinino	780	563
Muar	500	386
Suíno	3.350	3.081
Caprino	350	368
Ovino	-	10
Aves	14.400	17.273
Total	20.980	23.476

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

A produção de origem animal em 2011 totalizou R\$ 95 mil, sendo R\$ 51 mil referente aos 26 mil litros de leite e R\$ 44 mil das 11 mil dúzias de ovos de galinha (IBGE, 2011).

Extrativismo

No município o extrativismo vegetal tem como principal atividade a exploração de recursos nativos, que permite a produção sustentada ao longo do tempo, de modo primitivo ou itinerante. Nesse contexto, os dados referentes a 2012 (últimos publicados pelo IBGE), registraram em Icatu o extrativismo da juçara, carvão vegetal e lenha.

A quantidade extraída no referido ano totalizou 133 toneladas, das quais 92% foram de carvão vegetal e 8% de juçara, além dos 11.450 metros cúbicos de lenha. Esses produtos contribuíram para um valor da produção de R\$ 397 mil, dos quais 71% resultaram da extração de lenha, 24% de carvão vegetal e 5% de juçara (Tabela 35).

A lenha e o carvão vegetal são oriundos de madeiras menos nobres extraídas em diversas regiões do município, sendo utilizados nas padarias, olarias e casas de farinha como fonte energética.

Ressalta-se que, exceto a juçara, os produtos aqui citados refletem na descaracterização ambiental pelo desmatamento e na poluição através das cinzas, quando transportadas pelo ou pelas chuvas, assoreiam rios e lagoas.

Tabela 35 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros Cúbicos	
Juçara	11	-	19
Carvão vegetal	122	-	97
Lenha	-	11.450	281
Total	133	11.450	397

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e Silvicultura

Pesca

As características geoambientais do município são favoráveis ao desenvolvimento da atividade pesqueira. Nesse aspecto, o município destaca-se por possuir grande litoral. Parte de seu território situa-se às margens da baía de São José e na foz do Rio Munim.

A atividade pesqueira utiliza-se de técnicas e utensílios tradicionais, como: tarrafas, currais, redes e outros. As embarcações, em sua maioria, são de pequeno porte, movidas pelos ventos, motores e remo, como as bianas. Os mariscos também são fontes de renda para um percentual significativo da população. As espécies mais pescadas são: tainha (*Mugil curema*), bagre (*Sciades proops*), corvina boca-mole (*Macrodon ancylodon*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), serra (*Scomberomorus brasiliensis*), camarão (*Xiphopenalus kroyeri*) e sururu (*Mytella falcata*).

A comercialização ocorre no principal ancoradouro da cidade (Figura 33) localizado nas proximidades da câmara de vereadores e também em Morros, Presidente Juscelino e Axixá. No início das manhãs, dependendo das marés, as pequenas embarcações atracam no cais.

A inexistência de estatística de pesca impossibilita uma análise quantitativa desse setor econômico. Apesar disso, verificou-se que o município dispunha da Colônia de Pescadores Z-19 (Figura 34) que auxilia os pescadores na região.

Comércio

O comércio é varejista e atacadista, praticado em quitandas, supermercados, feiras e mercados, sendo o abastecimento realizado por transportadoras de São Luís e vários Estados.

Figura 33 - Principal ancoradouro em Icatu - 2012



Fonte: IMESC

Figura 34 – Colônia de Pescadores Z-19 - 2012



Fonte: IMESC

Indústria

As atividades industriais no município estão relacionadas, principalmente, à agropecuária, como beneficiamento de arroz e mandioca, padarias e fábricas de gelo. Evidencia-se também, a presença de olarias as margens do Rio Munim que fabricam tijolos e

telhas comercializados nos municípios próximos. No Bairro Baiacuí, identificou-se a presença de estaleiro naval destinado à fabricação de canoas, bianas e outros tipos de embarcações.

Turismo

Apesar da exuberante paisagem e diversidade cultural, o turismo é pouco explorado.

As marcas históricas deixadas pelas batalhas, lutas e descobertas, enraizadas na paisagem fascinante delineada pelo Rio Munim, fazem de Icatu um reduto da história do Maranhão. Em recortes da paisagem, vislumbram-se praias, manguezais, rios, cachoeiras e lagoas como: Boca da Mata e Arraial (Figura 35).

Figura 35 - Lagoa do Arraial - 2009



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU

No povoado Boqueirão encontram-se exuberantes cachoeiras (Figura 36) que jorram para uma piscina natural. Esse espaço, apesar de situar-se a menos de 40 km da sede municipal, é desconhecido pela população, devido ao acesso e a ausência de planejamento turístico.

Na praia de Santa Maria encontra-se a ruína do forte, construído quando da batalha de Guaxenduba entre franceses e portugueses.

Na área urbana há evidências de casarões antigos, enquanto as ruas estreitas e tortuosas, ladeadas de casas simples e geminadas, retratam o antigo.

Registra-se também a dança do Tamassê e a festa da padroeira.

A estrutura hoteleira do município tem quatro hotéis e uma pousada.

Figura 36 - Cachoeiras no Povoado Boqueirão - 2009



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, possui cartórios de 1º e 2º ofícios, com juízes, promotores e escrivães; faz parte da 31ª zona eleitoral, possui 19.747 eleitores e onze vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

Na área urbana o município possui seis templos católicos, sendo um dedicado à padroeira Nossa Senhora da Conceição (Figura 37); os principais festejos são: da padroeira, de São Pedro, São João, Divino Espírito Santo, São Sebastião, Santa Maria e outros.

O festejo de Nossa Senhora da Conceição reúne muitas pessoas que percorrem as principais ruas da cidade. É considerada uma das mais tradicionais da região do Munim. A festividade tem seu início no mês de novembro, com romarias fluviais e terrestres.

Na Romaria Mariana, que faz parte da comemoração de Nossa Senhora da Conceição, os devotos percorrem a pé o trajeto Icatu-Morros quando a imagem da Santa é levada para o município vizinho, aproximadamente 11 km. A festividade finda com uma missa realizada com milhares de devotos.

Figura 37 - Igreja Matriz - 2012



Fonte: IMESC

As seitas evangélicas são praticadas, principalmente, nos templos: Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia, Batista, Presbiteriana e Universal do Reino de Deus. As religiões de origem africana são representadas em terreiros de umbanda na sede, onde existem dois terreiros e na área rural.

Segundo o IBGE (2010), no município predominam os católicos com 77%, seguidos por: evangélicos com 15%; sem religião 7% e de outras religiões 1% (Tabela 36).

Tabela 36 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de Adeptos
Católicos	19.330
Evangélicos	3.803
Outras religiões	83
Sem religião	1.930
Total	25.145

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Infraestrutura

Os principais setores que compõem a infraestrutura do município são: abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

O abastecimento de água é de responsabilidade da CAEMA. A captação d'água é realizada através de poços artesianos.

O município não possui rede coletora de esgoto; as fossas sépticas são as mais utilizadas na área urbana, enquanto na área rural são mais rudimentares. De acordo com Brasil (2012), Icatu possuía 2.947 fossas sépticas.

A coleta do lixo é realizada seis vezes por semana na sede municipal, transportado através de caçamba para o lixão da cidade, distante 4 km da sede.

O abastecimento de energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR, através da subestação de Morros, cobrindo toda a área urbana e 90% da área rural.

Em 2010 existiam 5.193 consumidores, sendo 93% residencial, 4% comercial, 2% poder público; rural, industrial, serviço público e iluminação pública somaram juntos 1%. Do total de 5.673.992 KWh consumidos, 65% eram residenciais, 18% iluminação pública, 8% poder público, 6% comercio, 2% serviço público e industrial 1% (Tabela 37).

Tabela 37 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de Consumidores	Consumo em KWh
Residencial	4.861	3.714.011
Rural	3	12.459
Comercial	200	358.146
Industrial	6	5.571
Poder público	105	429.663
Serviço público	17	136407
Iluminação pública	1	1.017.675
CEMAR	0	60
Total	5.193	5.673.992

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município dispõe de dois postos bancários localizados na área urbana, administradas pelo Bradesco, Banco do Brasil, além de uma casa lotérica.

Atualmente, o município conta com jornais impressos, rádios (Cidade FM de Icatu e Comunitária), emissoras de televisão em funcionamento e em fase de implantação, linhas de telefonia móvel com cobertura da OI, TIM e VIVO, internet banda larga, além de outros serviços.

A população de Icatu contava com 25 telefones públicos e 16 terminais telefônicos acessíveis 24 horas (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

O município é um reduto de manifestações culturais e folclóricas que são observadas em suas mais variadas formas, principalmente nos períodos festivos. Nas festas juninas, por exemplo, é possível vislumbrar os grupos de bumba-meu-boi, quadrilhas, dança *country*, dança portuguesa, cacuriá, tambor de Mina, tambor de Crioula e o Tamassaê.

O Tamassaê é uma dança típica que segundo relatos surgiu na década de 1940. Atualmente, tem como responsáveis a Sra. Maria Nazaré Frazão e o Sr. Zequinha de “Militão” que resgataram-na do esquecimento.

A cultura icatuense é retratada em grandes obras da Academia Icatuense de Letras, Ciência e Artes (AILCA). A AILCA foi fundada em 25 de outubro de 2011, símbolo da importância de Icatu para a sociedade maranhense, reúne acadêmicos icatuenses com renomadas obras literárias.

O artesanato do município pode ser identificado nas redes, cadeiras, cochas e tapetes feitos com bordados, palhas, tucum e pinturas em tela.

No aniversário da cidade, em 26 de outubro, podem-se observar as manifestações culturais, os pratos típicos e uma população calorosa. Nessa época, o fluxo de turistas aumenta consideravelmente devido aos grupos musicais que transformam a cidade em um grande palco.

Como lazer o município apresenta: estádio de futebol com capacidade para 5.000 pessoas, campos de várzea, quadras poliesportivas, boibódromo (Figura 38), bares, biblioteca,

escolas de artes marciais, bandas de música, clubes, restaurantes e lanchonetes, que são algumas opções de lazer e entretenimento da população.

Figura 38 – Boibódromo - 2012



Fonte: IMESC

Transportes

A distância de São Luís a Icatu é de aproximadamente 115 km, tendo como via de acesso terrestre a BR 135 até o entroncamento com a MA 402, no município de Bacabeira, passando pelo município Rosário, Axixá e Morros, até chegar a MA 309 que dá acesso ao município.

O transporte pode ser realizado em carros, motos, vans, micro ônibus e ônibus. A empresa Cisne Branco todos os dias disponibiliza ônibus para fazer o deslocamento São Luís-Icatu e vice-versa; o primeiro ônibus sai de Icatu às 05 horas e 45 minutos.

Pode-se fazer o trajeto São Luís-Icatu por via marítima. Nesse sentido, deve-se deslocar para o município de São José de Ribamar chegando-se ao cais do porto onde existem embarcações que realizam a travessia que dura, em média, 1 hora e 20 minutos.

O transporte intermunicipal é realizado através de vans, táxis, motocicletas, motonetas, carros, tração animal e de embarcações especialmente para a área rural marinha.

2.5 Morros

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Morros de um povo que luta
 Construindo a História
 Tem um hoje de glória
 E vitórias sem fim.

Pois sendo ditosa
 Só és orgulhosa
 Dos filhos que tens
 E te querem assim.

Morros, ó minha cidade
 Não tens vaidade,
 Cresceste gentil,
 Entre outras tão belas!
 Tu és uma delas,
 Mais uma estrela,
 No céu do Brasil!!!

(Refrão 2x)

*São Teus estes verdes e rios
 São tuas as belezas sem fim
 Despertas com a natureza
 Teu povo aclama
 Teu canto ecoa em todo o Munim.*

Morros um povo de coragem
 E hospitaleiro
 Lembra o índio guerreiro
 Que o teu chão habitou

Em tempos remotos
 Nos teus lindos regatos,
 O teu belo canto
 Com força ecoou.

Ó gente tão forte e alegre
 Que a tua alegria
 Sempre possa ser,
 Um hino de glória
 De um passado de História
 Pra que nunca te esqueça,
 Teu lema é vencer!

Refrão

Localização

O município Morros está localizado no Baixo Munim, faz parte da na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica de Rosário.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte Icatu, ao Oeste Axixá, Cachoeira Grande e Presidente Vargas, ao Sul São Benedito do Rio Preto, Nina Rodrigues e Belágua e ao Leste Humberto de Campos e Belágua (Mapa 6).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 02°38'13" de latitude e -43°44'42" de longitude; Oeste -44°04'03" de longitude e -02°53'26" de latitude; Sul -03°17'32" de latitude e -43°47'57" de longitude e Leste -43°32'30" de longitude e -03°07'45" de latitude.

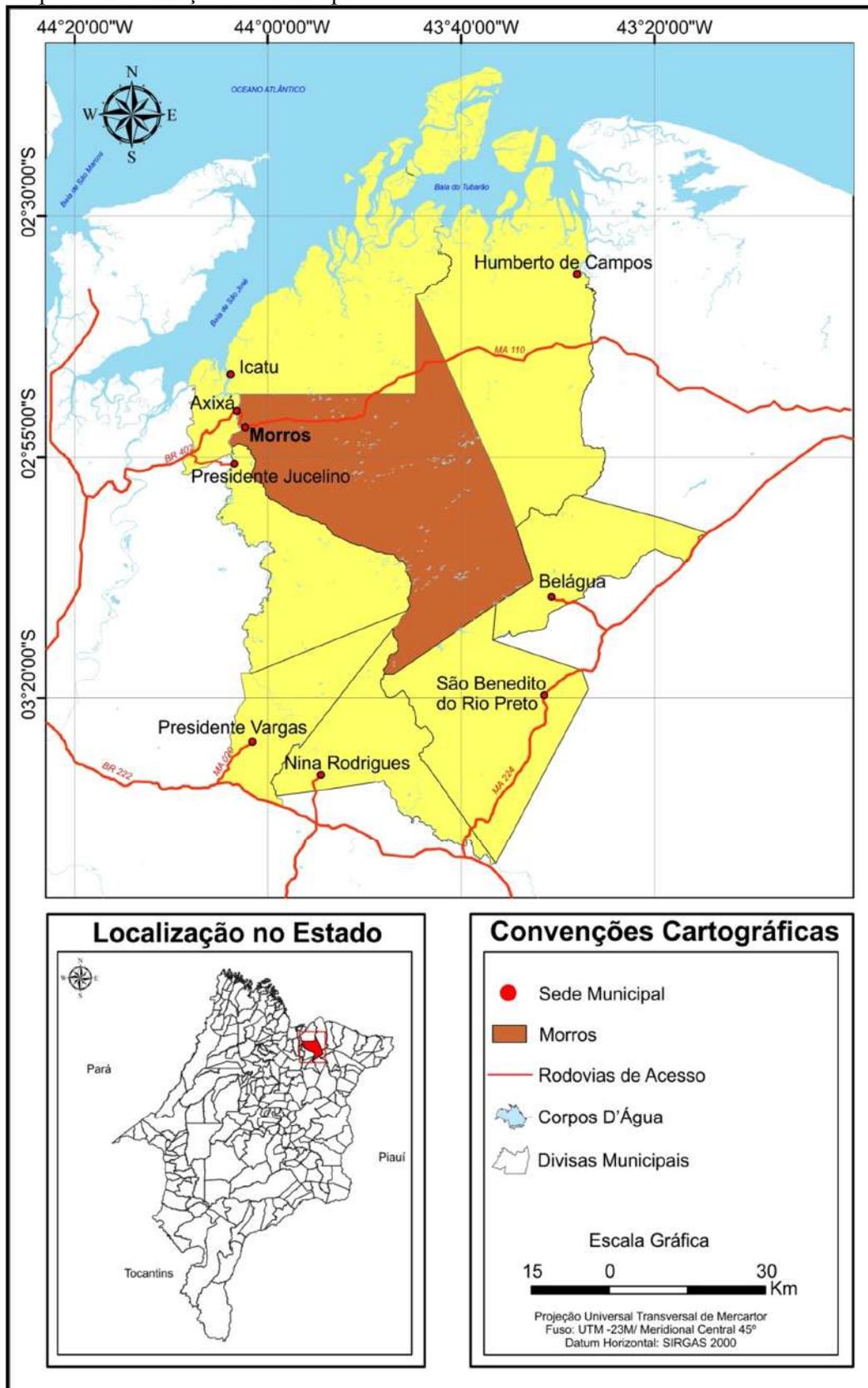
Extensão

Com 1.715,175 km², o município ocupa no Estado o 52º lugar em extensão, correspondendo a 0,52% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense está em 6º lugar com 3,26%, enquanto na Microrregião Geográfica de Rosário ocupa a 1º posição com 26,66%. Ao ser criado, o município de Morros tinha 2.420,82 km². Em 1994, perdeu 705,645 km², com a criação do município de Cachoeira Grande (Lei nº 6.151 de 11/10/1994).

Processo de Ocupação

É desconhecida a época em que se iniciou o povoamento do município. Sabe-se que, quando irrompeu a Balaiada, em 1839, já existiam na localidade, 30 casas e um armazém. O progresso alcançado pela povoação levou vários portugueses a se estabelecerem ali, como comerciantes, vindo a prestar valiosa contribuição à emancipação do município. Elevada à categoria de vila em 1898, foi extinta no ano de 1931, restaurada em 1935 e alcançou a categoria de cidade em 1938. O nome é originado dos numerosos morros existentes no local; os naturais ou habitantes, são chamados morruenses.

Mapa 6 - Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Fatos Históricos

Foi elevado à categoria de vila com a denominação de Morros, pela Lei Estadual nº 210, de 28-04-1898, desmembrado do município Icatu, com sede na vila de Morros constituído do distrito sede, instalado em 30-07-1898.

Em divisão administrativa de 1911, o município ficou constituído do distrito sede; pelo Decreto Estadual nº 75, de 22-04-1931, foi extinto, sendo seu território anexado ao município Icatu.

Na divisão administrativa de 1933, o distrito de Morros faz parte no município Icatu, tendo sido elevado novamente à categoria de município com a denominação de Morros, pelo decreto estadual nº 844, de 12-06-1935 e, pela Lei Municipal Nº 23, de 21-11-1959, foi criado o distrito de Cachoeira Grande anexado ao município de Morros.

Em divisão territorial de 1-07-1960, o município ficou constituído de dois distritos: Morros e Cachoeira Grande, assim permanecendo na divisão territorial pela Resolução do Senado Federal de nº 112, de 30-11-1965. Em divisão territorial de 1-01-1979, o município ficou constituído do distrito sede, assim permanecendo na divisão territorial de 2005. Pela Lei Nº 6.151 de 11 de novembro de 1994, Morros cedeu parte de seu território para a criação do município de Cachoeira Grande.

De acordo com Rocha (2011), os chefes da administração pública do município foram:

Intendentes municipais: Manoel Pires Ferreira, Gregório Lopes de Sousa, Longuinho Lopes de Sousa, Antônio Porfírio Muniz, Antonio Pires Ferreira, Hipólito Vitor de Matos e Hugo Marques dos Santos.

Interventores pós-revolução de 1930: José Lopes de Sousa, Hugo Marques dos Santos, Júlio José da Silva, Luís Magno da Silva, Manoel Ribeiro Neto, Hugo Marques dos Santos, Tomás Aquino Costa e Hugo Marques Santos.

Prefeitos eleitos: Tomás Aquino Costa (foi o primeiro prefeito, entretanto, é desconhecido o ano de sua posse e seu mandato durou até 1953), José Lopes de Sousa (1953 a 1956/1966 a 1970), Antônio Justiniano de Moraes (1956 a 1961), Tomás Aquino Costa (1961 a 1966), Lourival Pinho (apenas três meses), Clodomir Fernandes de Araújo (1970 a 1973), Bernardo Lopes de Sousa Neto (1973 a 1977), Zózimo Feques Costa (1977 a 1983), Ribamar Lopes (1983 a 1988/ 1993 a 1996), José Santana Rodrigues (1989), Wilson Gonçalves (1990 a 1992), Clóvis Bacellar (1997 a 2000/2001 a 14/01/2003), José Neves Gomes (18/01/2003 a

2004), Cezar Roberto Medeiros Araújo (2005 a 2008) e Francisca Silvana Alves Malheiros Araújo (2009 a 2011/ atual).

Na intenção de resgatar fatos históricos que certamente se perderão, transcreve-se na íntegra, o que o IBGE registrou na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

“Rio Munim acima, na sua margem direita e a quatro léguas da sua foz, encontram-se uns morros que há cento cinquenta anos eram povoados por animais bravios e silvestres. Neste trecho de paisagem simples, mas expressiva, os habitantes da antiga Icatu buscavam recreação para o espírito, faziam ruidosas caçadas às queixadas, onças etc... e gozavam as volúpias do banho nas claras águas do Rio Una. Vinha esta artéria duma distância a 30 km, separando por vales profundos e, rodeando estes morros, confluía com o Rio Munim. É neles que está fixada a atual cidade de Morros, debruçando-se airoso sobre a sua casaria sobre as águas correntes. É neles que se fundamenta o seu próprio nome.

Não se pode determinar, categoricamente e com base em documentos, o ano em que começou a povoar-se; há no entanto, a convicção geral de que não foi antes de 1750, que ali se levantou a primeira choça. Pela tradição oral mais autorizada, e pelo testemunho aceitável de pessoas contemporâneas, sabe-se que em 1839, ao rebantar a guerra do Balaio, já se contavam 30 dessas choças, cujo proprietário, filhos porventura dos primeiros habitantes, eram: Francisco Raimundo, Quitéria Vieira Machado, José Felix, Emilia de tal, Antônio Valente (português), Maria Umbelina, João Nunes Albuquerque (português), Luiza de tal, Martinho Moreira, Cristina dos Santos, Joaquim Alves (português), Ana Raimunda, casada (ignora-se o nome de seu marido, que faleceu durante a guerra dos Balaio), Ana Cafusa, Francisca do Pai Manuel, Margarida Maria Corrêa, Mariazinha, Jacinto Fontoura Chaves (português, que havia sido caxeira de Joaquim Alves), Jerônimo de Araújo, Pedro Raimundo Gomes, Ezelinda de tal, José Carlos dos Santos, Manoel Carlos dos Santos, casa dos Cantanhedes (um armazém junto ao Pôrto da Barreira, onde somente residia um empregado) e Alexandre Guedes. Era na choça deste Alexandre Guedes que naqueles tempos recuados se festejava São Bernardo, escolhido para padroeiro

Quando a guerra atingiu a fase mais intensa, o governo, com certa habilidade estratégica, mandou que as suas tropas ocupassem e guarnecessem todos os pontos principais da região. E assim foi que para ali, imediatamente, veio um destacamento, com o plano de defender os seus moradores de qualquer ataque ou saque, e de impedir a aproximação dos inimigos da cidade de São Luís, capital do Estado, cuja perda inspirava sérios receios.

O destacamento, porém, a quem se confiara uma alta função militar, tendo em pouco valor as responsabilidades que ela impunha, abandonou num dado momento, por

leviandade funesta, o quartel (uma choça por detrás da atual igreja). Nestas circunstâncias os inimigos, auxiliados por alguém que conhecia umas veredas escuras através das matas, caíram, longe de todas as suspeitas, sobre o local abandonado, e rapidamente o ocuparam e se fortificaram.

A sede implacável de sangue que os atormentava produziu os seus efeitos – uma cena horrorosa de carnagem e de roubo, como jamais ali se observara. Foram assassinados todos os habitantes que não se evadiram a tempo. Daqueles, que por boa sorte se evadiram, um chamado Jacinto Fontoura Chaves voltou atrás no intuito de salvar consigo algumas coisas esquecidas. A aventura saiu-lhe grave. De fato teve a desgraça de ser surpreendido pelos inimigos que, desejando certificar-se se ele era ou não era dos seus, na treva densa da noite lhe gritaram por três vezes a sua senha – tucum. No silêncio lóbrego da hora noturna ouviu-se esta resposta – qual tucum, qual diabo! E logo cinco tiros foram desfechados contra o vulto de quem estas palavras partiram. Era Jacinto Fontoura Chaves. As balas fraturaram-lhe um braço. Logo que se sentiu ferido, fugiu num pavor incalculável, sempre perseguido, em direção ao Rio Munim. Chegando à margem atirou-se para a corrente, e com um só braço foi nadando, na distância de um quilometro, até Munim Assu.

Livre da perseguição dos rebeldes que o feriram, recolheu-se à casa dum irmão, que com todo o cuidado e zelo o tratou, até que amputaram o braço e ele pode regressar a Morros, depois de retirados os invasores. Deste episódio lhe proveio a alcunha de Maneta.

Logo que a guerra findou por ali e por toda a parte, o povo fez consistir nos trabalhos agrícolas as atividades de maior valia. A colheita, assim, entrou de ser copiosa, extraordinária, compensadora. Foi então que se manifestou, com superior evidência e em plena luz, toda a capacidade comercial da povoação, que mais tarde se denominou a Vila de Morros. O produto do trabalho assíduo e vigoroso dos habitantes e dos que já haviam internado por outros centros adiantes, convergia para Morros, vindo de todas as partes, despenhando-se como torrente caudalosa e inexaurível, e por isso começou a sentir-se um alto movimento comercial e a avultar a economia pública numa povoação de 30 choças apenas. Aumentou o número dos estabelecimentos de negócio ou lojas e fizeram novas construções de barro cobertas de telhas. Em 1852, por exemplo, Francisco Antônio Breda, comerciantes português, construiu a primeira casa, para nela estabelecer seu comércio. A este se seguiu outro português, Bernardinho Simão, que construiu moradia igual para o mesmo fim. Outros vieram ainda, como Antônio Monteiro e Feliciano Fontoura Chaves, de origem portuguesa, que fundaram os seus estabelecimentos comerciais. Era a época em que os comerciantes

portugueses predominavam na povoação de Morros, que mercê de tal fato se denominava o Portugalzinho.

Após a chegada de Feliciano Fontoura Chaves, de Bernardino Pires Ferreira e Manuel Marques dos Santos, surgiu a ideia de se levantar uma capela. Sem dúvida este grupo de três portugueses devotos, habituados à intensa vida religiosa de seu país, onde a celebração dos officios divinos se fazia dentro das igrejas ou capelas, não suportava que o Santo Sacrificio da missa se celebrasse numa choça humilde e desconfortável como a de Alexandre Guedes.

Impulsionados pela fé e amor de Deus, combinaram e levaram a cabo, a construção duma capela, em que empregaram os conhecidos materiais construtivos – barro e telha. Quem mais se destacou neste empreendimento, pela sua energia indomável e pela sua popularidade merecida, foi Manuel Marques dos Santos. Pouco depois verificaram que o local escolhido para a edificação da capela não oferecia nenhuma vantagem, visto que a quiseram construir no morro mais elevado que dominava o maior número de choças, de que se tornava quase impossível ir lá assistir aos atos do culto divino, pela enorme fadiga, que a subida lhe causava. Surgiu então a hipótese de transferi-la para outro local mais acessível e cômodo. E assim o mesmo grupo de portugueses – Feliciano Fontoura Chaves, Bernadino Pires Ferreira e Marques dos Santos, este último com atividade maior – levou a efeito a mudança da capela para o lugar onde presentemente se encontra a igreja antiga.

O seu processo construtivo foi o mais simples e rudimentar que se pode conceber; todavia ele evidencia, só por si, dentro daquele rudimentarismo típico, os esforços inauditos, a coragem desassombrada, a fé heroica daqueles que embalaram uma iniciativa assim bela e tão lindamente a realizaram.

Foi esta povoação aumentando gradualmente e desenvolvendo-se por uma fluência de energia e seivas cada vez maior; a sua atividade comercial atingiu proporções tais, acentuou-se de tal maneira que José Ribeiro do Amaral, em “Estado do Maranhão em 1896”, diz: “Morros: - é a povoação mais importante no município de Icatu, sita na margem direita do Munim, a 18 quilômetro da sua sede, com 25 casas de telha, 35 de palha, 1 capela, 1 cadeira de instrução primária do sexo masculino e 14 casas de comércio”.

O aumento sensível da população trouxe, como consequências imediatas, o furar o mato e abrir caminhos em todas as direções. Em 1865, Morros se encontrava em comunicação livre com o sertão inteiro, entre os rios Itapecuru e Parnaíba, e desde o oceano até Caxias.

À medida e na mesma proporção em que se iam abrindo novos caminhos, fechavam-se os de Icatu, e gradativamente diminuía o comércio desta última.

Certa vez um viajante, vindo do Brejo em direção a Morros, quando chegou ao ponto designado Rio de Matos, precisou fazer um desvio no sentido de Buriti do Meio. Nunca tinha trilhado a vereda que o conduziria ali. Depois de ter percorrido uma enorme extensão de vereda, deparou-lhe uma estrada larga, direta, plana e muito limpa, a que só faltava o encascalhado de Lisboa ao Porto. Passado um curto espaço de caminhada, encontrou uma mulher por quem se informou a que distância ficava Buriti;

- É muito longe Buriti, perguntou o passageiro.

-Fica logo ali adiante – explicou a mulher – ali onde findava aquela bonita estrada.

- Mas que estrada – interrompeu o passageiro – é esta?

- Isto era a estrada de Icatu.

Aquilo punziu de amargura o coração do passageiro, que se dirigiu a Buriti. Bem sabia ele o que fora Icatu e como estava no momento!

E dados que foram alguns passos para a frente, desenrolou-se intransitável aquela magnífica estrada, que enormes espessuras de mato obstruíam. Pelo que ao primeiro relance se colhe, a conclusão é que há mais de 30 anos a decadência de Icatu estava deploravelmente patenteada.

Não é de admirar que, em face do que atrás se referio, os habitantes de Morros se pusessem a acarinhar a idéia risonha e exequível da sua emancipação administrativa, e que uma extraordinária força de legítimo orgulho os precipitasse no campo das realizações imediatas e concretas. Foi o que sucedeu.

Elementos de vida, havia-os de sobejo. A idéia frutificou e cresceu tão rapidamente que a inteligencia do infeliz Manuel Pirez Ferreira, principiou a trabalhar, desde logo, nesse sentio.

Não ignorava a população de Morros, não ignorava por seu lado Manuel Pires Ferreira, que passadas as dificuldades, atritos inesperados iam aparecer, e que só à custa de esforços intensos, de trabalho perseverante e dum zelo inequebrantável se chegaria ao fim com êxito. Não era de Icatu que sobreviriam essas dificuldades a vencer, mas sim da capital do Estado, onde um velho respeito tolhia este agravo à decadente e desolada povoação de Icatu. Todavia, nada de desânimo! O trabalho hábil, inteligente, e pertinaz haveria de garantir a vitória definitiva.

Manuel Pires Ferreira, cujo coração vibrava exaltadamente pela sua terra, remeteu um documento representação ao Congresso Estadual, assinado por todos os eleitores e habitantes dessa área, no sentido de criar o município, partiu confiante para a capital do

Estado, onde se demorou o tempo necessário para apoiar e defender uma tão importante pretensão. Invocou o auxílio de todos os seus conhecidos e dos seus amigos políticos: valeu-se de todos os recursos possíveis, e queimou todos os cartuchos até se convencer de que as dificuldades avultavam tanto contra a sua energia de combatente, que elas exigiram um largo período de anos, gasto em propaganda e ação.

Assim desanimado, deixou a cidade. Voltou à sua extrema terra. Na viagem, ao passar por Icatu, sofreu todos os vexames, que gente menos digna lhe havia preparado, no intuito de festejar o malôgro dos seus esforços. Houve uma cena indecorosa de assobios, apupos e toques de lata. O episódio, porém, foi contraproducente.

Manuel Pires Ferreira era homem de rija tempera, daqueles para quem antes quebrar do que torcer; a par de alguns defeitos possuía todas as altíssimas qualidades, que ordinariamente derivam do entranhado amor pela terra natal. Era um sincero, um ativo, um apaixonado.

Assim, em face dos ultrajes sofridos, não desalentou – pelo contrário recobrou ânimo, despertou todas as suas coragens adormecidas e gritou consigo em tom vigoroso de protesto: “hei de vigar-me!”. Este compromisso não mais o largou. Haveria de conseguir a efetivação completa dos seus sonhos queridos.

Eis porque ele reencetou, com entusiasmo nunca visto, os trabalhos de propaganda. Reanimava o povo. Encorajava os mais tíbios. Falava a uns amigos, escrevia a outros, renovando junto a todos pedidos de proteção para o bom andamento da sua causa. Dirigiu-se à casa dos congressistas e fez a cada um deles as mesmas solicitações. Foi uma tarefa insana que só a podia suportar quem sentisse o coração pulsando de amor pela terra-mãe, e vivesse este amor nas suas expressões de máxima violência. Manuel Pires Ferreira não se retirava para longe daquele que exercia o governo do Estado; e muito habilmente, e fervorosamente, tentava convence-lo da importância real de Morros, e da decadência profunda de Icatu, de que ambicionava desligar-se. Não caiu em infértil sáfara, desta vez, a sua propaganda.

Os seus veementes desejos foram satisfeitos com a promulgação da Le nº 120, de 28 de abril de 1898, aprovando a criação do município de Morros, realizada pela população daquele lugar nos termos do artigo 78 da Constituição do Estado.

Uma vez criado o município, Manuel Pires Ferreira, sempre auxiliado pelos briosos habitantes da povoação florescente e progressista, começou a exercer toda a sua atividade em prol da mesma, realizando os melhoramentos de que ela mais carecia e que fossem compátiveis com os recursos e capacidades financeiras do mesmo município. Assim, o

fruto das primeiras economias foi a construção da rampa do Porto Barreiras, no Rio Munim, e dos respectivos aterros e calçamentos (calçadas) até à entrada da povoação. E conseguiu ainda comprar uma casa, que adaptou, para açougue municipal. Sabe-se que despendeu em todos estes melhoramentos quatorze contos de réis.

Essa rampa, como não oferecesse vantagens comerciais, segundo o critério dos sucessores na direção pública do município, foi abandonada, encontrando-se por isso muito deteriorada. Se cuidadosamente a conservassem e realizassem os reparos, de que tanto carecia, enormes vantagens daí adviriam para essa bem-afortunada terra.

Se por um lado o exaltado amor pátrio e a atividade estupenda de Manuel Pires Ferreira, posta ao serviço da sua terra, lhe produzia em torno um ambiente de agrado, por outro lado, os seus pequenos defeitos, e de modo particular a sua rispidez agressiva no tratar com certa classe de gente, grangeavam-lhe alguns ódios. As coisas agravaram-se como não era de esperar. Por isso, a 22 de março de 1908, pelas ½ horas da noite, quando já reinava um medíocre silêncio, foi a povoação alarmada por uma detonação, que todos se tornou suspeita.

Na verdade, logo a seguir, com a rapidez inatingível do relâmpago, circulou a infausta notícia de que havia sido barbaramente assassinado o ilustre fundador do município, Manuel Pires Ferreira. De todos os pontos o povo afluía, em avalanche, a comentar, consternadíssimo, o horroroso episódio. O espetáculo era dos mais lancinantes. Encontraram-no prostrado e quase exangue, esvaindo-se, ferido mortalmente. Todos desejavam prestar-lhe os derradeiros obséquios. A noite correu numa angústia geral para a gente de Morros, até que, às 5 horas da manhã do dia 23, ele exalou o último suspiro.

Desde a hora sinistra em que se cometeu o crime, flutuaram o mais descontraídos e diversos boatos, sobre quem teria sido o infame autor ou autores. No meio da cofusão geral havia quem, fingindo-se interessado, quisesse dirigir e dominar a opinião pública.

Foram perseguidos como suposto réus – João Francisco Muniz, e Manoel Izidoro. Aquele evadir-se a tempo e refugiou-se em casa dum amigo, que bondosamente o acolheu, convencido de que o caso representava uma simples perseguição injusta e infundada, como depois se demonstrou. Este amigo, cuja proteção João Francisco Muniz recorrera, interveio na formação do respectivo processo, para o que se constituiu espontânea e desinteressadamente seu procurador: todavia procedeu sempre de forma a não melindrar o autoritarismo local, que a todos infundia respeito.

Esse procurador, enquanto defendia Francisco Muniz, fazia prova de Manoel Izidoro. As próprias testemunhas constantes do processo pertenciam umas a esta corrente de

opinião, outra àquela e uma outra inclinava-se para o lado da verdade. É que o autoritarismo imperante, como um pulso de ferro, fechava todas as bocas para que não exprimissem o que sentiam.

A tragédia, a que sucumbiu o infeliz Manuel Pires Ferreira, entregou ao mais negro desamparo e a uma inconsolável miséria a sua esposa e numerosa prole, constituída quase só por menores. O criminoso fugiu ao poder da justiça.

Ao inditoso Manuel Pires Ferreira sucedeu outro insigne patriota e fino político, Gregório Lopes de Souza, já falecido. Este, como o seu precursor, adotou o sistema de parcimônia, e fomentou tanto quanto possível o engrandecimento material do município. Assim, foi que, num curto período de administração, e com enormes sacrifícios, adquiriu o capital necessário para a compra de um prédio, no centro da povoação, com espaço suficiente para que ali se pudessem instalar a Câmara, o Tribunal Judicial, a Cadeia, o quartel militar, reservando um novo açougue, que; pelas suas condições modelares, honrava a vila.

Lopes de Souza, por afabilidade natural, mereceu a estima e o respeito de todos.

O Governo do Estado, como notasse o engrandecimento cada vez maior do lugar e os esforços tenazes e fecundos dos seus habitantes, houve por bem galardoá-los decretando e sancionando a Lei nº 681, de 30 de março de 1915, elevando à categoria de vila a povoação de Morros.

Gregório Lopes, à maneira do seu antecessor, enveredou pelo caminho da economia e da moralidade na administração das rendas do município. A sua energia e a sua inteligência estavam sempre a serviço dos habitantes da vila, sempre pronto a atender e remediar as necessidades materiais e mesmo religiosas do seu povo. Porque a capela se encontrasse bastante deteriorada, organizou-se uma comissão angariadora de donativos para efetuar as reparações urgentes, e foi Gregório Lopes quem presidiu a esta comissão. Iniciou imediatamente os trabalhos na capela, e fez face às despesas com as esmolas que, generosamente, de todos os lados afluíam. O quantitativo delas não bastou, porém, para acudir ao mais urgente – e pagamaneto foi efetuado por Gregório Lopes com recursos da casa comercial, de que era sócio com seu pai Longuinho Lopes de Souza. Quando os trabalhos de reparação foram concluídos, verificou-se que fora extraída do cofre a quantia de 800\$000, quantia que jamais recebeu, porque o povo se descuidou e porque Gregório Lopes preferira o esquecer, ao invés de uma romaria de porta em porta, pela povoação. Era uma alma fundamentalmente generosa!

As obras da capela da vila se haviam concluído quando em Icatu se perpetraram uns atos gravíssimos, que desgostou fundamente o Vigário da freguesia e impeliram-no a

fixar residência em Morros, depois de ter participado o ocorrido ao respectivo Prelado. Ali aguardou a resposta à sua informação. Ela não se fez esperar, e pelo que dela constava, o Prelado tinha aprovado a transferência do Vigário de Icatu para a vila de Morros.

Em 1916, o Dr. Herculano Nina Rodrigues Parga, a esse tempo Governador do Estado, visitando a vila, e porque reconheceu, à face dos fatos, a vida laboriosa que dentro dela se agitava, mais característica de uma cidade rica que de um modesto município, propôs ao Congresso que fosse criado o termo judicial de Morros. O Congresso Estadual, como julgasse justa a proposta, deu-lhe a sua aprovação no ano seguinte. Assim ficou legalmente criado o termo de Morros.

No início do ano de 1919 entrou no exercício das suas funções o novo Governador, Dr. Urbanos Santos. Este escrevera no plano da sua obra política e administrativa o princípio rígido da economia e severamente se propôs aplicá-lo.

A falta de prudência, de energia e de zelo inteligente nos negócios de alta importância determinaram sérios desastres. De Morros não houve pessoa alguma que se aproximasse do novo Governador ou legisladores, a convence-los por palavras ou documentos, da justiça que as regalias concedidas à vila traduziam e encerravam. Nada se fez neste sentido como o bom senso indicava. Por isso o Congresso e o Governador, no desconhecimento de todas estas circunstâncias, sem que pudessem avaliar a intensidade da vida local, suprimiram o termo judicial e o transferiram para a antiga sede.

Logo que na vila correu a notícia da supressão do seu termo, os habitantes manifestaram os seus sentimentos de pesar e de indignação, e exprimiram entre si o desejo de pugnar até o fim para que o Governo do Estado não tivesse êxito, até a data presente.

Morros passou a ter categoria de cidade pelo Decreto-Lei Estadual nº 45, de 29 março de 1938.”

Ambiente Físico

A geologia do município é composta pela Formação Itapecuru, formada por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argiloso, geralmente com estratificação horizontal e por Aluvião Marinho ao Nordeste, cujos depósitos recentes são constituídos por cascalho, areias e argilas consolidadas oriundos do Quaternário.

Quanto à geomorfologia, corresponde à faixa litorânea e sublitorânea da porção oriental, constituídas por restingas e paleodunas.

Os solos são arenosos essencialmente quartzosos, profundos e muito profundos, excessivamente drenados, com baixo teor de argila. São distróficos com baixa saturação de base, fortes a moderadamente ácidos. Este grupo de solos engloba também as Areias Quartzosas Marinhas que apresentam relevo normalmente plano e suave ondulado (UEMA, 2000).

O clima é tropical úmido com dois períodos: chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro. Possui uma pluviometria anual entre 1.600 a 2.400 mm, sua temperatura média anual é superior a 27° C, além da umidade relativa do ar anual superior a 82% (UEMA, 2002).

A cobertura vegetal compreende áreas de usos diversos, associadas com pastagens, floresta aberta com vegetação degradada com a presença de babaçual. O município possui áreas sujeitas a inundações sazonais; englobam-se nesse tipo, as associações vegetais e suas variadas fisionomias, que ocorrem no litoral arenoso; as mais comuns são: capim de areia (*Paicum recemosem*), alecrim-da-praia (*Hibanthus ibecacuamba*), carrapicho da praia (*Acicarpa spathalata*), dentre outras, além de mata ciliar com a presença de buritizais e juçarais.

A maior parte do território municipal localiza-se na bacia do Munim, cujo rio homônimo banha parte do município ao Oeste (Figura 39). Este rio possui os seguintes tributários no município: Rio Una (tem como afluentes os riachos: Grota da Bárbara, Contrato, Arruda, das Pacas, Galo e São Benedito), Rio Piranji (tem os seguintes riachos como tributários: Grota Seca, Mocambo, da Ferrugem, da Taquara, Timbó, das Pacas, Barro Branco, além do Mutum que tem como afluente o Riacho Matinha). Outras vias fluviais correntes no município são: Riacho Riachão (com os riachos tributários: dos Picos, Patos, Mutum e Escondido), Rio Peria (tem como afluente o Rio Bacaba e os riachos: Miritiba, Buritizal, Cancela e Baixa Seca), Rio Mapari (possui como afluentes os riachos do Brejo, Atoleiro e da Mata), São Bento e do Boiador. Compõe, também, o conjunto hídrico municipal as lagoas do Meio e dos Picos.

Todo território encontra-se dentro da APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiça.

Figura 39 – Trecho do Rio Munim que banha a cidade - 2010



Fonte: SILVA, 2010

Espaço Urbano

O traçado do centro urbano da cidade de Morros iniciou-se, às margens do Rio Munim, que era utilizado pela população em décadas anteriores como via de acesso a outros municípios e a capital do Estado.

Com a construção da rodovia MA 402, iniciou-se uma mudança na urbanização da cidade com aumento do fluxo de pessoas e mercadorias, ocasionando o crescimento em direção à rodovia.

O espaço urbano (Figura 40) estrutura-se com 42 ruas, uma avenida, quinze travessas e três becos; estas vias estão pavimentadas algumas com asfalto e outras cimentadas, além de piçarras ou chão batido. As praças são arborizadas e ajardinadas, como exemplo a de São Bernardo (Figura 41).

As ruas são estreitas, algumas com ladeiras, paralelas às quais as casas se alinham, geminadas, no estilo tradicional de casas baixas, sem jardins, com uma ou duas portas e várias janelas.

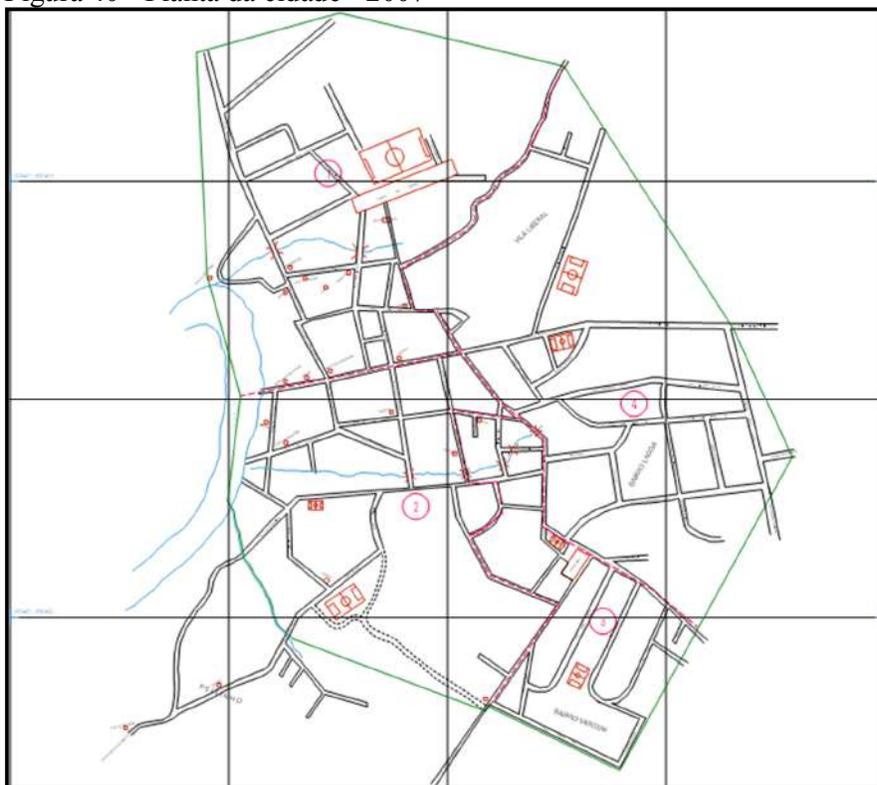
A distribuição faz-se de maneira irregular dentro das limitações físicas entre os meandros do Rio Munim e os pequenos morros, com tendência, no entanto, de expansão em direção a rodovia BR 402 que dá acesso à cidade.

No conjunto arquitetônico predominam residências de médio e pequeno porte, observa-se, também alguns casas com padrão antigo (Figura 42).

O município tem 2.642 casas de tijolo, 698 de taipa revestida, 1.110 de taipa não revestida, oito de madeira e nove de outros materiais (BRASIL, 2013).

A área urbana do município tem 3,03 km², que corresponde a 0,18% do município.

Figura 40 - Planta da cidade - 2007



Fonte: IBGE

Figura 41 - Praça São Bernardo – 2013



Fonte: IMESC

Figura 42 - Casas com padrão antigo - 2013



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural é composto de comunidades distribuídas em sítios, fazendas e povoados (BRASIL, 2011).

Sítios: Alagado, Arrudinha, Atoleiro I, Atoleiro II, Velha, Bacabinha do Chileno, Bacabinha I, Bacabinha II, Baixa Grande, Bandeiras, Boa Esperança, Boa União, Vista I, Boa Vista II, Bom Jardim, Bom Princípio I, Bom Princípio II, Bom Riacho, Brejo Velho, Buriti da Bela, Buriti da Feia, Buriti do Mariano, Buriti do Sol, Buritizeiro, Buso I, Buso II, Cabeça de Boi, Cabeceira da Maia, Cabeceira da Sevana, Cabeceira do Arruda, Cajueiro, Capim, Caraíbas, Cebola, Centrinho, Centro do Chico Ramos, Centro do Mariano, Centro do Meio, Centro Novo, Centro Velho, Coelho, Conceição II, Contrato, Couro Danta, Deus Protege, Dois Riachos, Escondido I, Escondido II, Estopa, Felipa II, Fineza, Floresta, Fortaleza, Grota do Peixe, Ilha Grande, Juçaral, Jurema, Jurubeba II, Lago, Lagoa da Onça, Lagoa do Junco, Lagoa do Peixe, Lagoa Grande, Madeira Cortada, Malaquias, Mangueira, Mata da Canoa, Mata do Patizal, Matinha I, Mirinzal I, Mirizal II, Mororó, Morro Alto, Mutum I, Mutum II, Naja do Quirinal, Olho d'Água I, Olho d'Água II, Pacas do Justiniano, Pacas do Liras, Pacas dos Maçal, Paracambu, Passagem do Meio, Patos, Periquitos, Piabas, Picos, Pimenta, Pindoal I, Pequizeiro I, Pequizeiro III, Pirangizinho I, Pirangizinho II, Pire, Pontes, Praça Alegre, Queimadas III, Recanto do Boi, Recurso, Riachão, Riacho do Meio, Rio dos Matos, São Domingos II, Santa Helena I, Santa Helena II, Santa Rita, Santa Rosa, São Benedito, São Bento, São Bento I, São Domingos II, São Felipe, São João II, São José, São Mateus, São Nicolau, São Paulo, São Raimundo III, Sarampo, Timbó, Tiririca, Tomé, Tucuns, Una da Passagem, Una dos Moraes, Vidinha e Vila Iracema.

Fazendas: Bebe Mingau, Buriti, Buriti do Meio, Couro Danta, Mapari Grande, Maparizinho e São Lucas.

Povoados: Arruda, Arruda Velha, Bacabal, Boa Esperança, Bom Gosto, Contrato, Fátima, Grota do Meio, João Alves, Mata do Amaral, Mato Grosso, Mundo Novo, Periquitas, Santa Cecília, Santana, São Raimundo e Una.

Utilização das Terras

Estão contidas na tabela 38 informações das atividades ligadas ao espaço rural municipal. Observa-se que, os estabelecimentos estão relacionados a áreas com agricultura temporária e permanente, pastagens naturais e em boa condição, áreas de matas nativas

algumas em reserva legal, sistemas agroflorestais, terras para exploração da aquicultura ocupadas com construções, benfeitorias ou caminhos, além das áreas inaproveitáveis para agricultura ou pecuária, o que demonstra que um estabelecimento pode possuir várias dessas utilidades citadas.

Pela referida tabela, verifica-se que a agricultura temporária, em 2006, foi à atividade mais significativa no município, pois foi a que deteve maior número de estabelecimentos, porém a análise de distribuição dos percentuais é comprometida porque um estabelecimento pode-se dedicar a mais de uma atividade. Entretanto, quando se verifica o percentual da área ocupada no município por essa, dos 180.349 hectares, 98% estavam com a agricultura temporária, restando apenas 2% para os demais tipos de atividades (Tabela 38).

Tabela 38 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras – 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	15	47
Agricultura temporária	1.716	176.090
Pastagem natural	28	1.239
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	8	157
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistema agroflorestais)	22	1.763
Sistemas agroflorestais	5	46
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	3	15
Construções, benfeitorias ou caminhos	91	786
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	21	206
Total	-	180.349

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, a área ocupada foi de 180.648 hectares distribuídos em 1.768 estabelecimentos, cujo percentual de distribuição deste último foi: 70% com o ocupante, 17% com o assentado sem titulação definitiva, 10% com os proprietários, 1% com o produtor sem área e o arrendatário cada e ocupante 1%.

O total de estabelecimentos em mãos de proprietários é maior, uma vez que os arrendamentos e as parcerias são feitas com aquele; assim, o proprietário passa a ter 12% dos estabelecimentos.

Diferente de outros municípios maranhenses em que o proprietário detém a maior extensão de terras, neste município ficou apenas com 3% dos hectares, que, se somados com 0,41% dos arrendamentos e 0,32% do parceiro eleva para 4%. O ocupante ficou com 62%, seguido pelo assentado sem titulação definitiva com 34% (Tabela 39).

Tabela 39 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	173	4.382
Assentado sem titulação definitiva	300	62.933
Arrendatário	25	748
Parceiro	8	577
Ocupante	1.243	112.008
Produtor sem área	19	-
Total	1.768	180.648

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Demografia

O município ocupa o 104º lugar no *ranking* populacional do Estado, cujo total em 2010 foi de 17.805 habitantes, equivalendo a 0,27% da população do Maranhão. Na Mesorregião Norte Maranhense seus habitantes corresponderam a 0,70% posicionando-se no 33º lugar; na Microrregião Geográfica de Rosário ocupou a 4ª posição, representando 11,04% dos habitantes. Sua densidade demográfica em 2010 era de 10,37 hab/km². Seu IDHM no ano citado, segundo o IPEA (2013), foi de 0,609, ocupando a 44ª posição no Maranhão.

Entre 2000 e 2010, a população cresceu 22%; este crescimento se deu principalmente na zona urbana com 36% contra 15% da população rural; o sexo masculino aumentou 21% e o feminino 23%.

Em 2000 a população urbana era 34% e a rural 66%, os homens eram 52% e as mulheres 48%. Em 2010, a população urbana era 38% e a rural 62%, verifica-se, portanto, um aumento na população urbana e uma diminuição na rural, embora esta continue liderando,

enquanto os homens e as mulheres ficaram equilibrados, já que ambos aumentaram 1% (Tabela 40).

A atração exercida pela área urbana dá-se em função de vários fatores como educação, saúde, infraestrutura, não devendo ser descartada a renda das famílias acrescida pela Bolsa Família e o número cada vez maior de idosos, pescadores e lavradores aposentados.

Tabela 40 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	7.566	9.152
Feminina	7.028	8.631
Urbana	4.946	6.720
Rural	9.648	11.063
Absoluta	14.594	17.783

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Saúde

O município possui um hospital filantrópico alugado para a prefeitura denominado Padre Luís Muraro. Neste hospital a disponibilidade é de 25 leitos, realizando-se consultas ambulatoriais, exames de ultrassonografia e laboratoriais. Sua equipe de profissionais é de: cinco médicos, quatro enfermeiros e 22 técnicos de enfermagem que atendem principalmente os casos de doenças respiratórias e verminoses. Essa instituição possui duas ambulâncias que em casos mais graves transfere os pacientes para São Luís.

O município possui oito equipes do ESF e seis do Saúde Bucal que atendem todo o território municipal. O primeiro programa é composto por oito médicos, mesmo número de enfermeiros e técnicos de enfermagem, enquanto a parte odontológica é formada por seis dentistas.

Na rede municipal existem cinco postos de saúde: um em fase de inauguração e um centro de saúde denominado Centro de Saúde Santana com três médicos (ginecologista, pediatra e reumatologista) e cinco técnicos de enfermagem, além de 59 agentes comunitários de saúde, 23 agentes de vigilância epidemiológica e três de vigilância sanitária. Há também um NASF, composto por um fisioterapeuta, um fonoaudiólogo, um nutricionista, um psicólogo e um assistente social.

Outros programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde são: Programa Saúde na Escola, Programa DANTES (doenças crônicas não transmissíveis) que visa combater a diabetes, hipertensão, cardiologias e outras, além de campanhas contra DST's durante o ano todo através de distribuição de preservativos e informativos.

O Estado mantém o Hospital Municipal de Morros que possui quatro leitos de emergência/urgência e 20 no setor de internação e enfermarias; os exames disponíveis são os laboratoriais e raio-X. Sua equipe de profissionais é composta por nove médicos, onze enfermeiros e 36 técnicos de enfermagem; os atendimentos mais frequentes são: hanseníase, leishmaniose tegumentar, dengue, tuberculose, hipertensão, diabetes, verminose, gestantes em alto risco, infecções respiratórias, hérnia inguinal e traumas relacionados a acidentes automobilísticos. O hospital dispõe de uma ambulância que em casos mais graves transfere pacientes para São Luís e Barreirinhas.

Educação

Em 2012 foram matriculados no município 7.281 alunos, distribuídos em escolas estaduais 1.392, municipais 5.560 e particulares 329; estando 769 na educação infantil, 4.385 no ensino fundamental, 945 no ensino médio e 1.182 no EJA.

O município matriculou 5.560 alunos, distribuídos em 87 estabelecimentos escolares, com pré-escola, ensino fundamental e EJA. O corpo docente municipal é formado por 268 professores.

A rede estadual registrou naquele ano 1.392 alunos matriculados em três estabelecimentos escolares, que oferecem o ensino fundamental e médio; o corpo docente era de 54 professores (MARANHÃO, 2012).

O ensino privado no ano citado era representado por dois estabelecimentos escolares com 329 alunos matriculados e 34 docentes.

Economia

O PIB em 2010 foi o 142º do Maranhão com R\$ 52,314 milhões, correspondendo a 0,12% do Estado, cuja distribuição por setor foi: serviços com R\$ 37,059 milhões, agropecuário com R\$ 8,430 milhões e industrial com R\$ 5,488 milhões. Os R\$ 1,337 milhões

restantes, referem-se a cobrança de impostos (IMESC, 2012). Quanto ao IDM, situa-se na 149ª posição, com o valor 0,300 (IMESC, 2012). A renda per capita do município, naquele aludido ano foi de R\$ 164,07, ocupando a 181ª posição (IPEA, 2013).

A economia do município está baseada principalmente nas atividades do setor primário.

Agricultura

A agricultura no município é itinerante, utilizando-se técnicas rudimentares; na agricultura temporária se destacam o arroz, o feijão, o milho e a mandioca; na horticultura o maxixe e o milho verde e na agricultura permanente o único produto de valor econômico foi a banana.

Agricultura Temporária

Como na maioria dos municípios da Meso-região Norte Maranhense, a mandioca é o cultivo mais importante. Analisando os itens próprios da agricultura temporária, verifica-se que entre 2006 e 2012, a área colhida aumentou 4%, a quantidade produzida caiu 1% e o valor da produção cresceu 158% (Tabela 41).

Nesse mesmo período, a área colhida do arroz aumentou 14%, feijão 76%, mandioca 5%, enquanto a de milho diminuiu em 11%. Em relação à quantidade produzida, o arroz e o feijão cresceram 16% e 133%, respectivamente; já a de milho e a de mandioca caíram 1% cada. Em rendimento médio os resultados foram: arroz -1%, feijão -24%, mandioca 6% e milho -10%. Relacionado ao valor da produção, o arroz cresceu 9%, o feijão 733% e a mandioca 164%, enquanto o do milho caiu 2% (Tabela 41).

Em 2006, dos 1.726 hectares de área colhida, o arroz ficou com 2%, o feijão 1%, a mandioca 86% e o milho 11%. Nesse ano, das 13.480 toneladas produzidas, o arroz participou com 0,18%, o feijão com 0,04%, a mandioca com 99% e o milho 1%. O rendimento médio pode ser observado na tabela 41. Quanto ao valor da produção, do total de R\$ 1,467 milhões, o arroz participou com 1%, o feijão com 0,20%, a mandioca com 95% e o milho com 4%.

Em 2012, a área colhida foi de 1.793 hectares, dos quais coube ao arroz 3%, ao feijão 2%, a mandioca 86% e ao milho 9%. Para quantidade produzida, do total de 13.328 toneladas, os resultados foram: mandioca 99%, milho 1%, arroz e feijão menos de 1%. Nesse

ano analisado, o valor total da produção foi de R\$ 3,778 milhões, distribuídos em: mandioca 98%, milho 1%, feijão 1% e o arroz com menos 1% (Tabela 41).

Pela análise apresentada, verifica-se que a mandioca é o único produto agrícola do município que tem significativa importância na economia.

Tabela 41 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária - 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	42	48	25	29	604	595	11	12
Feijão	17	30	6	14	466	352	3	25
Mandioca	1.482	1.550	13.338	13.175	8.500	9000	1.400	3.689
Milho	185	165	111	110	666	600	53	52
Total	1.726	1.793	13.480	13.328	-	-	1.467	3.778

Fonte: IBGE - Pesquisa da Produção Agrícola Municipal

Horticultura

Apesar do município possuir outros produtos oriundos da horticultura o IBGE (2006), registrou apenas dois produtos: maxixe e milho verde; o primeiro teve uma quantidade produzida de 1 tonelada, com um valor de produção de R\$ 1 mil; o segundo teve uma quantidade produzida de 4 toneladas e valor de produção de R\$ 2 mil. A quantidade vendida não foi disponibilizada.

Agricultura Permanente

A agricultura permanente é composta por frutos cultivados, como produção doméstica, entretanto, o único registrado foi à banana em 2006. Este fruto foi colhido em 5 hectares, produziu 38 toneladas que geraram R\$ 23 mil. O rendimento médio foi de 7.600 kg/ha. Em 2012 não foram disponibilizadas informações sobre a agricultura permanente.

Pecuária

A pecuária é também uma das principais atividades econômicas do município. Os principais rebanhos por números de cabeças são: aves, suíno e bovino (Tabela 42).

Entre 2006 e 2012 ocorreu o aumento do rebanho do ovino em 35%, do bovino 25% e das aves em 12%; esses aumentos resultaram no crescimento de 6% do número de cabeças dos rebanhos no intervalo mencionado. Entretanto, cinco rebanhos diminuíram, sendo: 36% asinino, 28% equino, 25% muar, 16% suíno e 1% caprino.

Para alguns rebanhos, existe a explicação plausível de que perderam importância econômica, uma vez que eram utilizados para carga e até mesmo montaria, e foram gradativamente perdendo utilidade, com o avanço de veículos motorizados. Nesta classificação estão o equino, o asinino e o muar.

Em 2006, do total de 34.546 cabeças o bovino representou 6%, o equino e o asinino 2% cada, o muar e o caprino 1% cada, o suíno 15%, as aves 72% e o ovino 1%. Em 2012, o rebanho total foi de 36.523 cabeças; destas, o bovino representou 7%, o equino, o asinino, o muar, o caprino e o ovino 1% cada, o suíno 13% e as aves 75% (Tabela 42).

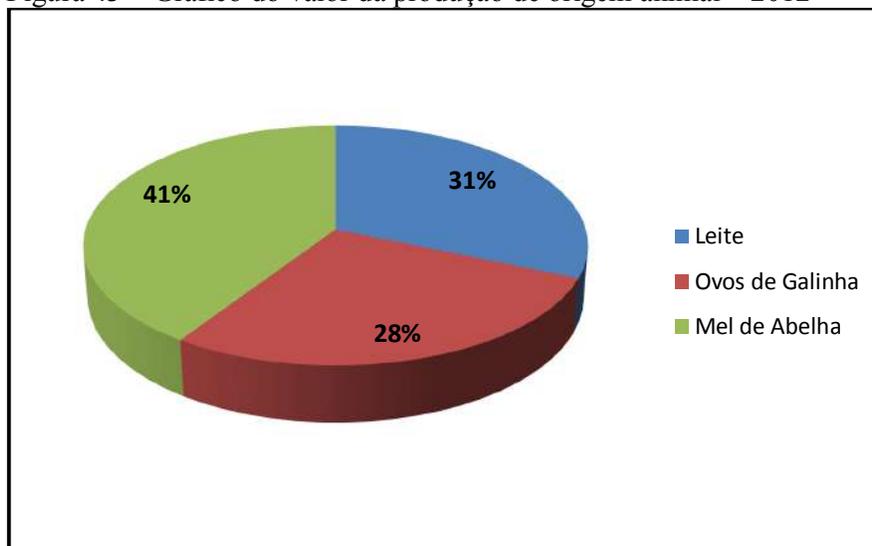
Tabela 42 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	2.150	2.680
Equino	680	493
Asinino	782	498
Muar	460	343
Suíno	5.350	4.497
Caprino	474	469
Ovino	150	202
Aves	24.500	27.341
Total	34.546	36.523

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Como produto de origem animal destacam-se o leite, cuja produção foi de 22 mil litros, que renderam R\$ 44 mil, ovos de galinha com produção de 10 mil dúzias com lucro de R\$ 39 mil e 5.200 quilogramas de mel de abelha e valor da produção de R\$ 57 mil. O total do valor da produção somou R\$ 140 mil (Figura 43).

Figura 43 – Gráfico do valor da produção de origem animal – 2012



Fonte: IMESC; IBGE

Extrativismo

Conforme a análise observa-se que a produção extrativa é uma atividade pouco significativa economicamente. Os dados da tabela 43 demonstram que a lenha, jaborandi, carvão vegetal e juçara são os únicos que têm importância econômica.

Das 58 toneladas produzidas em 2012, o jaborandi representou 36%, o carvão vegetal e a juçara com 31% cada e os 2% que restaram foi a participação da mangaba; a lenha não entrou na análise desta distribuição porque foi quantificada em metros cúbicos podendo ser observado sua produção na tabela 43.

Em relação ao valor da produção, dos R\$ 304 mil, a lenha participou com 67%, o jaborandi com 16%, a juçara com 11%, o carvão vegetal 5% e a mangaba com apenas 1% (Tabela 43).

Tabela 43 - Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros Cúbicos	
Juçara	18	-	33
Carvão vegetal	18	-	14
Mangaba	1	-	3
Lenha	-	8.150	204
Jaborandi	21	-	50
Total	58	8.150	304

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Pesca

A pesca no município é voltada principalmente para o autoconsumo, praticada de forma artesanal, utilizando principalmente canoas e pequenas embarcações. As principais espécies são: branquinha (*Psectrogaster amazônico*), curimatá (*Prochilodus ssp*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e outras.

Indústria

As atividades industriais estão representadas por cerâmicas, sorvetes, dez padarias e casas de farinhas na área rural.

Comércio

O comércio é varejista representado por quitandas, supermercados, feiras e mercado, além de cinco farmácias, três postos de gasolina e dez padarias, sendo o polo abastecedor o município de São Luís, embora os produtos têxteis venham de Fortaleza, Pernambuco e São Paulo. A parte de atacado restringe-se aos produtos alimentícios.

Turismo

O Rio Una (Figura 44) possui uma beleza considerável. Seu leito é formado de areia fina, com alguns trechos de rochas e pedras, e as suas margens, compostas de uma vegetação exuberante, podendo ser apreciado tanto em passeios de barcos pequenos ou canoas que levam os visitantes a conhecer outros balneários como: Una do Mato Grosso, Una dos Paulinos, Una do Bom Gosto, Una Grande, Una das Pedras, Una das Mulheres, Una dos Escoteiros, Una dos Moraes, Cachoeira do Arruda e Pedra Grande, o mais bonito de todos balneários. A Cachoeira do Arruda (Figura 45), na realidade é uma corredeira, um lugar paradisíaco, formando piscinas naturais, que proporcionam momentos mágicos a todos que ali chegam. Outros atrativos são alguns prédios como: a igreja católica, o hospital municipal, a escola do município e o patronato.

O bumba-meu-boi de orquestra, detalhado no item folclore e lazer, tornou-se atração turística a nível nacional.

Na culinária destacam-se o sururu de paletó, caranguejo, escabeche com pirão, galinha caipira à moda mulher parida, moqueca de arraia, descaída, beijucica, bolo e mingau de massa com coco.

O artesanato é representado por esculturas de madeiras, principalmente santos, palha de buriti, bordados, crochê, pinturas, bonecas de pano, almofadas, redes e arranjos florais com produtos da terra.

O município dispõe de dez pousadas e quatro hospedarias.

Figura 44 - Vista parcial do Rio Una - 2010



Fonte: IMESC

Figura 45 - Cachoeira do Arruda - 2011



Fonte: GUILHERME; CIRANA, 2011

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando na cidade um cartório. Possuía 13.401 eleitores, 53 seções eleitorais e 11 vereadores. Está lotado na 31ª zona eleitoral (BRASIL, 2014).

Religião

Os católicos dispõem de duas igrejas na sede municipal, uma das quais, é dedicada a Nossa Senhora Aparecida (Figura 46) padroeira do município e várias capelas distribuídas pelo espaço rural.

Os evangélicos possuem templos na sede como: Batista, Assembleia de Deus, Testemunha de Jeová, além de outros na zona rural.

Em 2010, dos 17.784 habitantes entrevistados pelo IBGE, 79% se declararam católicos, 15% evangélicos, 6% sem religião e menos de 1% pertenciam a outras religiões (Tabela 44).

Figura 46 – Igreja de Nossa Senhora Aparecida - 2010



Fonte: IMESC

Tabela 44 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	13.989
Evangélicos	2.650
Outras religiões	77
Sem religião	1.068
Total	17.784

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água na área urbana é de responsabilidade da CAEMA, sendo registrado por Brasil (2013), 1.456 ligações de água.

O município não possui rede coletora de esgoto, os efluentes domésticos têm como destino principal 2,132 fossas (BRASIL, 2013).

O lixo é coletado só na área urbana em dias alternados, em caminhão da prefeitura que o deposita no lixão municipal.

A energia é hidroelétrica distribuída pela subestação localizada no município sendo de responsabilidade da CEMAR. Em 2010, esta empresa registrou 3.089 consumidores, sendo 92% de usuários residenciais, 5% comercial; 2% poder público; 1% restante, correspondem ao uso rural, industrial, serviço público, iluminação pública e CEMAR. No aludido ano, o consumo foi de 4.885.915 KWh, cujo distribuição por tipo de usuário foi: 52% residencial, 22% iluminação pública, 13% comercial, 8% serviço público e os 5% restantes distribuídos com os demais usuários (Tabela 45).

Tabela 45 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de Consumidores	Consumo em KWh
Residencial	2.840	2.549.576
Rural	2	-
Comercial	166	651.230
Industrial	9	5.250
Poder público	66	214.993
Serviço público	4	392.685
Iluminação pública	1	1.070.172
CEMAR	1	2.009
Total	3.089	4.885.915

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município dispõe de um posto do Banco do Brasil, um do Bradesco e uma casa lotérica.

A comunicação postal é feita pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC), enquanto que a telefonia fixa e internet é de responsabilidade da OI e a móvel pela VIVO.

De acordo com a ANATEL (2009), o município possuía 24 terminais telefônicos acessíveis 24 horas.

Há quatro oficinas mecânicas, duas de sapateiro, três de carpinteiro e ferreiro, uma de alfaiate, além de serralherias e marcenarias.

Folclore e Lazer

No município há diversas manifestações culturais, destacando-se entre elas: dança portuguesa e *country*, tambor de crioula, cacuriá, duas bandas de músicas e fanfarras, grupos de bumba-meu-boi com sotaque de orquestra e matraca.

O bumba-meu-boi de Morros, se tornou um dos mais conhecidos no Maranhão. Segundo Marques ([20-]), o grupo foi criado por um trabalho educativo da Escola Normal para resgatar a brincadeira que estava esquecida na Região do Munim, possuindo como principal idealizadora Maria Marlene Ferreira Lobato em parceria com Terezinha Bacelar, Maria Aparecida Ferreira Lobato, Maria do Socorro Araújo Ferreira, José Ribamar Muniz Lobato e Valter Ferreira. Aquele autor relata que o primeiro nome do grupo folclórico foi Alegria dos Estudantes, depois Sonho Realizado e Dominador.

Os principais eventos são: gincanas, concurso de beleza, vaquejada, encontros religiosos, festivais de músicas, campeonato de futsal, circos e o carnaval.

Para entretenimento há duas quadras poliesportivas, quatro campos de futebol, seis restaurantes, sete lanchonetes, dois clubes, uma academia de artes marciais, uma escola de música, duas bibliotecas e vinte bares.

Lendas

Banho no Una: Joga-se uma moeda no rio, faz-se um pedido e fica-se na expectativa de ser atendido.

Cachoeira do Arruda: Quando se grita na cachoeira a água entra em ebulição.

Outras lendas são os bichos que aparecem às quintas feiras à noite, pessoas que viram bichos, mula sem cabeça e outras.

Transporte

A distância da cidade de Morros para a cidade de São Luís é de aproximadamente 90 km pelas seguintes rodovias: BR 135, BR 402, MA 110. Outra maneira de chegar à capital do Estado é através de barco navegando pelo Rio Munim atravessando a baía de São José até o Porto de São José de Ribamar e, posteriormente, utilizando a MA 210 e MA 204.

O traslado intermunicipal e o urbano/rural é realizado por vans, camionetes tipo D-20, pau de arara, micro ônibus, ônibus e pequenos barcos. De São Luís para Morros o serviço de deslocamento é feito pela empresa Cisne Branco.

2.6 Presidente Juscelino

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

I

A cidade Presidente Juscelino
 Marcha alegremente a construir
 A sua desenvoltura cultural
 Buscando sempre edificar e progredir
 A cidade Presidente Juscelino
 Pequeninina e graciosa a ilustra
 As reservas naturais, do seu patrimônio

II

Terra acolhedora desse vasto céu de anil
 O teu nome é consagrado no Brasil
 Tendo sete metros de cachoeira a sorrir
 Que embeleza as águas do Rio Munim
 Nos teus parques florestais
 Rebenta a riquezas dos andirobais
 A cidade Presidente Juscelino, sempre viva em todo coração
 Pelo amor e grandeza de nosso Maranhão

Autores: Carlos Salomão Chaib e José Arnold Pinto

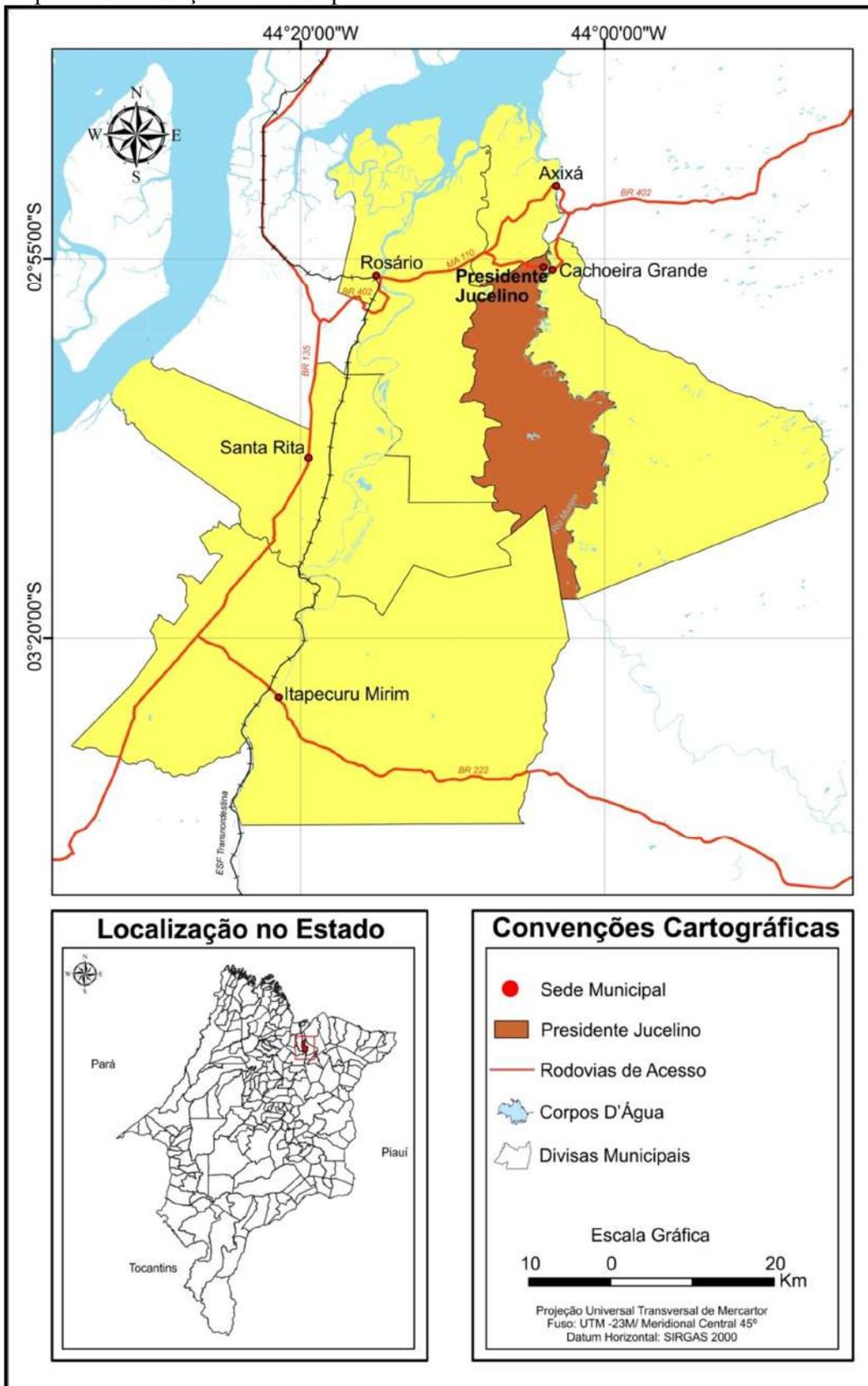
Localização

Localizado no Baixo Munim, o município Presidente Juscelino faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica de Rosário.

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Axixá; ao Oeste com Rosário; ao Sul com Itapecuru-Mirim, Santa Rita e Presidente Vargas e ao Leste com Cachoeira Grande (Mapa 7).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 02°54'20" de latitude e -44°03'41" de longitude; Oeste -44°09'29" de longitude e -03°04'23" de latitude; Sul -03°17'26" de latitude e -44°07'57" de longitude e Leste -43°59'13" de longitude e -03°04'42" de latitude.

Mapa 7 – Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

Extensão

Com 354,696 km², o município ocupa no Estado o 195º lugar em extensão, correspondendo a 0,11% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense está em 50º lugar com 0,67%, enquanto que na Microrregião Geográfica de Rosário ocupa a 7ª posição com 5,51%.

Processo de Ocupação⁶

O lugar onde está a cidade Presidente Juscelino despertou o interesse dos moradores espalhados pelos rincões de Axixá que levavam para ali sua produção agrícola, a fim de exportá-la através do Rio Munim. Esse fato motivou os moradores de Axixá, a fixarem residência a margem do rio, na intenção de, como intermediários comercializar seus produtos. Destacam-se como os primeiros os Coimbra e os Rabelo.

João Romério, também conhecido por Caldeneio, artesão fabricante de alambiques e fornos de fazer farinha, ao perceber na região o espaço ideal para a comercialização da fabricação artesanal ali se instalou.

Graças aos alambiques e tachos de cobre fabricados por João Romério, originou-se a produção de tiquira, uma espécie de aguardente produzida da mandioca, bem como a fabricação de sabão e óleo de andiroba - fruto abundante na região.

Com o desenvolvimento da localidade, a população foi gradativamente aumentando e a área que pertencia ao município Icatu recebeu de seus moradores o nome de Cachoeira de Axixá e, também, Cachoeira de Morros. Outros moradores para ali se mudaram dentre eles, os Vieiras e os Alves, cujos filhos foram casando entre si, aumentando a população.

Foram construídas a capela e a primeira escola, cuja primeira professora que era leiga, D. Lourença, veio de Axixá. Com o aumento de crianças foi contratada em Alcântara a professora Rosa, substituída depois por Ildene, ambas normalistas, as quais ministravam suas aulas em uma sala residencial para os alunos do 1º ao 3º ano primário. O crescimento do número de alunos provocou a construção do primeiro Grupo Escolar – Colégio Vitorino Freire, cujo nome foi em homenagem ao político que ditava as ordens no território maranhense.

⁶ Declaração prestada por José Alves de Oliveira, vulgo Juquinha, um dos primeiros prefeitos do município.

Em 1965, os senhores José Ribamar Alves de Oliveira, vulgo Juquinha, Dario Machado Teixeira, comerciante e o ex-prefeito de Axixá tomaram a iniciativa da emancipação política do distrito, cujo ato se efetivou através da Lei nº 2.372, de 09 de junho de 1964, desmembrando-se do município Axixá e recebendo o nome de Presidente Juscelino, uma justa homenagem a um dos mais importantes Presidentes do Brasil – Juscelino Kubstichek.

O primeiro prefeito nomeado para completar o quadriênio foi José Alves Souza, cuja posse foi dada pelo juiz Manoel Sócrates, em substituição ao juiz titular de Icatu Orville Almada Lima.

Por ordem de pleito, os prefeitos do município foram: José Alves de Souza, José Rabelo de Souza, José Ribamar Alves de Oliveira, Antônio Vieira Coimbra, Clóvis Coimbra Rabelo, José Ribamar Castro, José Cardoso de Oliveira, Antônio Leão Rocha, Carlos Vieira Castro, Ribamar Coimbra Alves, Dário Rocha e Afonso Celso Alves Teixeira (2012-2016).

Ambiente Físico

A estrutura geológica do município é composta pela Formação Itapecuru e Complexo Cristalino Indiviso; a primeira tem sua gênese no Cretáceo Inferior, composta por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argiloso com estratificação horizontal; a segunda tem idade superior a 2000 milhões de anos, formada por rochas metamórficas, predominando os migmatitos, gnaisses, anfibolitos, granitos e calcários cristalinos, localmente marmorizados (UEMA, 2002).

A geomorfologia do município faz parte da Superfície Maranhense com Testemunhos, área aplainada durante o ciclo Velhas com a presença de testemunhos tabulares da superfície de cimeira, apresentando uma planície levemente ondulada.

No solo, predomina os argissolos vermelho-amarelo concrecionado que se caracteriza por ser profundo a moderadamente profundo, raramente raso, com textura variando de média a argilosa, bem drenado e poroso. Possui perfil bem diferenciado, com horizonte subsuperficial de acumulação de argilas, saturação de bases baixa. Outro solo encontrado no município em pequenas porções é o plintossolo com condições de restrições à percolação d'água, imperfeitamente drenado, textura arenosa ou média, raramente argilosa, tendo coloração escurecida pela matéria orgânica (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido com dois períodos: chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro com umidade anual entre 79% e 82%, temperatura média anual superior a 27° C e precipitação pluviométrica anual entre 1.600 e 2.400 mm.

O município faz parte da bacia do Munim, cujo rio homônimo que banha o território ao Leste recebendo no município os seguintes riachos, como afluentes: Riachão, do Sangradouro, da Pauzeira e Forte, além da Lagoa Grande.

A vegetação é secundária, associada com pastagens, matas abertas (em exploração e/ou explorada) com vegetação degradada e o predomínio do babaçu.

Parte do território municipal insere-se na APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiça.

Espaço Urbano

A cidade desenvolveu-se a partir da margem esquerda do Rio Munim acompanhando-o; isso ocasionou para a cidade o formato meândrico.

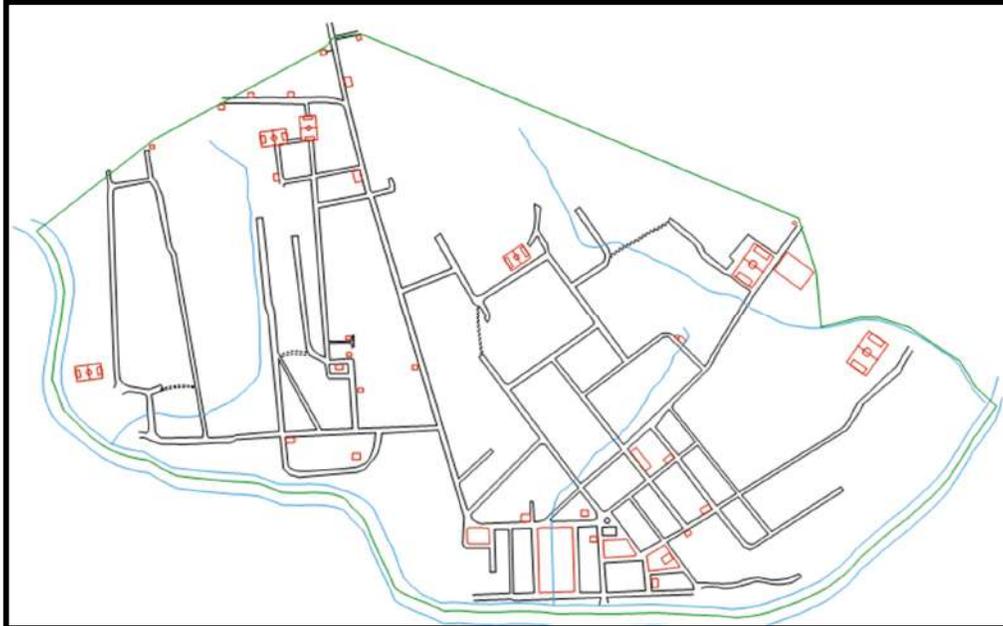
A construção do ramal da MA 110 denominada na área urbana de Rua Bom Jesus, funcionou como atrativo para a cidade crescer na direção Leste, abandonando o antigo formato e permitindo que outras vias surgissem a partir dela.

Somadas a Rua Bom Jesus, que atravessa grande parte da cidade, existem mais vinte ruas, duas avenidas, doze travessas (Figura 47), as praças Água Vermelha (Figura 48) e da Igreja.

A área da sede municipal é de 1,71 km², equivalente a 0,48% do território municipal.

O município possui 1.278 casas de tijolo, 520 de taipa revestida, 846 de taipa não revestida e quatro casas de madeira (BRASIL, 2013).

Figura 47 - Planta da cidade - 2007



Fonte: IBGE

Figura 48 - Praça Água Vermelha - 2010



Fonte: IMESC

Espaço Rural

O espaço rural é composto por localidades, distribuídas em sítios, povoados e comunidades remanescentes de quilombos (BRASIL, 2010).

Sítios: Água Branca, Bacabal, Barros, Boa Vista do Crispim, Boa Vista dos Brandão, Boa Vista dos Pretos, Bom Fim, Bom Jesus, Cafezal, Canapum, Cangembre, Carro Quebrado, Catarina, Centro do Izidório, Centro do Quirino, Coxo, Encruzo, Escondido, Extrema, Floresta, Fojo, Folhal, Forte, Gavião, Humaitá, Impueira, Jacaré, Lago das Almas, Lagoa do Pai João, Lagoa do Zé Comédio, Lagoa Seca, Lagoinha, Mapá, Mata dos Caboclos, Matinha, Milhanzal, Mirinzal da Julita, Mirinzal II, Onça, Passagem Grande, Passagem Mirim, Patos, Pedras, Pindoval, Pouca Vergonha, Praínha, Pução, Quebra Foice, Raiz I, Raiz II, Riacho I, Riachão II, Riachão III, Riacho Grande, Rosarinho, Santana, São Benedito, São Bento, São João dos Costas, São Lourenço, São Mateus, São Raimundo dos Alves, São Raimundo II, Serraria, Sumaúma, Tauá da Beira, Vila Nova, Vista Alegre e Xavier.

Povoados: Alto da Esperança, Boa Hora, Boa Vista dos Pinhos, Buritirana, Gaiola Grande, Juçaral, Pequi, Prata, Russinha, Sangrador, Santa Izabel, Santo Antonio do Cearense, Taboca, Taquaris e Tingidor.

Comunidades remanescentes de quilombos: Boa Vista dos Pintos, Carro Quebrado, Pequi e Sangrador.

Utilização das Terras

Estão plotadas na tabela 46, informações referentes às atividades ligadas ao espaço rural municipal. Pelos dados da referida tabela, observa-se que em 2006 os estabelecimentos estavam ligados especialmente à agricultura temporária, embora tenha outras atividades como pastagens naturais, matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal), matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais), sistemas agroflorestais, tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura, construções, benfeitorias ou caminhos, terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.). Entretanto, a análise de distribuição dos percentuais dos estabelecimentos é inviável, devido estes se dedicarem a mais de uma atividade.

No ano citado, dos 9.247 hectares utilizados, 86% estavam com agricultura temporária, 7% com pastagem natural, 2% sistemas agroflorestais; matas e/ou florestas

(destinadas à preservação permanente ou reserva legal), matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais), áreas de aquicultura, construções, benfeitorias ou caminhos ocuparam 1% cada, agricultura permanente e terras inaproveitáveis para a agricultura menos de 1% (Tabela 46).

Tabela 46 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	25	43
Agricultura temporária	1.350	8.097
Área plantada com forrageiras	3	12
Pastagens naturais	11	623
Matas e/ou florestas (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	8	57
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	5	108
Sistemas agroflorestais	4	144
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	8	102
Construções, benfeitorias ou caminhos	19	54
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	4	7
Total	1.428	9.247

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, dos 1.428 estabelecimentos em 2006, 23% estavam com o proprietário, 17% com o arrendatário, 2% com o parceiro, 54% para o ocupante e 4% para o produtor sem área. Ressalta-se que o percentual do proprietário é ainda mais elevado, pois os estabelecimentos arrendados e os em parcerias pertencem aquele que tem a titulação da terra, ou seja, o proprietário, o que eleva o percentual do mesmo para 42% (Tabela 47).

Utilizando-se desse mesmo raciocínio para a análise da área relata-se que, dos 9.399 hectares, o proprietário detinha 52% (inclusos as terras arrendadas e as em parceira), o ocupante 47% e o assentado sem titulação definitiva 1% (Tabela 47).

Tabela 47 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	307	4.342
Assentado sem titulação definitiva	22	18
Arrendatário	240	574
Parceiro	31	16
Ocupante	772	4.449
Produtor sem área	56	0
Total	1.428	9.399

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Demografia

Em 2010, o município possuía 11.541 habitantes, ocupando a 157ª posição no *ranking* populacional maranhense, representando 0,18% dos habitantes do Estado, com densidade demográfica de 32,54 hab/km². Em relação à Mesorregião Norte Maranhense situava-se na 51ª posição, representando 0,44% e na Microrregião Geográfica de Rosário a 6ª posição com 7,16%. Segundo o IPEA (2013), naquela aludido ano o IDHM do município totalizou 0,563, ocupando a 130ª posição no Estado.

Entre 2000 e 2010 a população municipal cresceu 8%; este crescimento se deu principalmente na zona urbana que aumentou em 52%, enquanto a rural diminuiu em 7%. Apesar de ter reduzido o número de pessoas, a área rural concentrou o maior número de habitantes em 2000, com 75% e em 2010 com 64%; a urbana obteve 25% e 36% em respectivos censos. Quanto ao gênero, o masculino correspondeu a 52% e o feminino a 48% em ambos os censos. Naquele referido decênio, os homens aumentaram em 9% contra 7% das mulheres (Tabela 48).

O êxodo rural é resultado da oferta de melhor condição de vida encontrada na área urbana como colégio, saúde, lazer e outros, além da capacidade de ali residir graças aos recursos proporcionados por projetos sociais e aposentadoria de idosos.

Tabela 48 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	5.510	6.004
Feminina	5.183	5.537
Urbana	2.715	4.120
Rural	7.978	7.421
Absoluta	10.693	11.541

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Saúde

Funciona no município um hospital público com cinco enfermarias, um ambulatório e dois leitos, disponibilizando atendimentos de emergência, cirurgias simples, consultadas ambulatoriais, ultrassonografia, raio-X e o serviço de tratamento de dengue.

As doenças mais frequentes são: malária, dengue, diabetes, hipertensão e gripe. Para o tratamento desses casos, o hospital distribui medicamentos e em casos mais graves os pacientes são transferidos de ambulância para Rosário ou São Luís.

A equipe médica do hospital é composta por sete médicos, sete enfermeiros, oito técnicos de enfermagem e dez auxiliares de enfermagem.

Dando suporte ao serviço de saúde existem três postos, 41 agentes de saúde, distribuídos 15 na área urbana e 26 na rural, além do ESF.

Educação

O número de matriculados no município foi de 4.130 alunos, distribuídos em 640 na educação infantil, 2.745 no ensino fundamental, 579 no ensino médio e 166 no EJA (MARANHÃO, 2012).

Na esfera municipal foram encontrados, em 2012, 3.353 alunos matriculados, distribuídos em 58 estabelecimentos com educação infantil, ensino fundamental e EJA. O número de docentes foi de 75 professores, 38 com o magistério e 37 com nível superior.

Pela rede estadual de educação o número de matrículas registradas no ano citado foi de 777 alunos, distribuídos em quatro estabelecimentos de ensino fundamental e médio. O total de professores era de 41 com 38 possuindo o ensino superior.

A iniciativa privada é representada pela Faculdade Teológica do Maranhão – FETMA, ofertando os cursos de Pedagogia do Ensino Superior e Filosofia, e o Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF, com especializações nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e História.

Economia

Em 2010 o PIB classificou-se na 181ª posição com R\$ 37,418 milhões, correspondendo a 0,08% do PIB do Maranhão. Desse valor, o setor de serviço participou com R\$ 26,594 milhões, o agropecuário R\$ 6,800 milhões, o industrial com R\$ 3,483 milhões e R\$ 541 mil referentes a cobranças de impostos (IMESC, 2012). Quanto ao IDM, ocupou o 194º lugar no Estado com o valor de 0,266 (IMESC, 2012). A renda per capita, naquele aludido ano, foi de R\$ 133,03 classificando-se na 207ª posição no Estado (IPEA, 2013).

A economia do município é sustentada pelas atividades primárias, principalmente a agropecuária.

Agricultura

A agricultura é itinerante, utilizando-se técnicas rudimentares. Na agricultura temporária destacam-se: o arroz, o feijão, o milho e a mandioca; na horticultura o maxixe, o milho verde, o coentro e na agricultura permanente a banana, o coco-da-baía e a laranja.

Agricultura Temporária

Entre 2006 e 2012 os hectares cultivados aumentaram em 11%, as toneladas em 25% e o valor da produção em 241%.

Com relação à área colhida, o arroz permaneceu estável, o feijão aumentou em 82%, o milho 15% e a mandioca 10%. Na quantidade produzida as toneladas de arroz diminuíram 45%, enquanto o feijão aumentou 20%, a mandioca 26% e o milho 21%. No rendimento médio da produção, o arroz e o feijão registraram recuo de 45% e 34% respectivamente, enquanto a mandioca aumentou 14% e o milho 5%. No valor da produção, o arroz diminuiu 33%, ao passo que a mandioca apresentou expansão de 259%, acompanhada por incremento de 33% do feijão e estabilidade no valor do milho.

Em 2006, dos 1.339 hectares colhidos, o arroz correspondeu a 6%, o feijão 1%, a mandioca 84% e o milho 9%. Na quantidade produzida, das 9.034 toneladas, a mandioca participou com 98%, o arroz e o milho com 1% cada, e o feijão com menos de 1%. No valor da produção, dos R\$ 1,003 milhão, a mandioca contribuiu com 93%, o milho com 3%, o arroz com 3% e o feijão com 1% (Tabela 49).

Em 2012, dos 1.483 hectares colhidos, 84% foram de mandioca, 9% de milho, 5% de arroz e 2% de feijão. Na quantidade produzida, das 11.312 toneladas, a mandioca correspondeu a 99%, o milho a 1%, enquanto o arroz e o feijão participaram com menos de 1% cada. Referente ao valor da produção, dos R\$ 3,419 milhões, a mandioca participou com 98%, o milho com 1%, o arroz e o feijão com 1% (Tabela 49).

Tabela 49 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária - 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	80	80	56	31	700	388	24	16
Feijão	11	20	5	6	454	300	9	12
Mandioca	1.126	1.243	8.900	1.1187	7.904	9.000	935	3356
Milho	122	140	73	88	598	629	35	35
Total	1.339	1.483	9.034	11.312	-	-	1.003	3419

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Horticultura

Em 2006, das quatro toneladas produzidas na horticultura, 50% eram de coentro, 25% de maxixe e milho verde cada. Na quantidade vendida, repetiram-se os mesmos percentuais de distribuição do item anterior; no valor da produção, dos R\$ 14 mil, o coentro participou com 14%, o maxixe com 36% e o milho verde com 50% (Tabela 50).

Tabela 50 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura – 2006

Produto	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Coentro	2	2	2
Maxixe	1	1	5
Milho verde	1	1	7
Total	4	4	14

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

Na agricultura permanente há uma diversidade entre a variedade de frutos produzidos e aqueles que são considerados de importância econômica: banana, coco-da-baía e

laranja. Por sua vez, o coco-da-baía não participa desta análise, pois a produção só foi registrada em 2012 e também, em parte, porque a informação é em mil frutos, enquanto dos demais é em toneladas.

Entre 2006 a 2012 a área colhida cresceu 14%, a quantidade produzida 5% e o valor da produção 24%. Nesse período, a banana aumentou tanto hectares e toneladas em 9%, enquanto o seu rendimento médio diminuiu em 1% e o valor da produção cresceu em 45%. A laranja permaneceu estável nos três primeiros itens citados na tabela 51 e obteve redução de 13% no valor da produção.

Em 2006, dos 21 hectares colhidos, 52% eram de banana e 48% com laranja; das 159 toneladas produzidas, a banana obteve 59% e a laranja 41%. Quanto ao valor da produção, dos R\$ 95 mil, 59% foi contribuição da banana contra 41% da laranja (Tabela 51).

Em 2012, dos 24 hectares colhidos, 50% foram de banana, 8% do coco-da-baía e 42% de laranja. Na quantidade produzida, das 167 toneladas (excluindo-se a produção do coco-da-baía), 61% foram de banana e 39% de laranja. Relacionado ao valor da produção, dos R\$ 118 mil, a banana participou com 69%, o coco-da-baía 2% e a laranja 29%.

O hábito cultural de outros frutos serem plantados só no quintal, reduz a produção colaborando para que os mesmos não tenham participação econômica.

Tabela 51 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente - 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Banana	11	12	94	102	8.545	8.500	56	81
Coco-da-baía*	-	2	-	5	-	2.500	-	3
Laranja	10	10	65	65	6.500	6.500	39	34
Total	21	24	159	-	-	-	95	118

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

*Mil frutos

Pecuária

De 2006 a 2012, o efetivo do rebanho diminuiu em 1%, impacto resultado da redução dos seguintes rebanhos: muar -46%, equino -23%, asinino(-12%, suíno -7% e aves -1%. Por outro lado, os rebanhos de bovinos +17%, caprinos +66% e ovinos +47% registraram expressiva expansão, mas por possuírem participação ínfima não conseguiram modificar o resultado geral.

Em 2006, das 29.165 cabeças, as aves participaram com 76%, o suíno com 16%, bovino com 5%, o asinino e o caprino 1% cada, o equino, o muar e o ovino juntos 1%. Em 2012, o efetivo foi de 28.929; as aves representaram 76%, o suíno 15%, o bovino 6%, o asinino e o caprino 1% cada; bubalino, equino, muar e ovino 1% juntos (Tabela 52).

Tabela 52 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	1.550	1815
Equino	115	89
Bubalino	0	10
Asinino	400	354
Muar	50	27
Suíno	4.530	4210
Caprino	260	431
Ovino	60	88
Aves	22.200	21905
Total	29.165	28.929

Fonte: IBGE - Pesquisa Agropecuária Municipal

Como produto de origem animal, o município produziu 19 mil litros de leite que renderem R\$ 37 mil, 20 mil dúzias de ovos de galinha com o valor de R\$ 71 mil e 4.305 kg mel de abelha que renderam R\$ 56 mil. Desta forma, a produção de origem animal alcançou R\$ 164 mil (IBGE, 2011).

Extrativismo

Em 2012, a produção extrativa foi de 39 toneladas coletadas, com 31% correspondendo a juçara, 69% de carvão vegetal e 9.900 metros cúbicos de lenha. Este último produto representou 83% dos R\$ 246 mil, gerados no aludido, enquanto a juçara e o carvão vegetal participaram com 8,5% cada (Tabela 53).

A areia, extrativismo mineral, é retirada do Rio Munim. Quando do trabalho de campo foram observadas várias dragas operando. Essa atividade é bastante prejudicial, pois provoca desmoronamento das margens, assoreando e alarguecendo o leito do rio, dificultando a navegação (Figura 49).

Tabela 53 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade da Produção		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros Cúbicos	
Juçara	12	-	21
Carvão vegetal	27	-	21
Lenha	-	8.480	204
Total	39	9.900	246

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Figura 49 - Draga extraíndo areia no Rio Munim – 2012



Fonte: IMESC

Pesca

A pesca no município é voltada para o autoconsumo, praticada de forma artesanal, utilizando principalmente canoas. As principais espécies são: branquinha (*Psectrogaster amazônico*), curimatá (*Prochilodus ssp*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e outras.

Indústria

As atividades industriais restringem-se às padarias e as casas de farinha distribuídas no espaço rural.

Comércio

O comércio é varejista possuindo um mercado, feira-livre, quitandas, pequenas lojas de eletrodomésticos e de mobílias.

Turismo

Pode-se destacar como principal atrativo turístico do município o Rio Munim, que ao longo do seu curso forma corredeiras e áreas propícias ao banho, além das belas paisagens formadas pelos afloramentos rochosos ao longo do rio (Figura 50).

Figura 50 - Trecho do Rio Munim - 2012



Fonte: IMESC

Outros pontos turísticos são: Lagoa Grande, Toca da Gia (povoado Sumaúma), Riacho da Farinha, coroa ao longo do Rio Munim nos povoados: Riachão I, Tabocas, Taquaris, Onça, São Lourenço e Gaiola Grande.

Os principais pratos na culinária local são: sururu ao leite de coco, sururu no palitô, galinha caipira ao molho pardo, caranguejo com angu e arroz com toucinho, juçara com camarão e outros.

Para atendimento ao turismo, o município dispõe de uma pensão.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é termo da comarca de Morros, possuía 8.732 eleitores, 29 seções eleitorais e 9 vereadores. Faz parte da 31ª zona eleitoral (BRASIL, 2014).

Religião

O catolicismo tem várias igrejas espalhadas no município, sendo uma delas dedicada ao padroeiro Santo Antônio (Figura 51). Faz parte da Paróquia de Axixá; na cidade não há padre, o pároco vem de Axixá.

Existem onze templos evangélicos (um na sede), sendo entre eles Batista, Assembleia de Deus, Adventista, Presbiteriano, Resgate e Madureira.

As religiões afrodescendentes estão representadas por quatro terreiros localizados um na sede e três na zona rural.

Das 11.540 pessoas entrevistadas em 2010, 77% se declararam católicos, 17% evangélicos, 6% sem religião e menos de 1% adeptos a outras religiões (Tabela 54).

Figura 51 - Igreja de Santo Antonio - 2010



Fonte: IMESC

Tabela 54 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	8.881
Evangélicos	1.932
Outras religiões	10
Sem religião	717
Total	11.540

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água na sede é de responsabilidade da CAEMA. A captação é feita principalmente através do Rio Munim e por poços artesianos, também utilizados na área rural. Foram registradas 1.347 ligações (BRASIL, 2013).

Por não possuir rede coletora de esgoto, os efluentes são despejados principalmente nas fossas que totalizaram 1.467 (BRASIL, 2013).

A coleta de lixo é realizada apenas na sede, sendo o mesmo depositado em um lixão a céu aberto.

A energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR, que registrou em 2010 1.974 usuários cuja distribuição foi: 93% residencial, 4% comercial, 2% poder público, 1% serviço público e menos de 1% para o rural, industrial e iluminação pública. O consumo no referido ano foi de 2.447.965 KWh, estando 59% residencial, 21% iluminação pública, 8% serviço público, 7% poder público, 4% comercial, 1% rural e CEMAR cada e o industrial menos de 1% (Tabela 55).

Tabela 55 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica, por classe - 2010

Usuário	Número de consumidores	Consumo em KWh
Residencial	1.834	1.446.757
Rural	5	13.489
Comercial	77	109.849
Industrial	1	2.139
Poder público	46	171861
Serviço público	10	201.963
Iluminação pública	1	501.817
CEMAR	0	90
Total	1.974	2.447.965

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

O município possui um posto de atendimento do Banco do Brasil, um do Bradesco, uma agência dos correios, uma casa lotérica e telefonia fixa e móvel da OI. Possui 10 terminais telefônicos acessíveis 24 horas e 12 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos são representados pelos bumbas-meu- boi de Presidente Juscelino, Brilho da Boa Hora e Boa Vista dos Pinhos com o sotaque de orquestra, dança do pela, Cordão de São Gonçalo, tambor de crioula e dança do coco.

Para o entretenimento, existem três restaurantes, três bares, quatro times de futebol e a banda de música Grupo Reflexo.

Transporte

A sede de Presidente Juscelino fica a 90,09 km da cidade de São Luís, ligando-se pelas rodovias BR 135 e BR 402. Percorrendo esta rota, há ônibus diariamente da empresa Cisne Branco, microônibus e vans.

Com o município de Cachoeira Grande a comunicação é realizada através de navegação fluvial (Figura 52), assim como a zona rural que também pode-se chegar de moto, mototáxis e outros. Na sede do município a população utiliza-se principalmente de motocicletas.

Figura 52 - Travessia no entre Cachoeira Grande e Presidente Juscelino - 2010



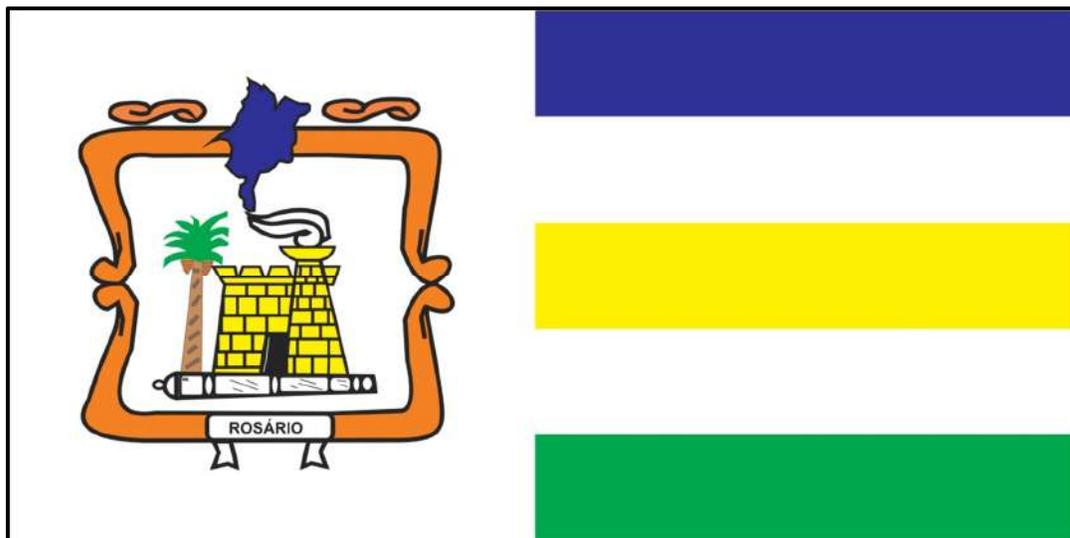
Fonte: IMESC

2.7 Rosário

Símbolos Municipais



Brasão



Bandeira

Hino

Rosário, terra adorada
Que a Virgem veio abençoar.
Rosário, terra querida,
Teu passado nos anima a lutar.

Por tua causa que merece,
Nossa ajuda integral.
Haveremos de lutar até o final.

Por tua causa,
Lutaremos, lutaremos
Até o final.

Letra e música: Hilton Martins Mendes

Localização

O município Rosário está localizado na planície fluvial do Baixo Itapecuru na Mesorregião Norte Maranhense - Microrregião Geográfica de Rosário.

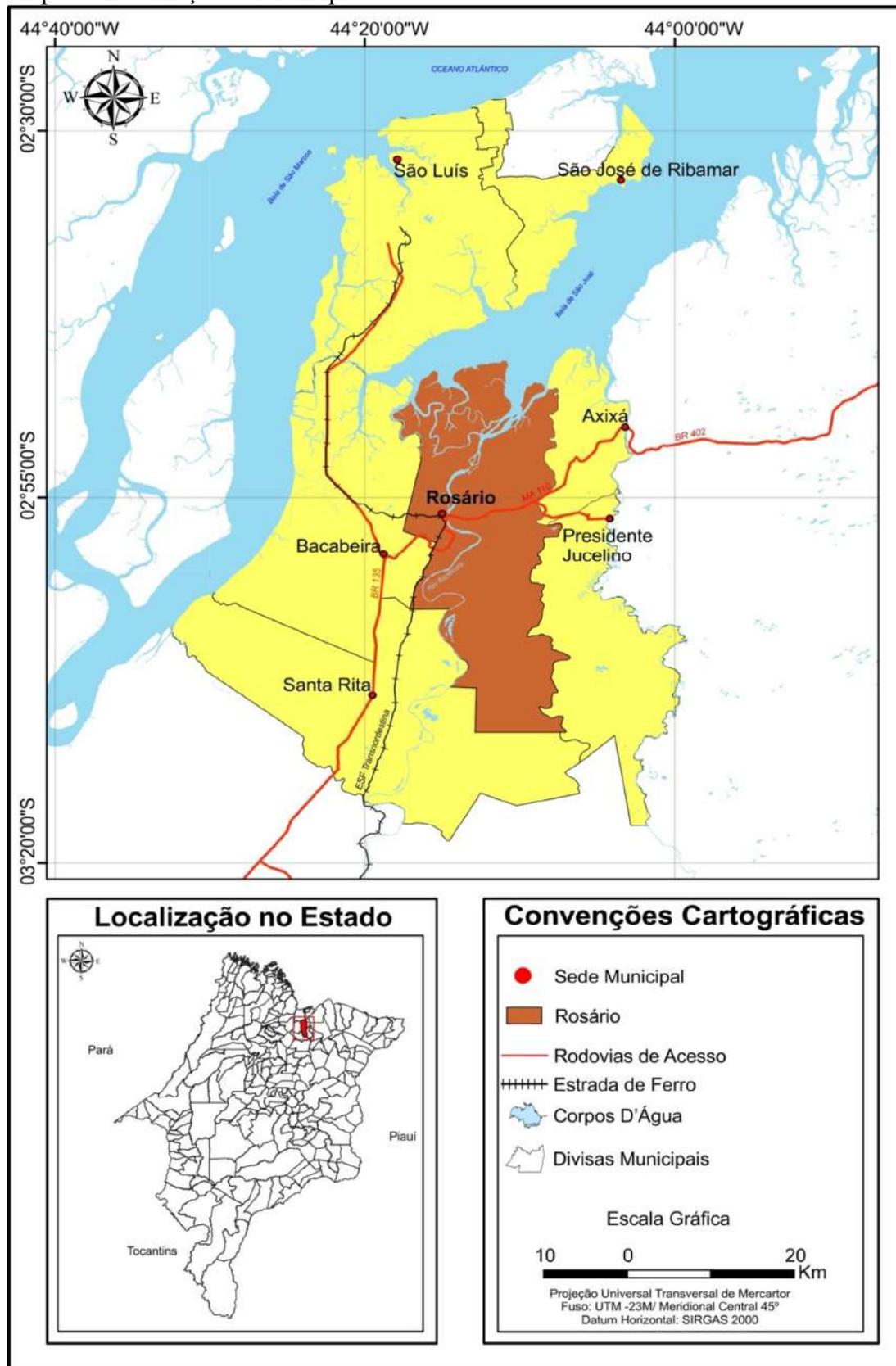
Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte São Luís, ao Oeste Bacabeira e Santa Rita, ao Sul Santa Rita e ao Leste Axixá e Presidente Juscelino (Mapa 8).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 02°43'49" de latitude e -44°09'47" de longitude; Oeste -44°18'20" de longitude e -02°49'25" de latitude; Sul -03°11'01" de latitude e -44°12'52" de longitude e Leste -44°06'43" de longitude e -03°05'54" de latitude.

Extensão

O município possui 685,036 km² correspondendo 0,21% do território do Maranhão, situa-se em 142º no *ranking* de extensão no Estado. Na Mesorregião Norte Maranhense ocupa a 36ª posição, representando 1,30% e na Microrregião Geográfica de Rosário a 5ª posição com 10,65%.

Mapa 8 - Localização do Município



Fonte: IBGE; IMESC, 2013

Ao ser criado pela Lei Provincial Nº 7 de 29/04/1831 desmembrando-se do município de Itapecuru-Mirim, Rosário tinha 3.018,139 km², dos quais 1.011,129 foram cedidos para criação de Anajatuba (Decreto Lei Nº 9/09/1935), pela Lei Nº 2.159 de 2/12/1961, cedeu 706,385 km² para a criação de Santa Rita e em 1994, a Lei Nº 6.187 de 10/11/1994 determinou que 615,589 km² de Rosário fossem diminuídas para fazer parte do município Bacabeira, ficando atualmente com 685,036 km².

Parte de seu território político, ao Norte é insular, representado por inúmeras ilhas como a do Ivar, Mãe d'Água, além de outras.

Processo de Ocupação

A gênese do atual município Rosário remonta a uma pequena povoação, outrora denominada de Itapecuru-Grande, na margem esquerda do Rio Itapecuru, onde havia uma igreja construída em devoção a Nossa Senhora do Rosário, que servia de freguesia aos moradores e aos soldados da fortaleza do referido rio. Em 1777, atendendo à solicitação do governador da província, o Rei de Portugal determinou a concessão de cômputo (espécie de pensão dada aos clérigos da época) ao vigário dessa freguesia, o que favoreceu a exploração da mesma.

Em 04 de outubro de 1802, o procurador da Câmara Provincial, Francisco João da Serra Freire, escreveu sobre as características observadas na freguesia. Entre suas informações encontram-se as seguintes: que o arraial do Itapecuru-Mirim nesse tempo tinha 28 fogos e uma capela pública; que o lugar da freguesia velha (Rosário) era também arraial com 79 fogos; que o lugar de São Miguel era povoação de índios com o seu privativo vigário, cujos indivíduos não eram incluídos no mapa geral da população; que a extensão de toda a freguesia do Rosário compreendia 196 fazendas, 226 sítios, 333 agricultores, 27 negociantes, 52 artífices, além dos indivíduos brancos e fôrros de ambos os sexos; de mais fica 12.174 almas (IBGE, 1959, p.303).

O procurador caracterizou duas freguesias: a freguesia nova (Itapecuru-Mirim) que dispunha de 19 léguas, compreendendo 79 fazendas, 63 sítios, 5.449 indivíduos, 142 proprietários, 71 mulheres destes, 235 crianças filhos dos mesmos, 2 capelães, 48 feitores, 7 jornaleiros e 4.944 escravos de ambos os sexos e a freguesia velha (Rosário) com 9 léguas de extensão, 157 fazendas e 6.725 habitantes.

Em 26 de março de 1866, depois de uma forte chuva no dia anterior, caiu a igreja matriz da vila de Rosário que já ameaçava ruir, considerada uma das maiores de toda a província. No primeiro dia de junho de 1868, o Publicador Maranhense, folha oficial do Estado, deu uma notícia agradável a toda população.

“O Sr. Dr. Mathias Antonio da Fonseca Morato, juiz de direito de Rosário, que tão desvelado se mostra pelos melhoramentos morais e materiais de sua comarca, trouxe o conhecimento do Exmo. Sr. Dr. Jansen Ferreira que, tendo desabado a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição na vila do Rosário [...] promoveu ano passado, ajudado por outros cidadãos, alguns leilões em benefício da construção de um novo templo [...] sendo, porém esta quantia insuficiente para a mesma obra pediu a S. Ex.^a que nomeasse uma comissão para encarregar-se da edificação do referido templo [...] sua excelência reconhecendo a necessidade de ser quanto antes atendido o pedido a bem de sustentação da fê católica [...] resolvi nomear uma comissão composta por Vossa Mercê como presidente [...] para encarregar-se dessa obra, segundo plano e orçamento, que oportunamente lhe será remetido, recebendo as quantias que para eles forem destinadas” (IBGE, 1959, p. 303).

Essas providências foram fundamentais para que, em 25 de julho de 1868, fosse assentada a primeira pedra para reedificação da igreja matriz pelo Exmo. Senhor Bispo D. Luiz da Conceição Saraiva, acompanhado pelo Exmo. Sr. M. A. da Fonseca Morato, chefe interino da polícia, além de um grande número de cidadãos que participaram da festividade.

Em fevereiro de 1871, a comissão oficializou ao então presidente da província, Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro, a reconstrução da igreja matriz. O referido presidente comunicou o fato à sua excelência reverendíssima para os fins convenientes, sendo a igreja benzida em 28 de maio do referido ano.

A navegabilidade pelo Rio Itapecuru, pela baía de São José, e desta pela baía de São Marcos via estreito dos Mosquitos, foi decisiva para que fosse iniciada a ocupação do baixo vale do Itapecuru. O solo fértil e especialmente, a recomendação da Coroa Portuguesa para que se desenvolvesse a agricultura canavieira, contribuíram para que dois engenhos de produção de açúcar ali se instalassem, enquanto a vegetação nativa era devastada para o plantio dos canaviais.

Os holandeses ao ocuparem o Maranhão, sabedores da facilidade da produção de açúcar, exploraram o vale do Itapecuru, instalando-se nas áreas onde está hoje o município de Rosário e construíram ali mais cinco engenhos que prosperaram no curto espaço dos três anos, período em que permaneceram no Maranhão.

A Província do Maranhão possuía, então, 36 municípios, com 8 cidades, 28 vilas e 53 freguesias eclesiásticas. Rosário, incluída na categoria de vila, era a mais populosa da província, após a capital e a cidade de Caxias, que contava com 20.000 habitantes. Em 1866,

segundo Belarmino de Matos, Rosário tinha um teatro localizado à Rua do Sol, dirigido pela Sociedade Literária Ateneu Rosariense, com capacidade para 300 pessoas. Em 6 de abril de 1914, Rosário foi elevado à categoria de cidade pelo então governador Afonso Gíafenig de Mattos (IBGE, 1959).

A Lei N° 1.329 de 3 de janeiro de 1905, concedeu autorização ao governo federal para construir uma linha férrea que, partindo de São Luís, alcançasse Caxias, passando por Rosário, Itapecuru-Mirim, Coroatá e Codó.

A ferrovia foi inaugurada em 14 de março de 1921, contribuindo para a mudança na malha urbana de Rosário. A ocupação urbana desenvolveu-se no sentido da ferrovia, alongando-se paralela aos trilhos e depois em travessas entre os trilhos e o rio. Com a ferrovia (Figura 53), o município prosperou, surgindo nas proximidades núcleos rurais. A forte produção de algodão no período norteou a econômica de Rosário, transformando-o em um grande produtor e exportador desse produto, rivalizando com Codó e Caxias.

Figura 53 - Ferrovia próxima a Estação Ferroviária de Rosário - 2012



Fonte: IMESC

Com a queda do comércio exportador de algodão, a economia direcionou-se para a exploração de babaçu e arroz, colaborando para que áreas rurais de Rosário prosperassem, dando origem a outros municípios.

A prosperidade do município, no entanto sofreu dois impactos econômicos: o primeiro foi com a construção da BR 135 que passou distante da sede municipal isolando-a

temporariamente e, posteriormente, através da construção da MA 402. As rodovias criaram um anel na área rural de Rosário e começou a surgir um novo aglomerado, a atual Bacabeira.

Fatos Históricos

Distrito criado com a denominação de Rosário, pela Provisão Régia de 25 de setembro de 1801, subordinado ao município de Itapecuru-Mirim.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Rosário, pela resolução de 19/04/1833, confirmada pela Lei Provincial N°7, de 29/04/1835.

Pela Lei Provincial N° 13, de 08/05/1835, foi criado o distrito de São Miguel e anexado ao município de Rosário.

Em divisão administrativa de 1911, o município aparece constituído de 3 distritos: Rosário, Mocambo e São Miguel.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Rosário, pela Lei Estadual N° 654, de 06/04/1915.

Pelo Decreto Lei N° 539, de 16/12/1933, o município de Rosário adquiriu o extinto município de Anajatuba.

Em divisão administrativa de 1933, o município aparece constituído de 2 distritos: Rosário e Anajatuba, não figurando os distritos de Mocambo e São Miguel.

O Decreto Estadual N° 870, de 05/07/1935, desmembrou do município Rosário o distrito Anajatuba, elevando-o à categoria de município (IBGE, 1959).

Ambiente Físico

No embasamento geológico do município identificam-se três formações: Itapecuru, Aluviões Marinhos e Complexo Cristalino.

A formação Itapecuru é constituída, por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal. Na porção Nordeste, próximo ao litoral, identificam-se os Aluviões Marinhos, cujos depósitos recentes são constituídos por cascalho, areias e argilas inconsolidadas. O Complexo Cristalino aflora em pequenas faixas isoladas ao Norte do município. O baixo Itapecuru é constituído por rochas metamórficas, predominando os migmatitos, gnaisses, anfibolitos, granitos (Figura 54), calcário cristalinos, localmente marmorizados. Sua idade é superior a 2.000 milhões de anos (UEMA, 2002).

Figura 54 - Afloramento de granito - 2010



Fonte: SILVA, 2010

De acordo com a UEMA (2002), identificam-se em Rosário duas formações geomorfológicas: Superfície Maranhense com Testemunhos e Golfão Maranhense. A primeira corresponde a áreas aplainadas, em parte por testemunhos tabulares da superfície cimeira, espacializando-se na porção centro Sul do município. O Golfão Maranhense é uma área resultante do intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário antigo, posteriormente colmatada, originando uma paisagem de planícies aluviais, ilhas, lagoas e rios divagantes, principalmente ao Norte do município.

Os solos são formados pelos plintossolos, possuindo restrições à percolação d'água, imperfeitamente drenados; possui uma textura arenosa ou média a muito argilosa, tendo coloração escurecida pela matéria orgânica; em geral ocupam áreas de relevo predominantemente plano ou suavemente ondulado; plintossolos concrecionários; argissolo vermelho amarelo concrecionário, inclui solos profundos a moderadamente profundos, em geral, bem drenados e porosos, com perfis bem diferenciados e horizontes de acumulação de argila, além da presença de nódulos ferruginosos em sua composição; solos indiscriminados de mangue, caracterizados pela presença de solos mal drenados, com teor elevado de sais minerais provenientes da água do mar e de compostos de enxofre, com textura variando desde argilosa até arenosa, encontrados nas porções Norte do município, e latossolo amarelo,

caracterizado por ser profundo, bem drenado de textura variando de média a argilosa, ácidos a muito ácidos, porosos e friáveis (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido, com dois períodos definidos: chuvoso de janeiro a junho e estiagem de julho a dezembro, com índice pluviométrico anual entre 1.600 a 2.400 mm, e temperatura média anual superior a 27° C, com umidade relativa do ar anual superior a 82%.

O domínio morfoclimático do município favorece a formação de uma vegetação diversificada, associada com pastagens e mata aberta com presença de babaçu. Nas áreas do estuário, o mangue é a principal vegetação, ocupando a linha costeira das desembocaduras dos rios, além de mata ciliar (UEMA, 2002).

O município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Itapecuru, sendo seu território atravessado pelo mesmo no seu baixo curso, desaguando na baía de São José. Além desse, apresenta na rede hidrográfica os Riachos da Volta, Olho d'Água, Rosarinho, Ferrugem, Seco, Taquari, do Meio e Piranji, além da lagoa Grande.

Rosário tem seu território inserido na APA – Upaon-Açú/Miritiba/Alto Preguiça.

Espaço Urbano

Embora não se caracterize como uma cidade polo, a cidade de Rosário é uma das mais antigas do Baixo Vale do Itapecuru (Figura 55). Ambientalizada inicialmente a margem esquerda do Rio Itapecuru, sua expansão urbana não se desenvolveu, a exemplo da grande maioria das cidades ribeirinhas do Maranhão, para a margem oposta, aquela que chamamos de Trizidela, ocasionado por fatores ligados à geomorfologia do solo, principalmente por ser terreno de aluvião para onde o rio transbordava antigamente quando ocorriam as grandes chuvas, esse espaço foi ocupado por um tipo de cultura da vazante, onde vicejam hortaliças e bananeiras.

Figura 55 - Vista aérea da cidade de Rosário - 2009



Fonte: RCANTANHEDY, 2009

Pela sua proximidade com São Luís e por ter como fator delimitador da expansão urbana o Campo de Perizes, a cidade foi inicialmente alongando-se à margem do Rio Itapecuru. Essa margem por ser abrupta impedia que as residências ficassem voltadas para o referido rio; em contrapartida, referida área com a frente reservada para os quintais, favoreceu o surgimento de inúmeros ancoradouros para as casas mais antigas.

A população foi atraída pela Ferrovia São Luís-Teresina (atualmente Ferrovia Transnordestina) e logicamente ocorreu a expansão urbana; aquela área tornou-se outra opção de desenvolvimento, uma vez que as residências passaram a acompanhar a referida ferrovia, cujas margens se transformavam numa longa avenida, com casas de ambos os lados e o trilho no meio, além das construções de apoio e da estação ferroviária. O crescimento de Rosário foi cada vez mais visível e a avenida foi partida por ruas paralelas, vias que atualmente, são na sua grande maioria pavimentadas (Figura 56) com paralelepípedo e pedras. Essas ruas são ladeadas por casas antigas e geminadas e sem recuo, e gradativamente vão perdendo a característica arquitetônica colonial.

Na Praça da Matriz (Figura 57) e adjacências estão alguns casarões coloniais (Figura 58). Não se observam construções novas e modernas, e sim casas de uma ou duas portas e várias janelas, seguindo o padrão arquitetônico da população menos favorecida da São Luís colonial.

Figura 56 - Rua pavimentada em Rosário - 2012



Fonte: IMESC

Figura 57 - Praça da Matriz - 2012



Fonte: IMESC

Na época da construção da estrada de ferro, foram edificadas casas com janelas e portas estreitas, pouco arejadas e escuras que contrastavam com os casarões senhoriais e com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, encontrados na Praça Matriz. Com a construção da BR 135, foi construída também a MA 110 que liga Rosário a Bacabeira o que vem colaborando gradativamente com a expansão urbana que vem se redirecionando para a referida rodovia.

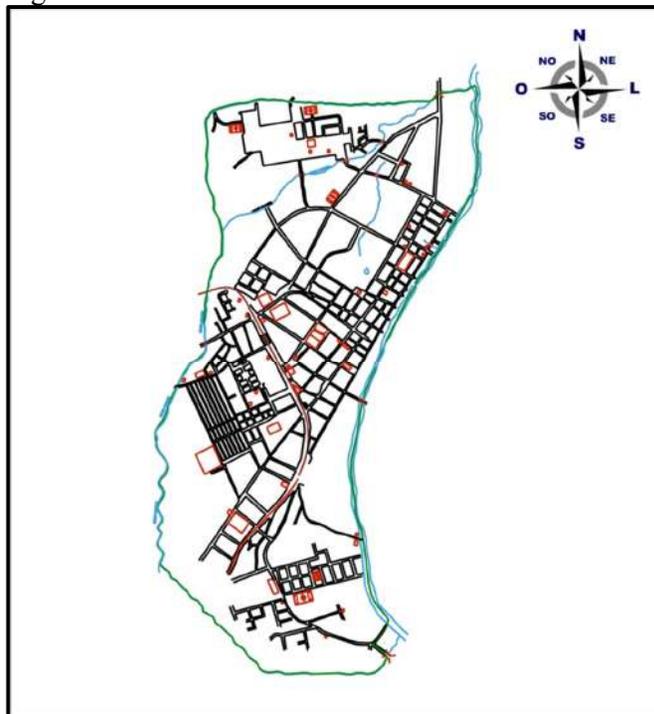
Figura 58 - Casas em estilo colonial - 2012



Fonte: IMESC

A área urbana (Figura 59) é de 10,21 km² correspondendo a 0,16% do município.

Figura 59 – Planta da cidade - 2007



Fonte: IBGE

O município possuía 6.495 casas de tijolo, 772 de taipa revestida, 2.309 de taipa não revestida e 68 de outros materiais (BRASIL, 2013).

Espaço Rural

O espaço rural do município é formado por localidades distribuídas em sítios e povoados (BRASIL, 2011), e comunidades remanescentes de quilombos e assentamentos.

Sítios: Alemanha, Alto Alegre, Alto da Pedra, Anajá, Axixá, Bacabeira, Bacuri, Barreira, Boa Hora, Bom Jardim, Brejo, Buenos Aires, Cachoeira, Caixa d'Água, Cajazal, Cajueiro, Cangembre, Carmo, Centrinho, Centro Alegre, Centro do Feitosa, Centro do Satiro, Centro do Silva, Centro Grande, Cerâmica, Cocal, Conceição, Carapau, Corte Branco, Curimatá de Baixo, Curimatá de Cima, Enfesado, Escondido, Filipa, Flecheira, Floresta, Fomento, Fome Grande, Furtim, Gameleira, Gavião, Grajaú, Guarimazal, Umaitá, Igarapé Grande, Ilha de Fogo, Japão, Jaqueira, Jenipapeiro, João Velho, Juçaral I, Juçaral II, Jurema, Lages, Lavadeira I, Lavadeira II, Mangueira, Marimba, Matinha, Mato Grosso, Miranda, Monte Alegre, Mutum, Nambicuim, Nazaré, Olho d'Água I, Olho d'Água II, Paissandu, Pataqueira, Piedade, Pequizeiro, Pirangi I, Ponte Grande, Prata, Quebra Vidro, Recanto, Recurso, Reforma, Retiro, Riacho Grande I, Riacho Grande II, Rosarinho, Salva Terra, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santa Maria, Santa Rita, Santo Antonio, São Benedito I, São Benedito II, São Pedro, Sapucáia, Sapucáia de Baixo, Sapucáia de Cima, Sítio do Meio, Sítio Velho, Suruacu, Taboca, Tamara, Tatu e Tingidor.

Povoados: Bom Tempo, Itaipu, Itamirim, Lentel, Nambu-Açu de Baixo, Nambu-Açu de Cima, Providência, São João do Rosário, São Miguel e São Simão.

Comunidades remanescentes de quilombos: Boa Vista, Miranda, Paissandu, Reforma e São Miguel, Humaitá de Cima, Igaráçu, Ipiranga, Sítio Velho, Manabuaçu, Manabuaçu de Baixo e Poranga.

Assentamentos: PA Bom Jesus III (Itaipu/ Bom Jesus), PA São João do Rosário (Santana), PA Tingidor (Tingidor/ Itaipu), PA Renascer, PE São Simão e PE Vidéo.

Utilização das Terras

O espaço rural do município tinha 16.004 hectares distribuídos em estabelecimentos agropecuários. Identifica-se na tabela 56 que, os estabelecimentos destinavam-se, principalmente, a agricultura temporária e permanente, sistemas agroflorestais e pastagens (naturais, plantadas degradadas e em boas condições). Destaca-se que, nos estabelecimentos podem ocorrer uma ou mais atividades ligadas à utilização das terras; desta forma, não se procedeu a uma análise quantitativa; entretanto, vale ressaltar que, parte dos

estabelecimentos está voltada para preservação ambiental como matas, florestas, sistemas agroflorestais e benfeitorias destinadas à aquicultura ou abastecimento do gado; neste caso, tanques, açudes, lagos, além das áreas consideradas inaproveitáveis.

Em relação aos 16.004 hectares utilizados, 79% destinavam-se à agricultura temporária, 6% as pastagens plantadas em boas condições, 4% as áreas plantadas com forrageiras, 2% para sistema agroflorestais, pastagem natural, agricultura permanente e matas ou florestas cada; 1% para pastagem plantada degradada e 2% para tanques, lagos, açudes e águas para a aquicultura, construções, benfeitorias ou caminhos, terras degradadas e terras inaproveitáveis para a agricultura e pecuária juntos (Tabela 56).

Tabela 56 – Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	149	380
Agricultura temporária	557	12.624
Área plantada com forrageiras	38	615
Pastagens naturais	29	283
Pastagens plantadas, degradadas	32	239
Pastagens plantadas em boas condições	65	986
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	32	170
Matas e/ou florestas (exclusive áreas de preservação permanentes - e as em sistema agroflorestais)	37	159
Sistemas agroflorestais	100	364
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	27	63
Construções, benfeitorias ou caminhos	46	30
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	4	21
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	18	70
Total	-	16.004

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Em 2006, Rosário possuía 839 estabelecimentos, dos quais 48% eram de proprietários, 28% de ocupantes, 17% de produtores sem área, 5% de assentados sem titulação definitiva e 2% distribuídos em arrendatários e parceiros. Os arrendamentos e

parcerias são realizados com os proprietários que passam assim a possuir 50% dos estabelecimentos (Tabela 57).

As áreas ocupadas pelos estabelecimentos somaram no referido ano, 16.009 hectares, desses, a maior parte se encontrava com assentados sem titulação definitiva (66%), seguidos pelos proprietários com 28% que somados aos 0,75% dos arrendatários e aos 0,05% dos parceiros eleva sua área para 29% dos hectares e o ocupante detinha 5% da área total (Tabela 57).

Tabela 57 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	401	4.429
Assentado sem titulação definitiva	40	10.611
Arrendatário	3	121
Parceiro	16	9
Ocupante	239	839
Produtor sem área	140	-
Total	839	16.009

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Demografia

Em 2010, o município possuía 39.576 habitantes, ocupando a 30ª posição no *ranking* populacional do Maranhão, representando 0,60% da população do Estado, com densidade demográfica de 57,77 hab/km². Na Mesorregião Norte Maranhense situava-se na 11ª posição, representando 1,52% e na Microrregião Geográfica de Rosário a 1ª posição com 24,54%. O IDHM do município no aludido ano totalizou 0,632, ocupando a 21ª posição no Estado (IPEA, 2013).

Comparando-se os censos demográficos 2000 e 2010, observa-se que a população de Rosário cresceu 18%, esse aumento se deu principalmente na população rural que cresceu 37% no período, ao passo que a urbana apenas 7%. Em relação ao gênero, observou-se um equilíbrio na taxa de crescimento com 18%.

Em 2000, a população do município era de 33.665 habitantes, sendo 50% feminina e masculina cada. A população urbana predominava no período com 65%, ao passo

que a rural correspondia a 35%. Em 2010, o percentual da população feminina e masculina foi à mesma, ao passo que a população urbana correspondeu a 59% e a rural 41% (Tabela 58).

Várias hipóteses levam a refletir sobre o crescimento da população rural. Dentre elas, a facilidade de ocupação às margens da rodovia na área rural que atrai a população, outra, é o surgimento de conjuntos habitacionais em áreas rurais próximo a área urbana.

Quanto à diminuição da população da área urbana, sabe-se que a cidade de Rosário é grande abastecedora de mão de obra não qualificada que, à procura de trabalho é cadastrada por grandes empresas, acompanhando-as.

Outro fator pode ser a super urbanização da área rural em função da futura construção da Refinaria Premium, em Bacabeira, fazendo com que famílias da área urbana de Rosário tenham migrado para a área rural do município, indo para próximo de Bacabeira.

Tabela 58 – Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	16.716	19.658
Feminina	16.949	19.918
Urbana	21.765	23.252
Rural	11.900	16.324
Absoluta	33.665	39.576

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Saúde

O município de Rosário possui três centros de saúde, um hospital, onze postos de saúde, uma unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia, uma unidade de vigilância em saúde e uma unidade mista, totalizando dezoito estabelecimentos de saúde (BRASIL, 2014). Apesar desses números, muitos pacientes são transferidos para hospitais de São Luís devido à ausência de equipamentos e/ou profissionais para o atendimento a casos mais graves. As transferências são realizadas, em geral, por ambulâncias da prefeitura.

Educação

Em 2012 foram realizadas 12.917 matrículas no município, sendo 7.441 na rede municipal, 4.159 na rede estadual e 1.317 nas escolas particulares (MARANHÃO, 2012).

A educação municipal possuía 55 escolas, sendo 38 na área rural e 17 na área urbana. Das 7.441 matrículas, 1.558 foram na educação infantil, 5.200 no ensino fundamental e 683 na EJA. Possuía 375 professores, destes, 50 tem magistério e os demais curso superior.

A rede estadual possuía dez escolas, três na área rural e sete na área urbana. Foram matriculados 4.159 alunos, sendo 1.939 no ensino fundamental, 2.027 no ensino médio e 193 na EJA. O corpo docente era de 173 professores, sendo seis com magistério e os demais com o ensino superior.

Na rede particular havia 12 escolas, seis na área urbana e seis na área rural, com 1.317 matrículas, sendo 904 na educação infantil e 413 no ensino fundamental. Para atender a esses alunos as escolas contavam com 63 professores, dos quais 28 possuem magistério, 12 o ensino médio e os demais o ensino superior.

Economia

Em 2010, o PIB foi de R\$ 145,549 milhões, situando-se na 42ª posição no *ranking* estadual correspondendo a 0,32%. O setor de serviços participou com R\$ 96,637 milhões, o industrial R\$ 23,903 milhões, o agropecuário R\$ 19,001 milhões e, R\$ 6,008 milhões foram da arrecadação de impostos (IMESC, 2012). Naquele aludido ano, o município Rosário situava-se na 46ª posição no IDM do Maranhão com o valor de 0,380 (IMESC, 2012).

A renda per capita do município, no ano mencionado, foi de R\$ 271,65 colocando-o em 46º no *ranking* estadual (IPEA, 2013).

A economia do município está ligada, principalmente, às atividades do setor primário e secundário.

Agricultura

As atividades agrícolas estão distribuídas em agricultura permanente e temporária, sendo esta a de maior representatividade. Na tabela 59 estão alocados os produtos de maior importância econômica no município.

Agricultura temporária

Ao analisar a produção da agricultura temporária entre 2006/2012, identifica-se que a área colhida cresceu 19%, a quantidade produzida 29% e o valor da produção 131%.

Em todos os itens analisados, a mandioca mostrou-se como o produto mais importante; nesses seis anos estudados a sua área colhida e a do feijão aumentaram 23% cada uma, o milho 20%, o arroz 17%, a cana-de-açúcar manteve-se estável. Quanto à quantidade produzida, alguns produtos tiveram crescimento negativo: milho (-38%), arroz (-35%), e cana-de-açúcar (-15%), o feijão (+133%) e a mandioca (+74%) registraram expressiva elevação. No rendimento médio, exceto o feijão e a mandioca que aumentaram 90% e 42%, respectivamente, os demais diminuíram: milho (-49%), arroz (-44%), e cana-de-açúcar (-15%). A menor produtividade terminou influenciando no valor da produção, diminuindo o arroz em 19% e o milho em 17%; aumentaram a mandioca (+465%), a cana-de-açúcar (+361%) e o feijão (+85%). O abacaxi, não foi analisado, pois foi informada apenas a produção em 2006.

Em 2006, dos 3.615 hectares colhidos, o abacaxi e a cana-de-açúcar participaram cada um com 1%, o arroz com 27%, o feijão com 6%, a mandioca com 35% e o milho com 30%. Na produção de 11.227 toneladas (exceto o abacaxi que é dado em mil frutos) o arroz colaborou com 9%, a cana-de-açúcar com 11%, a mandioca com 67%, o milho com 12% e o feijão com 1%. O rendimento médio pode ser observado na tabela 59. Quanto ao valor da produção dos R\$ 2,559 milhões, o abacaxi contribuiu com 20%, o arroz com 17%, a cana-de-açúcar e o feijão com 3% cada, a mandioca com 31% e o milho com 26% (Tabela 59).

Em 2012 não foi informada produção de abacaxi. A área colhida foi de 4.300 hectares: o arroz contribuiu com 27%, a cana-de-açúcar 1%, o feijão 6%, a mandioca 36% e o milho 30%. Em produção, das 15.799 toneladas, o arroz representou 4%, a cana-de-açúcar 7%, o milho 5%, o feijão 1% e a mandioca 83%. O rendimento médio pode ser observado na tabela 59. No valor da produção, dos R\$ 5,920 milhões, o arroz contribuiu com 6%, a cana-de-açúcar 7%, o feijão 3%, a mandioca 75% e o milho 9% (Tabela 59).

Tabela 59 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção na agricultura temporária – 2006 - 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Abacaxi*	48	-	999	-	20.812	-	500	-
Arroz	980	1.150	1.058	690	1.079	600	444	359
Cana-de-açúcar	30	30	1.260	1.068	42.000	35.600	88	406
Feijão	227	280	48	112	211	400	86	159
Mandioca	1.250	1.540	7.500	13.090	6.000	8.500	788	4.451
Milho	1.080	1.300	1.361	839	1.260	645	653	545
Total	3.615	4.300	-	15.799	-	-	2.559	5.920

Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal

*Mil Frutos

Horticultura

Em 2006, conforme últimos dados informados, o município cultivou os produtos listados na tabela 60, cuja quantidade produzida foi de 221 toneladas, assim distribuídas: quiabo 42%, maxixe 23%, pimentão 9%, alface 8%, milho verde 6%, pepino 5 %, coentro 4%, cebolinha e tomate 1% cada um, abobrinha e pimenta 1%. A quantidade vendida foi de 195 toneladas, com as seguintes contribuições: quiabo 45%, maxixe 23%, alface 8%, pimentão 8%, abobrinha, pepino 3%, cebolinha 2%, coentro e milho verde somaram 5%, pimenta e tomate 1% cada um (Tabela 60).

O valor da produção foi R\$ 902 mil, distribuídos em: quiabo 87%, alface e milho verde 4% cada, maxixe 3%, pepino, coentro, abobrinha, pimenta e tomate, cebolinha e pimentão somaram 2% (Tabela 60).

Pelos dados verifica-se que a alface, maxixe, milho verde, pepino, pimentão e o quiabo apresentam diferenças entre a produção e a comercialização, cuja diferença pode estar ligada ao consumo da família e mesmo à perda, pois são produtos perecíveis. A particularidade se faz no caso do milho verde, que é consumido pelas famílias tanto cozido quanto assado e/ou é transformado em canjica e pamonha que, algumas vezes é comercializado.

Tabela 60 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura - 2006

Produto	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Abobrinha	1	1	1
Alface	17	16	36
Cebolinha	3	3	4
Coentro	9	9	11
Maxixe	51	44	24
Milho verde	13	10	33
Pepino	11	6	6
Pimenta	1	1	1
Pimentão	20	15	2
Quiabo	93	88	783
Tomate	2	2	1
Total	221	195	902

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

Na agricultura permanente três produtos são considerados de importância econômica: banana, laranja e coco-da-baía. A produção dos dois primeiros é avaliada em toneladas, enquanto o último em mil frutos.

Analisando os dados entre 2006 e 2012, todos os itens apresentaram crescimento negativo: área colhida 47%, quantidade produzida (exceto o coco-da-baía) 23% e valor da produção 24%. Nesse mesmo período a área colhida da banana diminuiu 23% e da laranja 25%; em quantidade produzida a banana diminuiu 24% e a laranja 22%; por outro lado, enquanto o rendimento médio da banana diminuiu 0,07%, o da laranja aumentou 4%. No que se refere ao valor da produção diminuíram: a banana 17% e a laranja 21%. O coco-da-baía não foi analisado, pois só há informação em 2006.

Em 2006, dos 147 hectares colhidos a banana ocupou 67%, o coco-da-baía 31% e a laranja 2%. Em quantidade produzida, das 873 toneladas (exceto o coco-da-baía) a banana participou com 97% e a laranja com 3%; o rendimento médio pode ser observado na tabela 61; do valor total da produção de R\$ 574 mil, a banana colaborou com 89%, o coco-da-baía com 9% e a laranja com 2% (Tabela 61).

Em 2012, dos 78 hectares colhidos a banana ficou com 96% e a laranja com 4%; das 668 toneladas produzidas, a banana participou com 97% e a laranja com 3%; o rendimento médio pode ser observado na tabela 61; do valor total da produção de R\$ 434 mil, os percentuais foram os mesmos da produção (Tabela 61).

A análise evidencia o declínio da agricultura permanente. Essa situação poderia ser corrigida se fossem criadas políticas públicas, principalmente na orientação técnica e na inclusão de outros cultivares que são fartos nos quintais.

Tabela 61 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente – 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Banana	98	75	850	650	8.673	8.667	510	423
Coco-da-baía*	45	-	100	-	2.222	-	50	-
Laranja	4	3	23	18	5.750	6.000	14	11
Total	147	78	-	668	-	-	574	434

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

*Mil frutos

Pecuária

A pecuária do município é extensiva, semi-intensiva e em menor quantidade intensiva. Os principais rebanhos são as aves, o suíno e bovino.

Entre 2006 e 2012, o rebanho aumentou 8%, influenciado pela expansão de 36% de bovino, de 8% do suíno e aves cada um. Por outro lado, registrou-se queda nos rebanhos: asinino (-46%), muar (-39%), equino (-16%) e caprino (-16%). Os três primeiros que tiveram crescimento negativo são animais que, em período passado foram participativos no transporte de pessoas e da produção rural, mas que gradativamente vêm perdendo importância em virtude do avanço do transporte motorizado, daí o desestímulo na sua criação.

O caprino só recentemente vem tentando adquirir espaço no mercado de alimentos e que, por problemas culturais e pela disponibilidade da carne bovina é pouco comercializado.

Em 2006, do total de 69.237 cabeças, o bovino participou com 3%, o caprino e o asinino com 1% cada, o suíno com 7%, as aves com 88%, o equino 0,42% e o muar 0,11%. Em 2012, o rebanho totalizou 75.092 cabeças, das quais 4% eram bovino, 7% suíno, 87% aves, equino, bubalino, asinino, muar, caprino e ovino 2% juntos (Tabela 62).

Tabela 62 - Efetivo dos rebanhos – 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Numero de cabeças (Unidades)	Numero de cabeças (Unidades)
Bovino	2.260	3.082
Equino	295	249
Bubalino	-	6
Asinino	560	305
Muar	82	50
Suíno	4.850	5.226
Caprino	420	352
Ovino	-	338
Aves	60.770	65.484
Total	69.237	75.092

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária municipal

A produção de origem animal foi de 217 mil litros de leite e 48 mil dúzias de ovos de galinha que resultaram em R\$ 669 mil, sendo R\$ 482 mil da produção de leite e R\$ 187 mil de ovos de galinha (IBGE, 2011).

Extrativismo

Em 2012 foram produzidas 143 toneladas de produtos extrativos, sendo 48% de amêndoa de babaçu, 44% de juçara e 8% de carvão vegetal, além de 76.150 m³ de lenha. A produção extrativa vegetal rendeu R\$ 2.024 milhões, dos quais foram 90% de lenha, 6% de juçara, 3% de amêndoa de babaçu e 1% de carvão vegetal (Tabela 63).

O extrativismo mineral destaca-se pela exploração de rochas graníticas (Figura 60) que abastecem grande parte do Estado na aplicação de pavimentação de ruas e outras atividades.

Tabela 63 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal – 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros Cúbicos	
Juçara	63	-	120
Carvão vegetal	12	-	8
Lenha	-	76.150	1.828
Amêndoa de babaçu	68	-	68
Total	143	76.150	2.024

Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e da Silvicultura

Figura 60 - Extração de granito no município - 2010



Fonte: SILVA, 2010

Indústria

As indústrias encontradas no município são as de fabricação de tijolos e telhas (Figura 61) que utilizam argila para sua fabricação, o beneficiamento da mandioca, padarias, pré-moldados, móveis, química, utensílios domésticos e decoração de cerâmica.

Figura 61 - Indústria de fabricação de tijolos e telhas (Olaria) – 2012



Fonte: IMESC

No município há ainda seis pedreiras que beneficiam as rochas do embasamento cristalino que afloram, principalmente, ao longo do baixo curso do Rio Itapecuru e são utilizadas na fabricação de brita (00, 01, 02, 03 e pó fino e grosso), que são utilizadas para conservação da Estrada de Ferro Carajás e para obras de engenharia civil de toda a região, e produção de paralelepípedos que são usados nos revestimentos de ruas. Há inúmeras olarias que fabricam semiartesanalmente utensílios domésticos como potes, filtros, jarros, além de outros exportados para vários municípios do Estado.

Pesca

A atividade pesqueira é realizada no Rio Itapecuru e destina-se, em geral, à subsistência. Nessa prática, utilizam-se de pequenas embarcações (Figura 62) e técnicas tradicionais. Ressalta-se que a inexistência de dados estatísticos oficiais sobre essa atividade impossibilita uma análise do setor.

As espécies de peixes mais comuns são: surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), curimatá (*Prochilodus ssp*), piauí (*Leporinus obtusidens*), pescada (*Cynoscion*) e outros.

Figura 62 – Embarcações a margem do Rio Itapecuru em Rosário - 2012



Fonte: IMESC

Comércio

O comércio, varejista e atacadista é praticado em quitandas, supermercados, feiras e mercados, sendo o abastecimento realizado por transportadoras de São Luís e vários Estados.

Turismo

Como atrações turísticas destacam-se as festas de Nossa Senhora do Rosário padroeira do município, São Simão, São Miguel e do Divino Espírito Santo. No pós-carnaval a Festa da Micarroça (na 4ª feira de cinzas) atrai grande fluxo populacional, e caracteriza-se por um desfile de todas as carroças da cidade, as quais saem ornamentadas e acompanhadas com música e desfile de jovens. Ao final do desfile é escolhida a rainha da festa.

Outra atração turística são as ruínas do antigo Forte de Vera Cruz ou do Calvário (Figura 63), que fica, aproximadamente, a 8 km da sede municipal na foz do Rio Itapecuru, local onde foram travados combates entre portugueses e franceses, em 1613. O forte foi

equipado pelos portugueses, tendo sido tomado pelos holandeses em 1641. No ano seguinte, os portugueses, emboscados na “Pedra da Paciência,” conseguiram retomá-lo. O forte foi reedificado em 1682, no governo de Francisco Sá de Menezes. Para visitá-lo, é necessário tomar pequenas embarcações e seguir pelo Rio Itapecuru até a margem esquerda ou então de carro. O local é conhecido pelos navegadores do município que transportam diariamente curiosos ou então de carro saindo da sede do município.

Figura 63 - Forte do Calvário - 2012



Fonte: IMESC

A festa do Pela-Porco no povoado de São Simão, é também uma atração turística que acontece no fim da festa de Nossa Senhora da Conceição. Os porcos e patos são transportados em redes e depois do cortejo, sacrificados para alimentar os participantes da festa. Além dessas atrações, tem-se o Rio Itapecuru (Figura 64) ainda navegável e aprazível nos passeios de barco, quando é possível vislumbrar suas águas turvas e calmas em meio a afloramentos de rochas graníticas e babaçuais, além de conhecer as fábricas de tijolos em sua margem. Para atender ao turista, o município conta com várias pousadas.

Figura 64 – Rio Itapecuru - 2012



Fonte: IMESC

Outro potencial turístico é a arquitetura colonial presente, principalmente, no Largo da Igreja Matriz e as ruínas da Estação Ferroviária (Figura 65), inaugurada em 1915. Essa está atualmente abandonada, contudo há um projeto de transformá-la em um Complexo Cultural formado por uma área de 14 mil metros quadrados, no qual: a estação servirá de sede do futuro Museu Artístico e Cultural de Rosário e abrigará a Secretaria Municipal de Cultura; o Galpão da Praça do Coqueiro sediará a Biblioteca Municipal (em dois andares); o outro galpão sediará um Cine-teatro/Auditório e um Centro de Exposição Cultural/Escolinha de Música; criação de calçamento em torno da estrada de ferro ligando os prédios com monumento ao bumba-meu-boi de orquestra, fonte, iluminação especial, espaço de lazer com equipamentos de ginástica ao ar livre e mini-parque ambiental no Bacurizeiro.

Resta lembrar o boi (do bumba-meu-boi) que flutua no Rio Itapecuru numa balsa, no qual as pessoas colocam dinheiro. Em junho de cada ano é recolhido para retirar os valores que servirão para ajudar na confecção de um novo boi. Após a festa, é novamente colocado ali até o próximo ano.

Não se deve esquecer a igreja do povoado São Miguel, construída por jesuítas, que contrasta pela sua arquitetura com a pobreza do povoado (Figura 66).

Figura 65 - Estação Ferroviária de Rosário - 2012



Fonte: IMESC

Figura 66 – Igreja de São Miguel – 2008



Fonte: TROVÃO, 2008

Poderes Judiciário e Legislativo

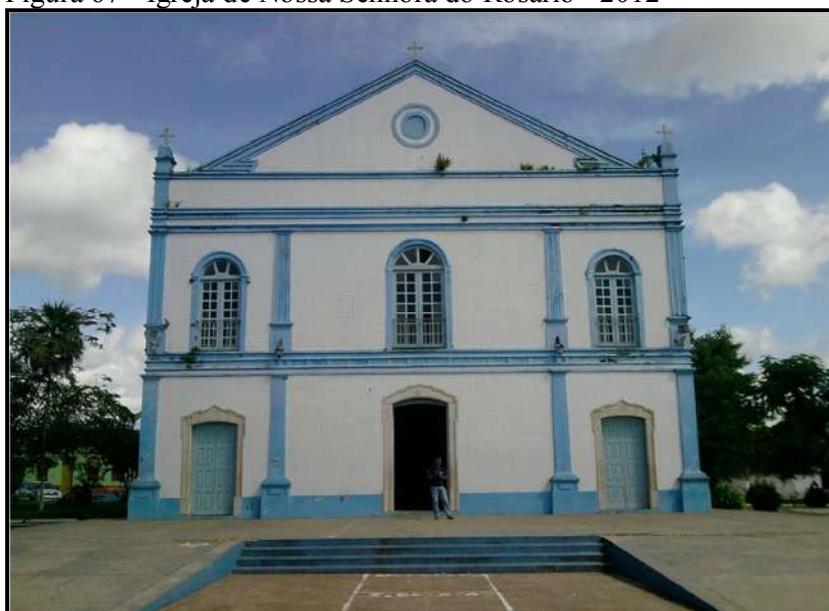
O município é comarca, possui um cartório, faz parte da 18ª zona eleitoral com 90 seções, 29.057 eleitores e treze vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

O município possui uma igreja matriz, dedicada a Nossa Senhora do Rosário (Figura 67), além de outros templos católicos bem antigos no meio rural, como os de São Miguel e São Simão e dezenas de capelas. Os principais festejos são: da padroeira, São Simão, São Miguel.

As práticas evangélicas são realizadas nas principais igrejas do município: Batista, Assembleia de Deus e Adventista, além de outras na zona rural. Os adeptos das religiões de origem africana realizam suas reuniões nos terreiros, situados no interior do município.

Figura 67 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - 2012



Fonte: IMESC

Em 2010, das 39.576 pessoas entrevistados pelo IBGE, 76% eram católicos, 17% evangélicos, 0,01% espíritas, 0,005% umbanda e candomblé, 1% outras religiões e 7% sem religião (Tabela 64).

Tabela 64 - Distribuição da população por religião - 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	29.944
Evangélicos	6.604
Espíritas	7
Umbanda e candomblé	2
Outras religiões	247
Sem religião	2.772
Total	39.576

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Infraestrutura

Os principais setores que compõem a infraestrutura do município são o de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

O abastecimento de água na cidade é feito pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Segundo informações obtidas no órgão mencionado em 2011, a distribuição da água era realizada por meio do Sistema Italuís que retira a água do Rio Itapecuru para abastecer esse município e cidades circunvizinhas.

Rosário não possui ainda esgotamento sanitário; as fossas sépticas são as mais utilizadas na área urbana; na área rural são mais rudimentares. De acordo com BRASIL (2012), Rosário possuía 6.934 fossas.

A coleta do lixo é realizada apenas na sede municipal, sendo o mesmo depositado em um lixão.

O fornecimento de energia elétrica é feito pela CEMAR, por meio da subestação de Rosário. De acordo com essa empresa existiam 9.956 consumidores, residencial 91%, comercial 7%, poder público e industrial 1% cada, rural, serviço público, iluminação pública e CEMAR 1% juntos. Do total de 21.958.325 KWh consumidos, 45% eram residenciais, 12% comercial, 26% industrial, 4% poder público, 5% serviço público, 6% iluminação pública, CEMAR e rural 2% juntos (Tabela 65).

Tabela 65 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe – 2010

Usuário	Número de Consumidores	Consumo em KWh
Residencial	9.066	9.954.954
Rural	28	104.551
Comercial	670	2.730.118
Industrial	61	5.740.517
Poder público	98	946.971
Serviço público	30	1.031.957
Iluminação pública	1	1.381.373
CEMAR	2	67.884
Total	9.956	21.958.325

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviço e Comunicação

O município possui duas agências bancárias sendo uma do Bradesco e outra do Banco do Brasil, casas lotéricas e correios, serviço de telefonia fixa e móvel, sendo a primeira de responsabilidade da operadora OI.

O município possuía 69 terminais acessíveis 24 horas e 88 telefones públicos (ANATEL, 2009).

Folclore e Lazer

As principais manifestações folclóricas são representadas pelo bumba-meu-boi sotaque de orquestra, tambor de crioula, tambor de mina, dança do lelê, quadrilha, dança portuguesa, cacuriá e nas datas cívicas comemorações como: Independência do Brasil e aniversário da cidade.

O futebol é uma das atividades de lazer bastante apreciadas pela juventude, praticada nos campos de várzea, estádio, além das quadras poliesportivas. Os clubes, lanchonetes, restaurantes e bares são locais destinados ao entretenimento da população e de visitantes.

Transporte

A sede municipal localiza-se a 69 km da cidade de São Luís comunicando-se pelas vias terrestres: BR 135 e BR 402. O transporte rodoviário é de responsabilidade da empresa Cisne Branco, além de outras. O transporte flúvio-marinho é feito através do Rio Itapecuru e da baía de São José, para a cidade de São José de Ribamar, áreas rurais deste município e de São Luís, como Quebra Pote, Guarapiranga e Arraial.

No deslocamento intermunicipal e na sede, a população rosariense utiliza-se de mototáxis, motos, carros e os populares paus de arara.

2. 8 Santa Rita

Símbolos Municipais⁷



Brasão

Na base do brasão tem-se a fâmula amarela com as inscrições do nome e data da emancipação política do município.

No módulo central, dividido em quatro segmentos observa-se: na parte superior direita, um quadro azul representando os recursos hídricos do município. Na parte superior esquerda, um quadro amarelo representando a farinha, o principal produto industrial agrícola de Santa Rita. Na parte inferior direita, um quadro vermelho, branco e preto, representando as cores do Estado do Maranhão. Na parte inferior esquerda, um quadrado verde representando os campos naturais e a vegetação municipal. Ainda no módulo central, encontra-se na posição horizontal uma corrente na cor cinza rompida por uma espada, representando a luta pela emancipação política, econômica e ecológica do município finalizado pela coroa a legitimidade do poder divisório da administração local.

⁷ Explicação da bandeira e do brasão, assim como do hino foram retirados da lei municipal de Santa Rita número 58 de 2002.

Na cobertura do brasão, encontra-se representado através dos ramos verdes, a principal atividade econômica rural, a cultura da mandioca.



Bandeira

O triângulo de cor azul simboliza o céu do município, com um pentágono no canto superior esquerdo, representando a liberdade; o trapézio nas cores vermelha, branca e preta, representam a miscigenação das raças (o povo europeu, indígena e africano); o retângulo de cor verde, representa os campos naturais que constituem 70% do ecossistema municipal.

Hino

I

Santa Rita cidade altaneira
De um povo de paz e hospitaleiro
Teu solo é fértil e muito amado
Pelo nome já nasceste abençoada

II

O Rio Itapecuru contribuiu
A estrada de ferro aqui surgiu
Entre vilas de operários e fazendas
Prosperou o povoado Carema

III

Teus relevos são planaltos e planícies
A floresta é tropical na região
Com orgulho apresenta o babaçu
Grande produto da sua vegetação

Refrão

Santa Rita, Santa Rita
Com orgulho te honrarei aonde eu for
Quando ouço pronunciar o teu nome
Meu coração fica repleto de amor

IV

Havia um porvir no primeiro decênio
O povo lutava pela sua independência
Trabalhando pelo progresso com união
Santa Rita conquistou sua emancipação

V

Na cultura tu és pioneira
A produzir uma farinha de primeira
Do bumba-boi as festas juninas
Da festa dos vaqueiros até as danças
Divinas

Refrão

Santa Rita, Santa Rita
Com orgulho te honrarei a onde eu for
Quando ouço pronunciar, o teu nome
Meu coração fica repleto de amor

Localização

Localizado no Baixo Itapecuru o município de Santa Rita faz parte da Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião Geográfica de Rosário, limitando-se com os seguintes municípios: Norte com Bacabeira; Oeste com Cajapió e Anajatuba; Sul com Itapecuru-Mirim e Leste com Itapecuru-Mirim, Rosário e Presidente Juscelino (Mapa 9).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 03°00'00" de latitude e -44°30'01" de longitude; Oeste -44°33'19" de longitude e -03°03'00" de latitude; Sul -03°17'33" de latitude e -44°25'47" de longitude e Leste -44°05'28" de longitude e -03°11'53" de latitude.

Extensão

Com 706,385 km², o município ocupa no Estado o 135º lugar em extensão, correspondendo a 0,21% do território estadual. Na Mesorregião Norte Maranhense está em 31º lugar com 1,34%, enquanto na Microrregião Geográfica de Rosário ocupa a 3ª posição com 10,98%.

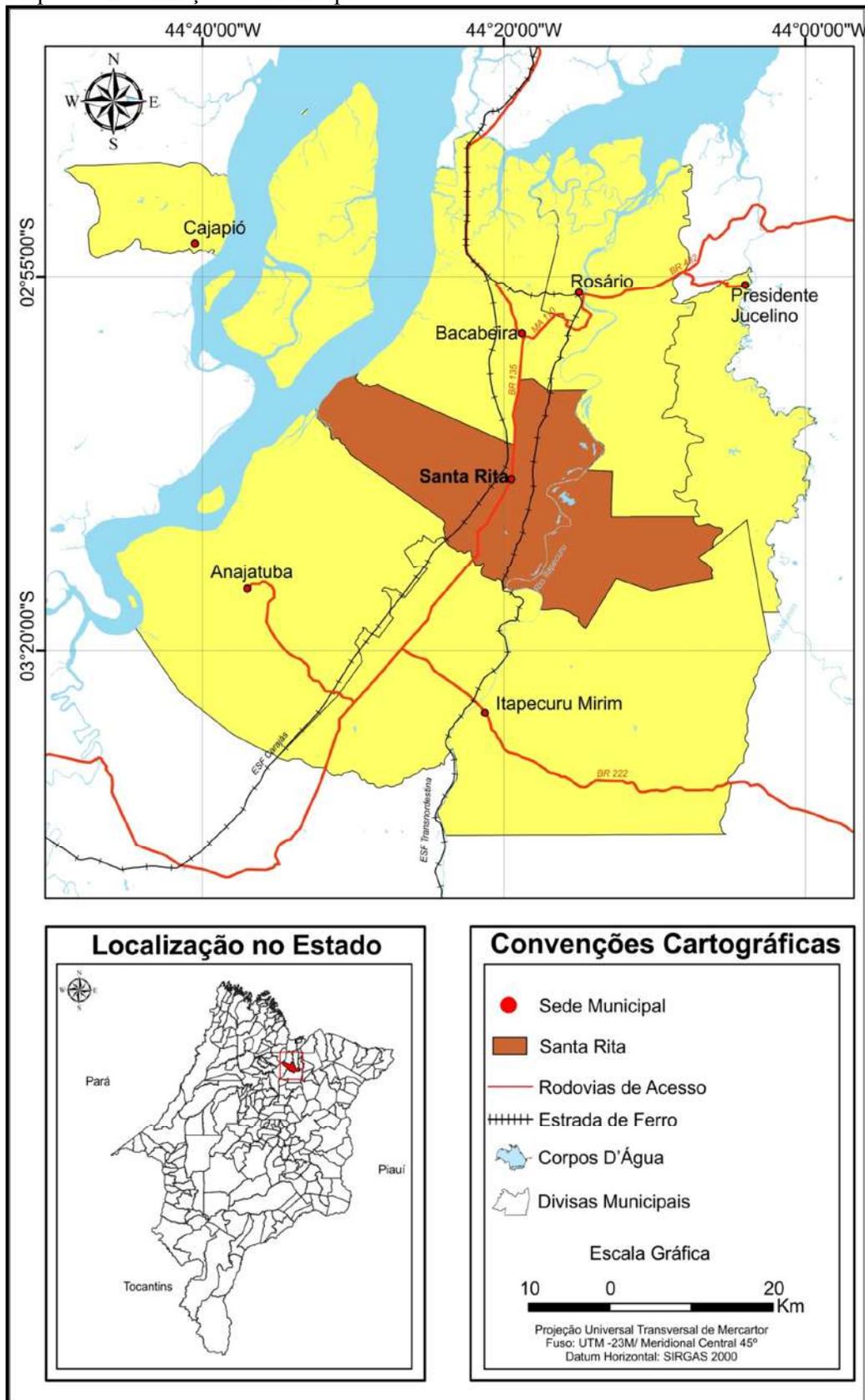
Processo de Ocupação⁸

O processo de ocupação de Santa Rita começou em 1890 quando o capitão da Guarda da Infantaria, Raimundo Henrique Viana de Carvalho para ali se mudou acompanhado de um irmão - Antonio Carvalho e família e de Atanásio Moraes Candido Carvalho e Artur Correa com suas respectivas famílias. Por ser devoto de Santa Rita, o Capitão Raimundo Henrique deu à localidade o nome de Santa Rita.

O povoado Santa Rita não era localizado numa área ribeirinha e tinha dificuldade de comunicação, o que inicialmente prejudicou seu desenvolvimento. Contudo, entre 1910 e 1930 foi construída a Estrada de Ferro São Luís/Teresina que, embora não passasse pelo povoado, facilitou a comunicação através da mesma. A construção da estrada de ferro entusiasmou vários moradores e, assim aconteceu à edificação das primeiras vilas de operários - Carema, Cajueiro e Recurso que ficavam mais próximas de Santa Rita.

⁸ Relatório de Impacto Ambiental da Refinaria Premium PETROBRÁS.

Mapa 9 – Localização do Município



Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

A construção da BR 021, atualmente BR 135, na década de 1940, atravessou o povoado Santa Rita e acelerou seu crescimento. O passo inicial foi à migração de novos moradores que foram para ali deslocados a fim de construir a estrada. À época, o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER) construiu no local uma residência para seus funcionários e, por necessitar de um significativo contingente de operários, inclusive de um engenheiro civil, colaborou na construção da igreja e de uma escola para a comunidade, além de dinamizar atividades socioculturais.

Esses melhoramentos não só colaboraram para que o povoado se expandisse como despertou nos seus habitantes o desejo de emancipação, galgada pela Lei N° 2.159, de 2 de dezembro de 1961, a qual promove o povoado para município com a denominação de Santa Rita, desmembrado do município Rosário.

Ambiente Físico

O embasamento geológico do município é composto por três formações: Aluviões flúvio-marinhos, Itapecuru e Complexo Cristalino. Este último tem idade superior a 2.000 milhões de anos é constituído por rochas metamórficas, predominando os migmatitos, gnaisses, anfíbolitos, granitos e calcários cristalinos, localmente marmorizados. Os depósitos aluvionais datam da época holocênica e são constituídos por cascalho, areia e argila inconsolidada. A Formação Itapecuru possui gênese no Cretáceo Inferior (entre 145,5 e 99,6 milhões de anos atrás) composta por arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal.

Geomorfologicamente o território municipal localiza-se em parte do Golfão Maranhense e na Superfície Maranhense com testemunhos. Esta equivale à área aplainada durante o ciclo Velhas com testemunhos tabulares da superfície de cimeira. Aquele, formou-se através do intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário antigo, posteriormente colmatado.

Encontra-se na superfície do município três tipos de solos: argissolo vermelho amarelo concrecionário, gleissolos e plintossolos sendo estes argilosos, com textura média do tipo hidromórfico decorrente da grande umidade da área. O primeiro são solos profundos a moderadamente profundos, raramente rasos, com textura variando de média a argilosa,

geralmente bem drenados e porosos. O segundo possui textura arenosa ou média, raramente argilosa com coloração escura (UEMA, 2002).

O clima é tropical úmido possuindo dois períodos o chuvoso de janeiro a junho e a estiagem de julho a dezembro com temperatura média anual superior a 27°C, umidade relativa variando entre 79% a superior de 82%, com pluviometria anual entre 1.600 mm e 2.000 mm (UEMA, 2002).

Predomina a vegetação secundária, especialmente a palmeira de babaçu, oriunda de sucessivos desmatamentos. Há também vegetação herbácea nos campos inundados, manguezais, além da mata ciliar.

O território municipal é banhado pelo Rio Itapecuru, que recebe no município os seguintes tributários: riachos: Carema, Ipiranga (com o afluente Quebra-Coco), Careminha, Criminoso (com o afluente Nambiquim) e Andirobal.

Parte do território municipal encontra-se na APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiça.

Espaço Urbano

A sede do município localiza-se em uma planície suavemente ondulada, com traçado urbano assemelhando-se a um retângulo, seccionado no sentido Norte/Sul pela rodovia BR 135, que ali recebe a denominação de Avenida Ivar Saldanha com 1,5 km de extensão (Figura 68), delimitada ao Leste pela Estrada de Ferro Carajás e ao Oeste pela Estrada Transnordestina.

Da avenida citada, partem vias perpendiculares sendo dez a Oeste, cortadas no sentido Norte/Sul por nove ruas; ao Leste da avenida saem seis ruas seccionadas por duas outras e duas avenidas, uma das quais vem até o limite da área urbana. O município conta com algumas praças (Figura 69).

Santa Rita tem 5.029 casas de tijolo, 546 de taipa revestida, 1.333 de taipa não revestida, 98 de madeira e oito de outros materiais (BRASIL, 2013).

Em 2013 a área urbana (Figura 70) era de 4,94 km², que corresponde a 0,69% do município.

Figura 68 - Vista parcial da Av. Ivar Saldanha – 2012



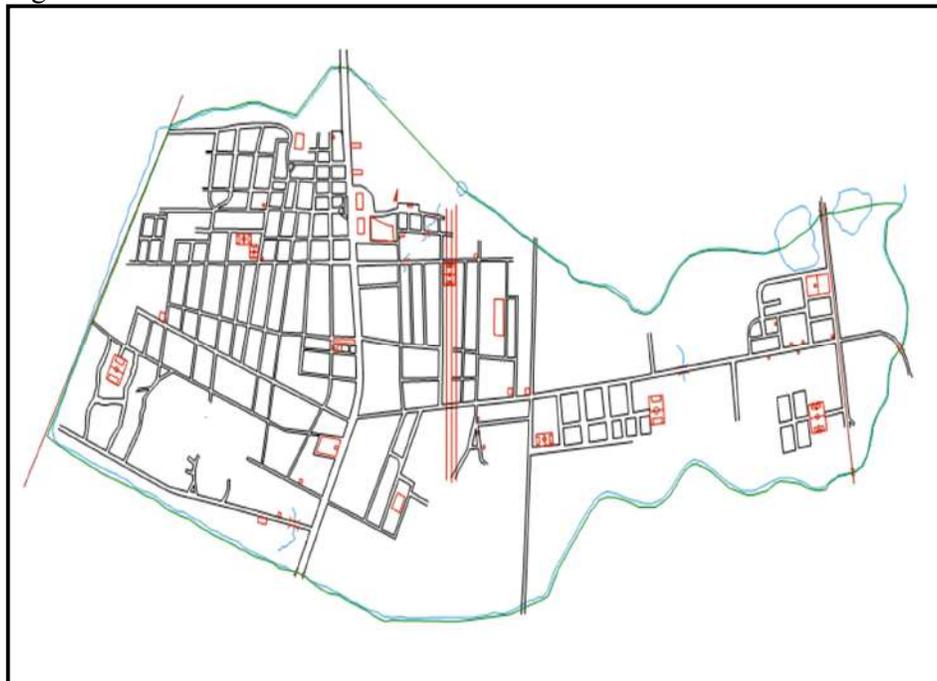
Fonte: IMESC

Figura 69 - Praça Carlos Macieira – 2012



Fonte: IMESC

Figura 70 - Planta da cidade - 2007



Fonte: IBGE

Espaço Rural

O espaço rural é formado por localidades distribuídas em povoados, sítios e fazendas (BRASIL, 2011), comunidades remanescentes de quilombos e assentamentos denominados a seguir.

Povoados: Areias, Cajueiro, Carema, Centrinho, Pedreiras, Recurso, Santa Rita do Vale, Santana e Trizidela.

Sítio: Abana Fogo, Água Azul, Alto de Pedra, Alto Sapocaial, Andirobal, Bambu, Barra do Carema, Barreira Funda, Birimbau, Boa Vista, Boca do Lago, Boca do Rumo, Bom Jardim, Cabeça da Rampa, Cachoeira, Cai Coco, Canindé da Damiana, Canta Galo, Careminha, Cariongo, Cariongo dos Pubas, Carneiro, Cedro, Centro da Paulina, Centro da Teodora, Centro dos Violas, Cigana, Cocal, Coco Alto, Companhia, Conceição I, Conceição II, Dunquerque I, Dunquerque II, Enfesado, Estrela, Fé em Deus, Fernandinho, Formiga, Ilha, Ilha das Pedras, Ilha das Pindovas, Ilha do Recreio, Ilha dos Porcos, Ilha Grande I, Ilha Grande II, Ilha Sumaúma, Ilha Tapuio, Ilha Três Irmãos, Ilhota, Jiquiri, João Mendes, Juçara, Juçaral, Ladeira, Lago, Mangueira, Mareno, Mariba, Mata dos Pires, Matinha, Miritiba, Mocambo, Mopel, Morada Nova, Muniz, Nova Vida, Novo Horizonte, Oiteiro dos Pires, Olho d'Água, Paciência, Papagaio, Peruaçu, Pequi, Piruaba, Ponta da Ilha, Ponta Grossa,

Porto Alegre, Porto da Viúva, Rua da Mata, Saco do Pinheiro, Saco Grande, Santa Bárbara, Santa Filomena, Santa Izabel, Santa Luzia I, Santa Luzia II, Santa Rosa do Bilo, Santa Rosa dos Guimarães, Santa Rosa dos Luquinhas, Santiago, Santo Antonio, São Benedito I, São Benedito II, São Bernardo, São João, São José I, São José II, São José III, São Manoel, São Raimundo I, São Raimundo II, Sapocaial, Sítio do Meio I, Sítio do Meio II, Sítio Novo, Tamborim, Teso da Porta, Timbotiba, Torrião, Vaca Morta, Veneza e Vila Nova.

Fazenda: Berlenga, Ilha das Pedras, Ilha do Frei João, Ilha do Mel, Malhada, Palmeiras, Pororoca, Santo Antonio dos Pires, São José e Vale Quem Tem.

Comunidades quilombolas: Alto da Pedra, Areias, Centro dos Violas, Cariongo, Ilha das Pedras, Jiquiri, Nossa Senhora da Conceição, Pedreiras, Povoado de Santa Luzia, Povoado de Pedreiras, Recurso, Santana, Santa Filomena, Santa Luzia, Santa Rita do Vale, São Raimundo, Sítio do Meio e Vila Fé em Deus.

Assentamentos: Novo Tempo, Santana e São Benedito.

Utilização das Terras

Na tabela 66 estão contidas informações relacionadas ao espaço rural municipal podendo-se observar as atividades no ano de 2006. Pelos números apresentados na referida tabela, sabe-se que a agricultura temporária e as áreas plantadas com forrageiras têm significativa importância por concentrarem grande parte dos estabelecimentos, entretanto a análise da distribuição dos percentuais é comprometida porque um estabelecimento pode se dedicar a mais de uma atividade. Ressalta-se, no entanto, a existência de outros estabelecimentos rurais voltados direta ou indiretamente para a pecuária com áreas plantadas com forrageiras, três tipos de pastagens, estabelecimentos que mantêm áreas de reserva como: matas e/ou florestas, atividades rurais direcionadas para tanques, açudes, lagos que podem ser para abastecimento do gado ou para a piscicultura, além de terras degradadas e inaproveitáveis para a agricultura.

No que diz respeito à área utilizada, pelas atividades (Tabela 66), dos 27.694 hectares, 42% eram ocupados por pastagens, sendo esse percentual distribuído em: 24% para as pastagens naturais, 13% estavam com as pastagens plantadas em boas condições e 4% pastagens plantadas em áreas degradadas. Outra atividade ligada à pecuária são as áreas plantadas com forrageiras que servem para a alimentação de animais, que ocuparam 8%. A agricultura ocupou 35% da área, estando 34% dos hectares com a temporária e 1% para a permanente. As áreas de reserva legal ocuparam 6%, os sistemas agroflorestais 2% e matas

e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente e as em sistema agroflorestais) 1%. As terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária que correspondem às áreas inadequadas para implantação de culturas, pastos e matas, tais como: encostas íngremes, pedreiras, pântanos e outras, obtiveram 5% dos hectares, enquanto que as demais atividades (Tabela 66) corresponderam a 1%.

Tabela 66 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a utilização das terras - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Agricultura permanente	56	148
Agricultura temporária	1.326	9.412
Área plantada com forrageiras	1.358	2151
Pastagem natural	115	6.677
Pastagem plantada degradada	15	1.107
Pastagem plantada em boa condição	58	3.774
Matas e/ou florestas (destinada a preservação permanente - reserva legal)	82	1.758
Matas e/ou florestas (exclusive área de preservação permanente - e as em sistema agroflorestais)	31	397
Sistemas agroflorestais	29	492
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	92	204
Construções, benfeitorias ou caminhos	116	169
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	5	21
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areias, pedreiras, etc.)	26	1384
Total	-	27.694

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Condição do Produtor

Quanto à condição do produtor, registrou-se em 2006, uma a área de 27.688 hectares, distribuídas em 1.514 estabelecimentos (Tabela 67). Estes estavam em sua maior parte com os ocupantes que detiveram 55%, seguidos pelos proprietários com 23%. Porém, esse percentual deve ser elevado para 35%, uma vez que o arrendatário tem 10% dos estabelecimentos e o parceiro 2%, uma vez que só se faz parceria ou arrendam-se terras com

quem tem a titulação, nesse caso o proprietário. Os assentados sem titulação definitiva detiveram 6% dos estabelecimentos, enquanto que produtor sem área estava com 4%.

Utilizando esse mesmo raciocínio para as áreas dos proprietários, os mesmos ocuparam 80% dos hectares, enquanto que os ocupantes e os assentados sem titulação definitiva estavam ambos com 10% das terras (Tabela 67).

Tabela 67 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo a condição do produtor - 2006

Tipo de produtor	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	350	19.850
Assentado sem titulação definitiva	81	2751
Arrendatário	153	1722
Parceiro	25	512
Ocupante	838	2853
Produtor sem área	67	-
Total	1.514	27.688

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Demografia

Em 2010, o município foi o 45º no *ranking* populacional maranhense com 32.366 habitantes, correspondendo a 0,49% da população estadual, com uma densidade demográfica de 45,82 hab/km². Na Mesorregião Norte ocupava a 15ª posição com 1,24% da população regional e na Microrregião Geográfica de Rosário estava no 2º lugar com 20,08% da população. Em 2010 o IDHM de 0,609, sendo o 44º do Estado (IPEA, 2013).

Entre os dois últimos censos (2000-2010) a população obteve um crescimento de 30%, ou seja, um aumento de 7.444 habitantes. Esse acréscimo processou-se principalmente na área urbana com 54% contra 14% do espaço rural; a população urbana em 2000 era 39% e a rural 61%. Em 2010 a população urbana foi 46% e a rural 54%, que embora tenha diminuído, continuou maior.

Em relação ao gênero, no primeiro censo predominou o masculino com 51% da população, enquanto o feminino equivaleu a 49%, praticamente equilibrada. Em 2010, ocorreu um equilíbrio, pois ambos os sexos obtiveram 50% dos habitantes. Este empate nos percentuais ocorreu devido às mulheres obterem maior taxa de crescimento no intervalo de 10 anos com 31% contra 29% dos homens (Tabela 68).

Quanto ao avanço da população urbana em detrimento da rural, dá-se à atração que aquela exerce pela infraestrutura e prestação de serviços públicos, principalmente saúde e educação.

Tabela 68 - Distribuição da população residente – 2000 e 2010

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	12.676	16.326
Feminina	12.246	16.040
Urbana	9.666	14.915
Rural	15.256	17.451
Absoluta	24.922	32.366

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Saúde

A referência de atendimento à saúde no município é a Unidade Mista Maria Helena Freire que possui 30 leitos no setor de internação, quatro leitos de emergência/urgência, distribuídos entre quatro enfermarias. Nesta unidade de saúde são realizadas consultas ambulatoriais, cirurgias de médio porte, exames laboratoriais, ultrassonografia, raio-X e endoscopia, além de distribuição de medicamentos através da Farmácia Básica.

Os atendimentos mais frequentes são: interinfecções, asma, hipertensão, diabetes e cardiopatias. A equipe de atendimento é composta por doze médicos, mesmo número de enfermeiros, aproximadamente 36 técnicos de enfermagem e dois auxiliares de enfermagem. A parte odontológica possui quatro dentistas.

Funciona no município o Programa ESF, com onze equipes que prestam serviço de atendimento em todo território municipal. Atuam neste programa onze médicos, mesmo quantitativo de enfermeiros, técnicos de enfermagem e dentistas.

Auxiliando no serviço da saúde há 88 agentes comunitários (40 na área urbana e 48 na rural), uma ambulância que em casos mais graves transfere os pacientes para São Luís. Possui também o Programa Sistema de Informação de Saúde (SIS) Pré-natal voltado para o acompanhamento das gestantes, além das campanhas de prevenção de DST's ao longo do ano, realizando palestras e distribuição de preservativos.

Educação

O número de alunos matriculados em 2012 foi de 11.484, cuja distribuição era: 1.591 no infantil, 5.858 no fundamental, 2.226 no médio, 143 no profissionalizante e 1.666 no EJA.

São de responsabilidade municipal 58 escolas (13 na área urbana e 45 na zona rural), voltadas para o ensino infantil, fundamental, profissionalizante e EJA. Para o atendimento aos alunos o município dispõe de 601 professores e 8.409 alunos matriculados.

O Estado mantém três escolas, todas com ensino fundamental e duas oferecendo o ensino médio, além de três anexos na zona rural e duas turmas do curso profissionalizante com parceria municipal. Há duas escolas com o programa EJA, atendendo 313 alunos. O corpo docente estadual corresponde a 963 professores, todos com ensino superior.

A rede particular de ensino é formada por uma escola de ensino fundamental e duas faculdades particulares: a IET que oferece o curso de pedagogia e a FETMA com o curso de teologia.

Economia

Em 2010, o PIB ocupou a 69ª posição, correspondendo a 0,23% do Estado com R\$ 106,281 milhões. Para este valor, o setor de serviços contribuiu com R\$ 63,696 milhões, o industrial R\$ 22,543 milhões e o agropecuário R\$ 13,760 milhões, além de R\$ 6,282 milhões de arrecadação de impostos (IMESC, 2012). O IDM no ano mencionado registrou o valor de 0,322, ocupando a 124ª posição no Estado (IMESC, 2012). A renda per capita naquele aludido ano foi de R\$ 249,26, ocupando a 66ª posição (IPEA, 2013).

Agricultura

A agricultura no município é itinerante, voltada para a subsistência cujo excedente é comercializado no próprio município.

Agricultura Temporária

Entre 2006 e 2012, os produtos da agricultura temporária tiveram diminuição na área colhida de 3%, na quantidade produzida de 65% e no valor da produção de 17%. Um dos fatores que contribuiu para a redução dos itens mencionados foi a não quantificação da cana-de-açúcar e da melancia, no ano de 2012.

Entre 2006 e 2012, a área colhida do feijão aumentou 20%, do milho 15%, a do arroz 7%, enquanto que a da mandioca diminuiu 9%. Por outro lado, todas as lavouras analisadas registraram expressiva redução na quantidade produzida: o milho -64%, a mandioca -61%, o arroz -58% e o feijão -26%. O reflexo negativo foi contabilizado diretamente no rendimento médio das culturas em análise, pois suas produtividades caíram; milho -69%, arroz -61%, a mandioca -57% e do feijão -39%. Da mesma forma, houve reflexos negativos no valor da produção, com decréscimo de 68% no milho, 42% no arroz e de 40% no feijão, enquanto que o crescimento de 3% no valor da mandioca não foi suficiente para modificar a tendência de queda do valor global da produção.

Em 2006, coube à mandioca 62% dos 2.813 hectares colhidos, ao milho 17%, ao arroz 15%, ao feijão 4%, a cana-de-açúcar e a melancia 1% cada; quanto à quantidade produzida, 84% das 18.672 toneladas foram de mandioca, 10% de cana-de-açúcar, 3% do milho, 2% arroz e 1% para o feijão e a melancia juntos. No referido ano, o valor da produção foi de R\$ 2,371 milhões, sendo a participação da mandioca de 70%, milho 12%, arroz 8%, cana-de-açúcar 6%, feijão 3% e 1% com a melancia (Tabela 69).

Em 2012 a mandioca obteve 58% dos 2.734 hectares colhidos, enquanto que o milho ocupou 20%, o arroz 16% e o feijão 6%. A quantidade produzida nesse ano foi de 6.519 toneladas com as seguintes participações: 93% da mandioca, 3% do arroz e do milho, e 1% do feijão. Quanto ao valor da produção, dos R\$ 1,958 milhões a mandioca colaborou com 87%, o arroz com 6%, o milho com 4% e o feijão com 3%. A melancia e a cana-de-açúcar não foram informadas em 2012 (Tabela 69).

Tabela 69 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária - 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arroz	420	450	453	191	1.078	424	190	111
Cana-de-açúcar	30	-	1.800	-	60.000	-	144	-
Feijão	125	150	53	39	424	260	95	57
Mandioca	1.750	1.584	15.750	6.083	9.000	3.840	1.654	1.703
Melancia	8	-	40	-	5.000	-	12	-
Milho	480	550	576	206	1.200	375	276	87
Total	2.813	2.734	18.672	6.519	-	-	2.371	1.958

Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal

Horticultura

Há no município pequenas plantações de hortaliças, sendo cultivado: maxixe, cheiro-verde, alface, repolho, quiabo, pepino, vinagreira, além de cebola todos comercializados na feira-livre do município. Porém, as únicas que foram quantificadas foram o maxixe, o milho verde, o quiabo e o pepino.

Em 2006, das 93 toneladas produzidas 19% eram de maxixe, 33% de milho verde, 1% de pepino e 47% de quiabo. Das 33 toneladas vendidas, o maxixe contribuiu com 21%, o milho verde com 9% e o quiabo com 70%. No que se refere ao valor da produção, dos R\$ 87 mil vendidos, a participação do maxixe foi de 9%, a do milho verde 41%, a do pepino 2% e a do quiabo 48% (Tabela 70).

A diferença entre a quantidade produzida e a vendida (Tabela 70), pode ser decorrente de dois fatores; a perecibilidade dos produtos, assim como a grande participação na alimentação doméstica, a exemplo do milho verde, transformado em canjica, pamonha e no consumo assado ou cozido.

Tabela 70 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura - 2006

Produto	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Maxixe	18	7	8
Milho verde	31	3	36
Pepino	1	0	1
Quiabo	43	23	42
Total	93	33	87

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Agricultura Permanente

A agricultura permanente refere-se às várias frutas produzidas no município, sendo: a banana, a laranja, o mamão, o maracujá e o coco-da-baía. Desses, não foi quantificado em 2006 o coco-da-baía e, em 2012, o mamão e o maracujá.

Entre 2006 e 2012, a inserção do coco-da-baía implicou no aumento de 438% da área colhida total. A quantidade produzida registrou expansão de 31%. O valor da produção mais que dobrou no intervalo considerado, com a expansão de 164%. Além do aumento da banana, os crescimentos apresentados podem estar relacionados com o surgimento do coco-da-baía na última pesquisa; ressalta-se que, na quantidade produzida, este fruto não foi

incluído em face de o produto ser dado em mil frutos, enquanto que os demais são quantificados em toneladas.

No período mencionado, a área colhida com laranja permaneceu estável, enquanto que a da banana cresceu 67%. Este fruto aumentou em 80% suas toneladas contra 3% daquela. Referente ao rendimento médio, o aumento da banana foi de 8% e o da laranja 3%. No valor da produção, a renda da banana subiu 125%, a laranja registrou queda de 5%.

Em 2006, a área colhida da banana representou 57% dos 21 hectares, a laranja deteve 23%, o mamão e o maracujá tiveram 10%, cada um. A quantidade produzida foi de 164 toneladas, destas, a banana correspondeu a 61%, a laranja 21%, o maracujá 11% e o mamão 7%. No que diz respeito ao valor da produção de R\$ 108 mil, a banana contribuiu com 56%, a laranja 19%, o maracujá 17% e 8% do mamão (Tabela 71).

Em 2012, dos 113 hectares colhidos a banana representou 18%, o coco-da-baía 78% e a laranja 4%; a produção foi de 215 toneladas, das quais a contribuição de 84% foi de banana e 16% da laranja; em se tratando do valor da produção, dos R\$ 286 mil gerados, a banana participou com 47%, o coco-da-baía com 46% e os 7% restantes foi a contribuição da laranja (Tabela 71).

Em 2012 o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município tinha registrado 4.000 agricultores.

Tabela 71 - Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente - 2006 e 2012

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Banana	12	20	100	180	8.333	9000	60	135
Coco-da-baía*	-	88	-	220	-	2500	-	132
Laranja	5	5	34	35	6.800	7000	20	19
Mamão	2	-	12	-	6.000	-	10	-
Maracujá	2	-	18	-	9.000	-	18	-
Total	21	113	164	215	-	-	108	286

Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal

*Mil Frutos

Pecuária

A pecuária é praticada de forma extensiva com a utilização principalmente de pastos naturais. É destinada ao abate comercializado no município e em seus vizinhos. O equino, asinino, muar e ovino têm menor importância econômica, pois gradativamente vêm

perdendo utilidade. Quanto ao caprino, ainda não conseguiu mercado significativo como meio de alimentação.

De 2006 a 2012, o número de cabeças do rebanho cresceu em 7%. Este aumento deu-se especialmente pelo crescimento do ovino em 14%, das aves em 11%, do bovino 1% e do caprino 1%. Por outro lado, registrou-se queda nos rebanhos: muar -68%, asinino -58%, equino -19%, bubalino e suíno -1% cada um.

Em 2006, das 79.947 cabeças, 67% foram correspondentes às aves, o bovino 24%, 5% suíno, 2% bubalino e 2% equino, asinino, muar, caprino e ovino juntos. Em 2012 as aves continuaram a ser o maior rebanho representando 69% das 85.454 cabeças; o bovino manteve a segunda posição com 23%, seguidos pelo suíno com 5%, bubalino 2%, equino 1%, asinino, muar, caprino e ovino com menos de 1% cada (Tabela 72).

Os técnicos do IMESC, em trabalho de campo em 2012, obtiveram as informações de que no município há uma granja, cuja produção é de 11.000 aves a cada 45 dias, além do programa municipal que doa 100 pintos, equipamento, ração e compra o primeiro lote de aves dos produtores que é destinado para a merenda escolar municipal. Outra criação que tem ajuda pública é a dos bovinos, cujo poder executivo municipal responsabiliza-se pelo transporte e o abatimento.

Tabela 72 - Efetivo dos rebanhos - 2006 e 2012

Rebanho	2006	2012
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	19.222	19.385
Equino	670	541
Bubalino	1.730	1.715
Asinino	225	95
Muar	135	43
Suíno	3.970	3.931
Caprino	275	279
Ovino	320	364
Aves	53.400	59.101
Total	79.947	85.454

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

O IBGE registrou, em 2011, como principal produto de origem animal o leite com uma produção de 477 mil litros, que renderam R\$ 954 mil e ovos de galinha com 477 mil dúzias, as quais renderam o valor de R\$ 118 mil, perfazendo o total de R\$ 1,072 milhão.

Extrativismo

Das 79 toneladas produzidas pelo extrativismo vegetal no ano de 2012, 71% eram de carvão vegetal, 16% de amêndoa de babaçu e 13% de juçara. A lenha não entrou na distribuição dos percentuais, pois é dada em metros cúbicos, sendo sua produção no referido ano de 9.500 m³. Quanto ao valor da produção, dos R\$ 300 mil, a lenha participou com 74%, o carvão com 15%, a participação da juçara e da amêndoa de babaçu foram, respectivamente, 6% e 5% (Tabela 73).

O bacuri e o cupuaçu, além de outros constantes na tabela 73, são comercializados na feira livre e em pequenas barraquinhas que ficam ao longo do trecho da BR 135. A lenha tem por destino os fornos das padarias e cerâmicas, enquanto que a amêndoa de babaçu é transformada em óleo voltado para a alimentação e como matéria prima de produtos industrializados.

Tabela 73 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal - 2012

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros Cúbicos	
Amêndoa babaçu	13	-	14
Carvão vegetal	56	-	45
Juçara	10	-	18
Lenha	-	9.500	223
Total	79	9.500	300

Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e da Silvicultura

Quanto à mineração encontra-se no município a extração de pedra e quatro jazidas de extração de areia.

Pesca e Piscicultura

A pesca é realizada em ambiente fluvial com técnicas artesanais voltadas para a subsistência, tendo como principais espécies: traíra (*Hoplias malabaricus*), jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*), anojado também conhecido como quirimandu (*Trachelyopterus galeatus*), carambanja (*Heros severus*), piranha (*Pygocentrus spp*), piaba (*Axtianax spp*), sarapó (*Gymnotus carapo*) e muçum (*Synbranchus marmoratus*), além do tambaqui (*Colossoma macropomum*) por meio da piscicultura.

Como não se tem dados estatísticos para esse tipo de atividade econômica, as informações coletadas do sindicato de pescadores registrou 500 pescadores e a colônia 1.650, cujos números levam a mensurar a importância da pesca no município.

Indústria

As atividades industriais se restringem a duas cerâmicas e, aproximadamente, 56 casas de farinhas espalhadas na zona rural, além das padarias.

Turismo

Os atrativos turísticos são os campos naturais e o balneário localizado no povoado Areia. Na culinária destaca-se a farinha produzida no Bairro Carema, conhecida como “Farinha de Carema” e as confecções de celas para cavalos.

O município dispõe de dois hotéis, além de dois em fase de construção e uma pousada.

Comércio

O comércio é varejista com quitandas, supermercados, mercado e duas feiras livres. Estas ocorrem às quartas-feiras, sendo uma de gêneros agropecuários (Figura 71) e a outra com produtos têxteis, eletroeletrônicos e utensílios do lar (Figura 72).

Figura 71 - Feira livre com produtos agropecuário - 2012



Fonte: IMESC

Figura 72 - Feira livre com produtos têxteis - 2012



Fonte: IMESC

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca; corresponde a 18º zona eleitoral com 21.866 eleitores distribuídos em 67 seções e treze vereadores (BRASIL, 2014).

Religião

Em relação aos templos católicos, há uma igreja na sede dedicada à padroeira do município Santa Rita de Cássia (Figura 73) e, aproximadamente, 54 capelas na zona rural. Os principais santos festejados são: São Raimundo Nonato (22 a 31 de agosto), Nossa Senhora da Conceição (29 de novembro a 8 de dezembro) e a do Sagrado Coração de Jesus (19 a 27 de julho) e Santa Rita de Cássia.

As principais seitas evangélicas são: Testemunha de Jeová, Universal do Reino de Deus, Congregação Cristã Brasileira, Assembleia de Deus, Batista, Presbiteriana e Adventista.

As religiões afrodescendentes estão representadas por três terreiros na sede do município, que fazem suas festas nos meses de janeiro e agosto.

Figura 73 - Igreja de Santa Rita de Cássia - 2012



Fonte: IMESC

Dos 24.379 entrevistados em 2010, 75% se declararam católicas, 14% evangélicas, menos de 1% são espíritas ou adeptos das religiões afrobrasileira, 3% tinham outras religiões e 8% se declararam sem religião (Tabela 74).

Tabela 74 – Distribuição da população por religião – 2010

Religião	Número de adeptos
Católicos	24.379
Evangélicos	4.579
Espírita	8
Umbanda e candomblé	20
Outras religiões	938
Sem religião	2.442
Total	32.366

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Infraestrutura

O abastecimento de água no município tem como fonte o Rio Itapecuru, cuja empresa responsável é a CAEMA, tendo sido registradas 3.895 ligações (BRASIL, 2013).

Por não possuir rede coletora de esgoto, os efluentes domésticos são canalizados principalmente para as 5.332 fossas (BRASIL, 2013).

A coleta de lixo é realizada na sede e em dez povoados, três dias na semana, sendo depositados os resíduos em um lixão a 4 km da sede. As demais localidades jogam o lixo nas áreas onde tem vegetação.

A energia elétrica de responsabilidade da CEMAR cobre todo território municipal, cuja subestação distribuidora localiza-se em Rosário. Em 2010, essa empresa registrou 7.313 consumidores, estando 91% na classe residencial, 6% comercial, 2% rural, 1% poder público e 1% com as demais classes da tabela 75. O consumo registrado pela empresa, no ano supramencionado, foi de 62.985.095 KWh, cuja distribuição foi de 83% serviço público, 9% residencial, 2% rural, 3% iluminação pública, rural, industrial, e poder público 1% cada. A CEMAR consumiu apenas 0,01%.

Tabela 75 – Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe - 2010

Usuário	Número de Consumidores	Consumo em KWh
Residencial	6.621	5.910.820
Rural	120	739.506
Comercial	422	1.348.886
Industrial	28	434.425
Poder público	93	512.061
Serviço público	26	52.393.338
Iluminação pública	1	1.642.869
CEMAR	2	3.190
Total	7.313	62.985.095

Fonte: CEMAR; IMESC

Serviços e Comunicação

Funciona no município uma Agência do Banco do Brasil e outra do Bradesco, sendo prevista a implantação de uma Caixa Econômica Federal, além de uma lotérica e uma Agência dos Correios.

As operadoras telefônicas que possuem cobertura celular são: OI, VIVO e CLARO, que disponibilizam também acesso a Internet, porém só a primeira é responsável pela linha fixa.

Para comunicação o município dispõe da rádio VTV e uma filial da RECORD também denominada VTV.

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos estão representados por um bumba-meu-boi com sotaque de orquestra, a quadrilha Os Fagulhos, bloco carvanalesco do povoado Areias, dança portuguesa Encanto de Portugal, tambor de crioula Fé em Deus e outros.

Os principais eventos são: vaquejada realizada no Parque Show, Festival de Música de Verão com cantores da terra, o pré-carnaval na sede municipal e no povoado Areias, o carnaval, aniversário da cidade no dia 02 de agosto e o arraial na Praça Carlos Macieira.

Para entretenimento o município dispõe de parque, quadra poliesportiva, um ginásio com capacidade de 5.000 pessoas, o estádio de futebol Gonçalves com capacidade para 10.000 pessoas, quatro restaurantes, duas casas de shows Choperia Santa Rita e Pingo de Ouro, além de vários bares e lanchonetes.

Transporte

A distância entre a cidade de Santa Rita e São Luís é de 68 km seguindo pela BR 135, sendo a ligação entre a primeira e os demais municípios do Maranhão realizada através de ônibus, vans e motos. Apesar de não possuir uma linha interestadual, a população local é beneficiada por veículos que fazem o traslado interestadual, pela rodovia citada.

A comunicação entre a sede municipal e o espaço rural é realizada principalmente por motos, cuja utilização também domina na área urbana.

Passa pelo território do município as ferrovias Estrada de Ferro Carajás e a Estrada de Ferro Transnordestina.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Herbert Jorge de. **Programa levantamentos geológicos básicos do Brasil**. São Luís SW/NN, folhas SA 23 V e SA 23Y. Estado do Pará e Maranhão. Brasília: CPRM, 2000. 1 mapa. Escala 1.500.000
- ALMEIDA, José. **Breves relatos da escravidão negra e dos afros descendentes de Icatu**. [s.e.: s.n], 2007.
- ALMEIDA, Zafira da Silva de et al. **Diagnóstico dos sistemas de produção pesqueiro artesanais do litoral do Maranhão**. São Luís: ed. UEMA, 2010.
- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Anatel dados**, 2009. Disponível em:<<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>> Acesso em: 08 dez. 2012.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO MARANHÃO**. São Luís: IMESC, v.4, 2010.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Port Gráfica, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de informação da atenção básica**, 2012. Disponível em:<<http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php>>. Acesso em: 11 mar. 2012.
- _____. Ministério da Saúde. **Sistema de informação da atenção básica**, 2013. Disponível em:<<http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php>>. Acesso em: 13 ago. 2013.
- _____. Ministério da Saúde. **DATASUS - Tecnologia da informação a serviço do SUS**, 2014. Disponível em:<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/estabma.def>>. Acesso em: 8 ago. 2014.
- _____. **Sistema de informações de vigilância epidemiológica: Malária**, 2011. Disponível em:<http://portalweb04.saude.gov.br/sivep_malaria/default.asp>. Acesso em: 27 mar. 2012.
- _____. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas**, 2014. Disponível em:<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>>. Acesso em: 8 ago. 2014.
- FUNDAÇÃO VALE. **Olaria**. 2011. 1 figura. Disponível em: <www.fundacaovale.org/pt-br/a...vale/.../livreto_02_Bacabeira.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- GUILHERME, Luiz; CIRANA. **Cachoeira do Arruda**. 2011. 1 figura. Disponível em:<<http://expedicoessobrerodas.blogspot.com.br/2011/05/morros-ma.html>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ano 2010. São Luís: IMESC, v.3, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. v.15.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática SIDRA**. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso: 10 mar. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**: perfil municipal. Disponível em: <<http://atlasbrasil.ipea.gov.br/2013/pt/perfil>>. Acesso em: 10 maio 2013.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Situação ambiental da região do Baixo Munim**. São Luís: IMESC, 2012.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Censo escolar 2012**. São Luís, 2012.

MARQUES, Augusto César. **Dicionário histórico geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: FonFon e Seleta, 1970.

MARQUES, Ester. **Boi de Morros**: histórico. [20-]. Disponível em: <http://www.boidemorros.com.br/pagina_genealogia.php>. Acesso em: 01 jul. 2013.

NUNES, Sildenir. **Boi de Axixá**. 2012. 1 figura. Acervo Pessoal.

OLIVEIRA, Maristella Coelho. **Formação histórica e evolução político-administrativa de Axixá**. Monografia (Curso de História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2000.

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO: período 2006 a 2010. São Luís: IMESC, v.8, 2012.

ROCHA, Francisco Rogério Araújo. **Morros**: história e memória de um povo. Morros: Gráfica Santa Clara, 2011.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **Amostra do populário maranhense**: lendas, crenças e outras histórias da tradução oral. São Luís, [s.n], 2008.

ROCHA, Isaias. **Trecho da BR 135 em Bacabeira**. 2011. 1 figura. Disponível em:<<http://www.rosarionoticias.net/2011/11/aniversario-de-bacabeira-show-gospel-de.html>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

RCANTANHEDY. **Vista aérea da cidade de Rosário**. 2009. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/26159719>>. Acesso em: 07 de jan. 2014.

SILVA, Carlos Henrique Santos da. **Afloramento de granito**. 2010. 1 figura. Acervo Pessoal.

_____. **Área onde será construída a Refinaria Premium I**. 2010. 1 figura. Acervo Pessoal.

_____. **Extração de granito no município**. 2010. 1 figura. Acervo Pessoal.

_____. **Trecho do Rio Munim que banha a cidade**. 2010. 1 figura. Acervo Pessoal.

SOARES, Éden do Carmo. **Peixes do Mearim**. São Luís: Geia, 2005.

TROVÃO, José Ribamar. **Igreja de São Miguel**. 2008. 1 figura. Acervo Pessoal.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Laboratório de Geoprocessamento – LABGEO. **Atlas do Maranhão**, 2. ed. São Luís: Geplan, 2002.

ÍNDICE

AXIXÁ, 20

- Agricultura, 35
 - Agricultura Temporária, 35
 - Horticultura, 36
 - Agricultura Permanente, 37
- Ambiente Físico, 25
- Comércio, 41
- Condição do Produtor, 32
- Demografia, 32
- Economia, 35
- Educação, 33
- Espaço Rural, 30
- Espaço Urbano, 27
- Extensão, 24
- Extrativismo, 39
- Folclore e Lazer, 45
- Indústria, 41
- Infraestrutura, 44
- Lendas, 47
- Localização, 22
 - Mapa do Município, 23
- Pecuária, 38
- Pesca, 40
- Poderes Judiciário e Legislativo, 42
- Processo de Ocupação, 24
- Religião, 42
- Saúde, 33
- Serviços e Comunicação, 45
- Símbolos Municipais, 20
 - Bandeira, 21
 - Brasão, 20
 - Hino, 22
- Transporte, 48
- Turismo, 41
- Utilização das Terras, 31

BACABEIRA, 49

- Agricultura, 61
 - Agricultura Temporária, 61
 - Horticultura, 62
 - Agricultura Permanente, 62
- Ambiente Físico, 53
- Condição do Produtor, 58
- Comércio, 66
- Demografia, 58
- Economia, 61
- Educação, 60
- Espaço Rural, 56
- Espaço Urbano, 55
- Extensão, 51
- Extrativismo, 65
- Folclore e Lazer, 71
- Indústria, 66
- Infraestrutura, 69
- Localização, 51
 - Mapa do Município, 52
- Pecuária, 64
- Pesca, 66
- Poderes Judiciário e Legislativo, 68
- Processo de Ocupação, 51
- Religião, 68
- Saúde, 59
- Serviços e Comunicação, 70
- Símbolos Municipais, 49
 - Bandeira, 49
 - Hino, 50
- Transporte, 71
- Turismo, 68
- Utilização das Terras, 56

CACHOEIRA GRANDE, 73

Agricultura, 84
 Agricultura Temporária, 84
 Horticultura, 86
 Agricultura Permanente, 86
 Ambiente Físico, 77
 Comércio, 90
 Condição do Produtor, 81
 Demografia, 82
 Economia, 84
 Educação, 83
 Espaço Rural, 80
 Espaço Urbano, 78
 Extensão, 76
 Extrativismo, 87
 Folclore e Lazer, 92
 Indústria, 88
 Infraestrutura, 91
 Localização, 74
 Mapa do Município, 75
 Pecuária, 86
 Pesca, 88
 Poderes Judiciário e Legislativo, 90
 Processo de Ocupação, 76
 Religião, 90
 Saúde, 83
 Serviços e Comunicação, 92
 Símbolos Municipais, 73
 Hino, 73
 Transporte, 92
 Turismo, 88
 Utilização das Terras, 81

ICATU, 94

Agricultura, 111
 Agricultura Temporária, 111
 Horticultura, 112
 Agricultura Permanente, 113
 Ambiente Físico, 101
 Comércio, 116
 Condição do Produtor, 108
 Demografia, 109
 Economia, 111
 Educação, 110
 Espaço Rural, 106
 Espaço Urbano, 103
 Extensão, 97
 Extrativismo, 115
 Fatos Históricos, 100
 Folclore e Lazer, 122
 Indústria, 117
 Infraestrutura, 121
 Localização, 97
 Mapa do Município, 98
 Pecuária, 114
 Pesca, 116
 Poderes Judiciário e Legislativo, 119
 Processo de Ocupação, 97
 Religião, 119
 Saúde, 109
 Serviços e Comunicação, 122
 Símbolos Municipais, 94
 Bandeira, 95
 Brasão, 94
 Hino, 95
 Transporte, 123
 Turismo, 118
 Utilização das Terras, 107

MORROS, 124

Agricultura, 146
 Agricultura Temporária, 146
 Horticultura, 147
 Agricultura Permanente, 147
Ambiente Físico, 136
Condição do Produtor, 142
Comércio, 150
Demografia, 143
Economia, 145
Educação, 145
Espaço Rural, 141
Espaço Urbano, 138
Extensão, 126
Extrativismo, 149
Fatos Históricos, 128
Folclore e Lazer, 154
Indústria, 150
Infraestrutura, 153
Lendas, 155
Localização, 126
 Mapa do Município, 127
Pecuária, 147
Pesca, 150
Poderes Judiciário e Legislativo, 152
Processo de Ocupação, 126
Religião, 152
Saúde, 144
Serviços e Comunicação, 154
Símbolos Municipais, 124
 Bandeira, 124
 Brasão, 124
 Hino, 125
Transporte, 155
Turismo, 150
Utilização das Terras, 141

PRESIDENTE JUSCELINO, 156

Agricultura, 167
 Agricultura Temporária, 167
 Horticultura, 168
 Agricultura Permanente, 168
Ambiente Físico, 160
Comércio, 171
Condição do Produtor, 164
Demografia, 165
Economia, 167
Educação, 166
Espaço Rural, 163
Espaço Urbano, 161
Extensão, 159
Extrativismo, 170
Folclore e Lazer, 175
Indústria, 171
Infraestrutura, 174
Localização, 157
 Mapa do Município, 158
Pecuária, 169
Pesca, 171
Poderes Judiciário e Legislativo, 172
Processo de Ocupação, 159
Religião, 173
Saúde, 166
Serviços e Comunicação, 174
Símbolos Municipais, 156
 Bandeira, 156
 Brasão, 156
 Hino, 157
Transporte, 175
Turismo, 172
Utilização das Terras, 163

ROSÁRIO, 176

Agricultura, 192
 Agricultura Temporária, 192
 Horticultura, 194
 Agricultura Permanente, 195
 Ambiente Físico, 182
 Comércio, 199
 Condição do Produtor, 189
 Demografia, 190
 Economia, 192
 Educação, 191
 Espaço Rural, 188
 Espaço Urbano, 184
 Extensão, 177
 Extrativismo, 197
 Fatos Históricos, 182
 Folclore e Lazer, 205
 Indústria, 198
 Infraestrutura, 204
 Localização, 177
 Mapa do Município, 178
 Pecuária, 196
 Pesca, 198
 Poderes Judiciário e Legislativo, 202
 Processo de Ocupação, 179
 Religião, 203
 Saúde, 191
 Serviços e Comunicação, 205
 Símbolos Municipais, 176
 Bandeira, 176
 Brasão, 176
 Hino, 177
 Transporte, 205
 Turismo, 199
 Utilização das Terras, 188

SANTA RITA, 206

Agricultura, 219
 Agricultura Temporária, 219
 Horticultura, 221
 Agricultura Permanente, 221
 Ambiente Físico, 211
 Comércio, 225
 Condição do Produtor, 216
 Demografia, 217
 Economia, 219
 Educação, 219
 Espaço Rural, 214
 Espaço Urbano, 212
 Extensão, 209
 Extrativismo, 224
 Folclore e Lazer, 229
 Indústria, 225
 Infraestrutura, 227
 Localização, 209
 Mapa do Município, 210
 Pecuária, 222
 Pesca e Piscicultura, 224
 Poderes Judiciário e Legislativo, 226
 Processo de Ocupação, 209
 Religião, 226
 Saúde, 218
 Serviços e Comunicação, 228
 Símbolos Municipais, 206
 Bandeira, 207
 Brasão, 206
 Hino, 208
 Transporte, 229
 Turismo, 225
 Utilização das Terras, 215



FAPENÁ
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO
maranhão